

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 16/2013 da reunião de câmara de 2013/07/17			Aprovação
2	Voto de Pesar - Urbano Tavares Rodrigues			Aprovação
3	Situação económica e financeira - Informação semestral do revisor de contas - Câmara municipal			Conhecimento
4	Situação económica e financeira - Informação semestral do revisor de contas - SMAS			Conhecimento
5	Moção - Retirada de direitos dos trabalhadores da administração pública é ilegítima - Coligação Democrática Unitária			Aprovação
6	Regularização fluvial do Rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Prorrogação de prazo, plano de trabalhos e cronograma financeiro	Consórcio Obrecol, SA/Oliveiras, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
7	Prestação de serviços de fiscalização, gestão de qualidade e coordenação de segurança da empreitada "Regularização fluvial do Rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão"	GSET - Global Serviços e Engenharia Total, Lda	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
8	1ª revisão ao orçamento e plano plurianual de investimentos para 2013			Aprovação
9	6ª alteração ao orçamento da despesa e plano plurianual de investimentos e 5ª alteração ao plano de atividades municipais da câmara municipal para 2013			Aprovação
10	Apoio municipal à aquisição de módulo de comando para viatura de recolha de RSU do Município de Santa Catarina (Cabo Verde)			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
11	III FALP - Fórum das Autoridades Locais de Periferia			Aprovação
12	Protocolo de cedência de instalações em regime de comodato com o Grupo Recreativo e Cultural do Bom Retiro			Aprovação
13	Protocolo de cedência de instalações em regime de comodato com a Cooperativa Alves Redol			Aprovação
14	Cedência em direito de superfície de lote de terreno inserido no loteamento municipal denominado por Terras Compridas/Quintanilha	Grupo Desportivo de Vialonga	Vialonga	Aprovação
15	Comparticipação municipal na pintura de passadeiras e parqueamentos pela Junta de Freguesia de Alhandra	<i>Refendo</i>		Aprovação
16	Utilização, pela Junta de Freguesia de Alhandra, das verbas no âmbito do Protocolo de Responsabilidade Social celebrado com a Cimpor, para execução e montagem de monumento comemorativo do 150º aniversário da Sociedade Euterpe Alhandrense			Aprovação
17	Empreitada da obra de estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo - Quinta de Santo Amaro - Minuta do contrato	Alves Ribeiro, SA	Vila Franca de Xira	Ratificação
18	Empreitada de ampliação do talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira - Minuta do contrato	Construções Pragosa, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
19	Empreitada da obra de execução de 3 cais de pesca para os Avieiros da Póvoa de Santa Iria - Trabalhos a mais - Minuta do contrato	Cordivias - Engenharia, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
20	Exercício de direito de preferência sobre a fração "AD", sita na avenida Antero de Quental, lote 7 (antigo A0), 7º C, Bairro da Chepsi	Lina Maria Nunes de Carvalho Polónio Agostinho	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
21	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
22	Revogação da deliberação de 22 de maio de 2013, referente à empreitada do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira - Trabalhos adicionais, trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos	Consórcio Europa Ar-Lindo - Construções, SA/Sonangil Construção Civil e Obras Públicas, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
23	Projeto de loteamento denominado por Lavrados - Aceitação de princípio e abertura de inquérito público	Promovinte - Investimentos Imobiliários, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
24	Projeto de loteamento denominado por Cais de Vila Franca de Xira/Largo Mário Magalhães Infante, nºs 1, 3 e 5/Largo da Indústria	Jardins do Arroz Retinado Empreendimentos Imobiliários, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
25	Loteamento denominado por Malva Rosa - Verdelha (Ex-Mague) - Redução de caução	Obriverca - Construções e Projectos, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
26	Alteração ao loteamento denominado por Quinta das Areias - Alvará de loteamento nº 4/97, de 25/09	Lactaço - União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, UCRL	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
27	Receção definitiva e libertação de garantias bancárias da empreitada de pavimentação da parte da rua D na AUGI - Fonte Santa	Florindo Rodrigues Júnior & Filhos, Lda	Vialonga	Aprovação
28	Receção definitiva das obras de infraestruturas elétricas e libertação da garantia bancária do loteamento da Quinta da Grinja	Obrisantos - Sociedade de Construções, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
29	Receção provisória das obras de urbanização e libertação da garantia bancária do loteamento do Olival de Santo António	Grupo Investimentos Industriais Henrique Pedro & Filhos, Lda	Sobralinho	Aprovação
30	Receção provisória das obras de urbanização e redução de caução do loteamento do Casal de A-de-Freire - Cotovios	Manuel José Soares Calçada	S. João dos Montes	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
31	Receção provisória das obras de urbanização do loteamento da Quinta da Piedade - 2ª fase	Sociatos - Construções Civis, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
32	Auto de vistoria - Rua Octávio Pato, nº 3 (Ex. Quinta da Flamengo, lote 56)	Administração do Condomínio	Vialonga	Aprovação
33	Auto de vistoria - Estrada de Arruda, nº 1, 1º andar	Leonel de Matos Correia de Almeida	Alverca do Ribatejo	Aprovação
34	Auto de vistoria - Rua Professor Vítor Manuel Morais, nº 16 (Quinta da Piedade, Ex. lote 94-C)	Cozicarlos, Cozinhas e Equipamentos, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
35	Auto de vistoria - Rua Padre António Bianchi, nº 39, Urb. Quinta de S. João (Ex. lote 5)	Administração do Condomínio, nº 39	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
36	Auto de vistoria - Largo D. Júlia Palha, nº 9, 2º esqº	Paulo José Alves do Nascimento	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
37	Auto de vistoria - Praceta Jornal Vida Ribatejana, nº 4	Administração do Condomínio, nº 4	Vila Franca de Xira	Aprovação
38	Auto de vistoria - Rua José Afonso, nº 6	Administração do Condomínio, nº 6	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
39	Auto de vistoria - Avª Isidoro Assunção Antunes Costa, nº 2	MotyWork - Comércio e Reparação de Veículos Unipessoal, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
40	Auto de vistoria - Rua da Juventude, nº 1 (Antigo lote 38 da Urb. da Quinta das Drogas)	Administração do Condomínio	Alverca do Ribatejo	Aprovação
41	Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, proferido no âmbito do recurso interposto	Condomínio da Quinta de Santo Amaro, bloco B, lote 1	Vila Franca de Xira	Conhecimento

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
42	Ampliação do talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Arlindo Correia & Filhos, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
43	Ecoparque da Póvoa - Hortas urbanas - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Obragoito, Construções e Obras Públicas, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
44	Ecoparque da Póvoa - Hortas urbanas - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	XWR Service - Gestão, Manutenção e Serviços	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
45	Ecoparque da Póvoa - Hortas urbanas - Revogação de nomeação de coordenador de segurança em obra e nova nomeação do coordenador de segurança em obra	PL - Planeamento e Gestão de Projetos, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
46	Execução da EB1 e Jardim de Infância (Malva Rosa) - Auto de vistoria e liberação parcial de caução	Costa & Carvalho, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
47	Requalificação urbana e recuperação do muro cais da zona ribeirinha de Vila Franca de Xira - Liberação parcial de caução	Sanestradas - Empreitadas de Obras Públicas e Particulares, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
48	Estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da Estrada de S. Marcos - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	HCI - Construções, SA	Calhandriz	Aprovação
49	Estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo - Quinta de Santo Amaro - Desenvolvimento parcial do plano de segurança e saúde e nomeação do coordenador de segurança em obra	Alves Ribeiro, SA	Vila Franca de Xira	Ratificação
50	Requalificação do Mercado de Levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente - Trabalhos a menos	Construções Pragosa, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
51	Estudo de tráfego e estacionamento na cidade de Vila Franca de Xira - Relatório da 1ª fase (Rua Alves Redol)	Estac - Estudos de Estacionamento e Acessibilidade, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
52	Execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho - Relatório final de análise de propostas e adjudicação	UDRA - Construtora, Lda	Sobralinho	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
53	Relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, no uso da delegação e subdelegação de competências			Conhecimento
54	Atribuição do direito de exploração de um quiosque com o ramo de cafetaria com área de esplanada no Parque Urbano da Quinta da Flamengo - Jardim dos Socalcos - Relatório final		Vialonga	Aprovação
55	Cafetaria Café Central - Cedência da posição contratual	<i>refinado</i>	Vila Franca de Xira	Aprovação
	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência da Presidente da C.M.			
56	Relação dos despachos da Srª Presidente e da Srª Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
57	Legislação síntese			Conhecimento
58	Pagamentos autorizados			Conhecimento
59	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
60	Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final - Procedimentos concursais por tempo indeterminado para técnico superior (Engenheiro Civil), assistente operacional (Fiel de Armazém) e assistente operacional (Auxiliar de Serviços Gerais)			Aprovação
61	Abertura de procedimento para recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia do 2º grau - Chefe da Divisão Municipal de Cultura, Turismo, Património e Museus	<i>refinado</i>		Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
62	Contratação de serviços para limpeza dos equipamentos desportivos - Libertação da retenção de valores			Aprovação
63	Contratação de serviços de hosting e housing das plataformas aplicacionais, rede core e acesso à internet, rede de comunicações e serviço de voz fixo para o município - Relatório final e revogação da decisão de contratar DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA			Aprovação
64	Carta de referência da intervenção educativa do município 2013/2014			Conhecimento
65	Transportes escolares 2013/2014 - Transferências para as juntas de freguesia - Subsídios atribuídos a alunos a estudar fora do concelho			Aprovação
66	Atividades de enriquecimento curricular 2013/2014 - Protocolos de cooperação com entidades parceiras			Aprovação
67	Feira Anual de Outubro 2013 - Devolução da diferença do valor de cauções a António Alberto Massi Guia DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		Vila Franca de Xira	Aprovação
68	Programa de Apoio ao Movimento Associativo - Quota institucional 2013 EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA			Aprovação
69	Polis XXI - Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho - Atribuição do direito ao arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento, designado por "Cafetaria do Núcleo Museológico a Póvoa e o Rio" sito no Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria - Extinção do procedimento ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		Póvoa de St.ª Iria	Conhecimento
70	Listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo			Conhecimento

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
71	Parecer prévio vinculativo - Nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira - Aquisição de serviços de projeto - "Projeto de Espaços Exteriores da Nova Biblioteca de Vila Franca de Xira" - Ajuste direto do regime geral		Vila Franca de Xira	Aprovação
72	Parecer prévio vinculativo - Nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira - Aquisição de serviços de projeto - "Projeto de Sinalética da Nova Biblioteca de Vila Franca de Xira" - Ajuste direto do regime geral	Retornado Maria Helena Duarte Costa Pereira Monteiro	Vila Franca de Xira	Aprovação
73	Parecer prévio vinculativo - Levantamento, caracterização e avaliação da estrutura do edifício Teatro Salvador Marques, incluindo estudo geológico e geotécnico para a execução da biblioteca municipal		Alhandra	Aprovação
74	Parecer prévio vinculativo - Prestação de serviços para o acompanhamento técnico dos trabalhos da empreitada de estabilização e contenção do talude da encosta do Monte Gordo - Quinta de Santo Amaro		Vila Franca de Xira	Aprovação
75	Parecer prévio vinculativo - Prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural		Póvoa de St.ª Iria	Ratificação
76	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença			Aprovação
77	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de manutenção, preventiva e corretiva do pacote de aplicações CEDIS para o município			Aprovação
78	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de manutenção completa para o elevador no edifício dos Paços do Concelho			Aprovação
79	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços para a elaboração de planos de emergência e plantas arquitetónicas para os estabelecimentos de ensino do concelho			Aprovação
80	Parecer prévio vinculativo - 2ª renovação do contrato - Contratação de serviços de manutenção preventiva, periódica especializada dos equipamentos eletromecânicos das piscinas municipais do concelho			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/08/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
81	Parecer prévio vinculativo - Solução de faturação eletrónica para o município			Aprovação
82	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da aplicação Quidgest - Gestão de contratos			Aprovação
83	Auditoria ao acompanhamento e intervenção da câmara municipal no processo dos espaços desportivos do Juventude da Castanheira - Relatório			Conhecimento
84	Processo disciplinar - Relatório final			Decisão
85	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de reparação e manutenção do Banco Varino Liberdade			Aprovação
86	Alteração do horário do Núcleo da Póua do Museu Municipal			Aprovação

Fl. Livro _____

Fl. Atã 001

Reunião de 2013/08/28

Ata nº 18/2013

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/08/28

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e treze, pelas 14,00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Sr^a Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----

. Fernando Paulo Ferreira; -----

. Alberto Simões Maia Mesquita; -----

. Bernardino José Gonçalves Lima; -----

. Vítor Manuel Jorge da Silva; -----

. Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos; -----

. Francisco do Vale Antunes; -----

. Ana Lúcia Alves Cardoso. -----

Esteve ausente o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Jorge da Silva.-----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 14,05 horas, e João Manuel Correia Pires de Carvalho, pelas 14,15 horas, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Maria Filomena de Brito Antunes Mendes, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Atã 002

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE-----

. Chefe de Gabinete-----

Mário Nuno Duarte -----

. Técnica Superior-----

Drª Susana Santos-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Técnica Superior-----

Drª Prazeres Tavares -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno -----

Drª Nélida Soares -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Divisão de Gestão Urbanística-----

Arqtª Teresa Laranjeira -----

. Técnica Superior-----

Engª Filomena Lourinho -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Adjunto do Vereador -----

Dr. José António de Oliveira -----

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas -----

Engº José Fernandes -----

. Técnica Superior-----

Arqtª Carla Taipina -----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Adjunto do Vereador -----

Jorge Zacarias-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----

Urbª Luís Matas de Sousa -----



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº _____



OUTRAS PRESENCAS:

Dr. Manuel Rodrigues – Advogado-

. ESTAC – Estudos de Estacionamento e Acessibilidade, Lda

Eng^o João Paulo Monteiro

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Fl. Livro _____

Fl. Atar 005

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 869

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

INTRODUÇÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA-----

A Srª Presidente deu início à reunião, cumprimentando os presentes, desejando que as férias tenham sido boas, e que o trabalho também possa ser, dando posteriormente conta que serão retirados os pontos 55, 61 e 71 da ordem do dia.---

De seguida, solicitou autorização para que o ponto 51, que tem uma apresentação para ser feita, possa ser discutido a seguir ao período antes da ordem do dia. -----

Solicitou também a inclusão de 2 pontos na ordem do dia. O primeiro, que ficará como ponto 85, é um parecer prévio vinculativo para a reparação do barco varino. Já veio o orçamento, no seguimento do relatório que tinha sido distribuído e tudo o mais, e o seu despacho foi feito hoje de manhã, pelo que a documentação estará a chegar.-----

Depois, para aprovação, a alteração ao horário do núcleo da Póvoa do Museu Municipal, que ficará como ponto 86.-----

Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, dando conta da necessidade de discutir em primeiro lugar, logo a seguir ao período antes da ordem do dia, os pontos que vão à assembleia municipal, concretamente os pontos 3, 4, 8, 14 e 60, bem como os pontos 6 e 7, porque estão relacionados com o ponto 8, da revisão ao orçamento, já que caso não haja aprovação destes pontos também não há interesse na revisão.-----

Foi também solicitada, tendo em conta a matéria em apreço, a discussão em privado, no final da reunião, dos pontos 83 e 84.-----

Deliberado, por unanimidade, introduzir os pontos na ordem do dia.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 006

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 870

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
EXPOSIÇÃO - RECONHECIMENTO DE PROPRIEDADE PRIVADA SOBRE PARCELAS DE
LEITOS E MARGENS -----

Interveio o Srª Presidente, dando conta que depois de vários contactos e reuniões que têm sido feitos com os moradores, desde logo da zona do cais de Vila Franca de Xira, que são moradores afetados pela questão do reconhecimento da propriedade privada sobre parcelas de leitos e margens, entendeu-se por bem que a câmara municipal não pode ficar alheia a este problema, e decidiu-se apresentar uma exposição ao Sr. Ministro Jorge Moreira da Silva, e também aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, sendo certo que neste momento já existem algumas propostas de grupos parlamentares, no sentido, embora não diferenciado, mas convergente, de poderem nalguns casos alargar o prazo para o reconhecimento da propriedade, e noutros poder até levar a que este processo não tenha consequências futuras. -----

Assim sendo, a posição da câmara municipal, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, depois de fundamentada de acordo com aquilo que são as obrigações estabelecidas na lei, é a de solicitar a prorrogação, no mínimo por 2 anos, do prazo previsto, durante o qual deverão ser realizadas campanhas de informação e sensibilização, em articulação com os municípios e as freguesias, ou, em alternativa, a eliminação de qualquer prazo para o reconhecimento da propriedade. -----

Referiu que estas averiguações são muito complexas, nalguns casos têm exigido imensas buscas na Torre do Tombo, e buscas noutras partes do país, que não estão a ter resultados conclusivos, tendo-se em consideração que até janeiro de 2014, ou as pessoas interpõem ações contra o Estado, ou têm de provar a propriedade da sua própria habitação, por exemplo, sob pena de passar para a propriedade do Estado. -----

Num ou outro momento este assunto já foi aflorado pelo Sr. Vereador Nuno Libório, e entendeu-se que se deveria avançar com esta tomada de posição, desde logo no momento em que algumas forças políticas já entenderam por bem avançar com iniciativas idênticas. Desta forma, crê que esta posição merece o consentimento de todos. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

7

Fl. Livro _____

Fl. Atã 007

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

1

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que, não conhecendo ainda o teor da redação, seguramente que os membros da CDU estarão de acordo com o teor da mesma, porque corresponde exatamente àquilo que a Srª Presidente disse, está-se perante uma situação que pode causar sérios incómodos aos proprietários legítimos, de toda e qualquer edificação que entre dentro da área de jurisdição do domínio público hídrico. -----

Está-se a falar de uma área calculada, em média, de 50 metros até à linha de água, e coloca também a câmara municipal refém de uma legislação que poderá colocar numa situação de perda de propriedade plena ou privada de muitos bens hoje considerados bens municipais e contabilizados no respetivo inventário, passando desde já a fazer parte do domínio do Estado central. -----

A questão que se coloca tem a ver, particularmente, com os investimentos que estão em curso na zona ribeirinha, portanto, quando a Srª Presidente fala, e bem, das questões que assistem ao direito privado e às propriedades privadas, esse é um problema também do município, que tem equipamentos nessa área de domínio público hídrico, e se vê ameaçado de perda de legitimidade sobre a sua propriedade.-----

Esta é, de facto, uma situação inaceitável, a legislação obriga a que, quer os particulares, quer as associações públicas, tenham de provar em tribunal que até à data de 1895 já havia propriedade, familiar ou direta, dos atuais, em termos privados, pelo que dificilmente se comprovará para a generalidade das pessoas, e naturalmente que essa poderá também ser uma preocupação da CDU.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a exposição a enviar ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, bem como aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.-----



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº

O STAL tem cumprido o seu papel, e esperam que quem está do outro lado da "barricada" também saiba cumprir o seu.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata° 009

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DOS RECREIOS NAS ESCOLAS -----

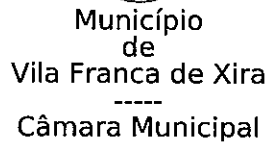
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que se está a iniciar o ano letivo, as aulas irão começar, de uma forma geral, a 16 de setembro, e de uma visita que os membros da CDU fizeram nalgumas escolas, nomeadamente à parte de recreio, verificaram que nalgumas situações existe mato a mais nesse recreio. -- Como sabem que esta, pelo menos nalguns casos, é competência da câmara municipal, que a chamou a si há 1 ou 2 anos atrás, alertam para que o ano letivo comece nas melhores das condições, e seja vista esta situação, para que os alunos possam usufruir do recreio na melhor das qualidades. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, saudando as direções de agrupamento, que têm tido um verão bastante intenso no sentido da preparação do arranque do próximo ano letivo, uma vez que já há muitos anos que não se sentia, por parte do ministério, tanto atraso na determinação de algumas medidas que são fundamentais para a preparação do ano letivo. Os diversos diretores de agrupamento têm vindo a sofrer com esse atraso, por um lado, e com muitas contradições nas indicações dadas pelo ministério relativamente a muitas das ações e medidas a implementar pelas escolas no arranque do ano letivo.-----

Não pode deixar, nesta saudação, de integrar os funcionários que na câmara municipal têm vindo, juntamente com as escolas, a preparar o arranque deste ano letivo, nas suas diversas vertentes. Na última reunião de câmara veio já um conjunto apreciável de decisões sobre estas matérias importantes para o arranque do ano letivo, e vem também a esta reunião, nomeadamente, a questão da implementação das atividades de enriquecimento curricular, que como se sabe receberam também uma diminuição drástica de verbas por parte do ministério. ----

Juntamente, não só dos serviços da câmara municipal, como também dos agrupamentos, e alarga também a saudação aos diversos parceiros locais envolvidos neste processo, conseguiram-se implementar no concelho, mais um ano, as atividades de enriquecimento curricular, e conta-se com a qualidade que se tem vindo a conseguir manter nestes anos letivos. -----

Neste período de verão não se foi de férias, a câmara municipal continuou a funcionar, e desenvolveram-se cerca de 200 000,00€ de obras e manutenção nas



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº _____

Assim, agradece a preocupação da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, também nesse processo. -----



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ROTUNDA DA VARIANTE DE VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se à rotunda que foi feita na variante de Vialonga, dizendo que está concluída, pelo menos em parte, e sobre ela os membros da CDU gostariam de colocar duas questões.-----

A primeira é que o estaleiro, apesar da obra concluída, continua no lugar, assim como alguns combros da obra, e portanto convinha que rapidamente o espaço fosse limpo, quer desses detritos, quer também do estaleiro da obra. -----

Depois, perguntam se não está contemplado nenhum tipo de arranjo paisagístico para aquela rotunda, porque seria de facto mais bonito, uma vez que já tem uma serventia que está a dar frutos, porque já não há impedimentos de trânsito naquele lugar, e por isso seria conveniente que a rotunda tivesse alguma qualificação a nível paisagístico.

Interveio a Srª Presidente, referindo que o arranjo paisagístico vai ser feito. -----

aod.4



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 012

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
SAÍDA DO SEPNA E GRUPO DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIO DA GNR DO CONCELHO-
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se a um problema que
começa a afligir a população da freguesia de Vialonga, a saída do grupo de
intervenção da GNR da freguesia e do concelho. -----

Na última reunião de câmara os membros da CDU foram mais uma vez alertados
para a saída do concelho de Vila Franca de Xira da ACT – Autoridade para as
Condições do Trabalho, e este é mais um serviço que sai do concelho, neste caso o
SEPNA - Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente, e o grupo de intervenção
prioritário da GNR.-----

Segundo a GNR irão sair porque não conseguem suportar a renda que é paga no
lugar da rua dos Mortais, e gostariam de saber se a câmara municipal tem
conhecimento desta saída do concelho deste serviço, que é um garante da
segurança das populações, e o que pensa fazer relativamente a esta situação.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que na última
reunião de câmara falou-se sobre a situação da ACT, e gostariam de saber se já
houve alguma evolução. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que não tem qualquer informação sobre o grupo
de intervenção, contudo, a exemplo do que fez logo no dia a seguir à última
reunião de câmara, em relação à informação trazida pela Srª Vereadora Helena
Pereira de Jesus, acerca da ACT, fez os contactos com os responsáveis ao mais alto
nível, e não está neste momento previsto nenhum encerramento, sendo que as
razões que estiveram na origem daquela conversa são compreensíveis do ponto de
vista individual, que é a preocupação da deslocação, mas não correspondem a uma
decisão adquirida. -----

Tal como disse, a câmara municipal interveio junto do proprietário do espaço no
sentido de baixar a renda, e está a aguardar-se uma resposta nesse sentido. A
autarquia tinha ainda sugerido, e está a ser tratado internamente entre os diversos
ministérios, a possibilidade de ocupação de outros espaços, pelo que não há neste
momento nenhuma decisão adquirida sobre a matéria.-----

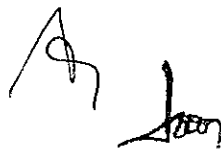
A única decisão adquirida efetivamente através daquilo que foi publicado na
segunda-feira é o novo mapa judiciário, a reorganização, e efetivamente a perda



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº _____

de alguns serviços para o concelho de Vila Franca de Xira. -----
Na altura não houve posições convergentes em relação a esta matéria,
inclusivamente a delegação da Ordem dos Advogados em Vila Franca de Xira não
reconhecia a preocupação da câmara municipal sobre o assunto, mas a verdade é
que, na realidade, embora ainda se aguarde regulamentação, aquilo que saiu já
augura algumas preocupações em relação à perda de alguns serviços. -----
Aguarda-se no entanto que se faça a regulamentação, e enquanto não acontecer a
lei não entra em vigor nestes aspetos. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

BARCO VARINO E OBRA DO ALDI EMBARGADA - ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a uma situação que aparentemente já estará resolvida, tendo a Sr^a Presidente dado indicação que pretende aprovar o parecer prévio vinculativo para a reparação do barco varino, e essa era uma questão que os membros da CDU iriam colocar. -----

À partida está garantida a reparação do barco, pelo que coloca outras questões. ----

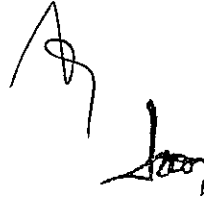
Em primeiro lugar, foram conhecedores de que a obra de construção da superfície comercial em Alverca, do ALDI, foi embargada, mas parece ter reiniciado, pelo que se verifica no local, tendo-lhes chegado também informação de que houve necessidade de intervenção da ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho. ----

Assim, gostariam de saber se a câmara municipal tem conhecimento de alguma situação que tenha a ver com problemas relacionados com a construção, e mais, chegou-lhes a informação de que houve a lamentar um prejuízo para uma vida humana. Não têm oficialmente confirmação desta informação, mas ficaram bastante preocupados se se confirmar que corresponde à verdade. -----

Desta forma, gostariam de saber se a câmara municipal confirma esta informação, e o que pode adiantar sobre a matéria. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que naturalmente a informação que o Sr. Vereador Nuno Libório trouxe sobre o ALDI é preocupante, e diria mesmo que seria grave confirmarem-se as questões. Não tem essa informação, a fiscalização não embargou a obra, que está licenciada, mas tendo em vista as questões que o Sr. Vereador Nuno Libório colocou, neste momento já solicitou que se averiguasse, porque, de facto, não consegue dizer mais que isto, ou seja, a obra está licenciada, e está a decorrer, aparentemente, de acordo com todos os requisitos desse mesmo licenciamento. -----

No entanto, o Sr. Vereador trouxe estas matérias, e vai-se verificar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

URBANIZAÇÃO TÁGIDES PARK – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU constatarem, na Póvoa de Santa Iria, que a urbanização Tágides Park, que tem pouco mais de meia dúzia de anos, à semelhança de outras tantas urbanizações no concelho de Vila Franca de Xira, precisa de uma atenção diferente por parte das autarquias locais, em matéria de conservação e reparação do espaço público e das zonas verdes em particular.-----

Foram confrontados pelos moradores de algumas promessas relativas a alguns equipamentos que ainda se encontram em falta e por construir, nas zonas envolventes àquela plataforma de domínio público onde se encontra hoje o jardim infantil. -----

Assim, gostariam de solicitar à câmara municipal se existe por parte do promotor imobiliário algum compromisso não cumprido, bem como se há alguma responsabilidade da câmara municipal em relação a esse alegado incumprimento. Por fim, se da parte da câmara municipal falta construir algum equipamento que assegure a qualidade de vida que foi prometida também aos habitantes da urbanização Tágides Park.-----

Como nota final, chamam à atenção para a importância de se reforçarem os meios de varrição e higienização, porque é preciso reforçá-los, numa urbanização que apresenta problemas diversos relativamente à conservação desse mesmo espaço público.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se tem vindo, ao longo dos últimos anos, a fazer um trabalho que culminou com a receção provisória daquela urbanização, não tendo a certeza se a definitiva, do que já não se recorda, e há uma plataforma onde se construiu, há 2 ou 3 anos, um parque infantil.-----

O que se pretende é ter continuidade em termos de um projeto mais alargado, que tem a ver com o morro que lá está, e é nesse trabalho que a câmara municipal se tem de envolver, quando houver condições para o efeito. É um trabalho da responsabilidade da câmara municipal, pois é uma área de cedência para aquele efeito, e é a câmara municipal que vai ter de o criar e construir. -----

Já não é a primeira vez que o Tágides Park vem à reunião de câmara, sendo que,



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº

Naturalmente que é sempre possível melhorar, e vai-se falar com a junta de freguesia, no sentido de verificar o porquê do trabalho de varrição e higienização não estar a ser feito convenientemente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro _____

Fl. Ata 017

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PROBLEMAS COM AS MÁQUINAS DE GELO NOS MERCADOS DO FORTE DA CASA E
DE ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que chegou a informação aos membros da CDU, e constatarem no local, que no mercado do Forte da Casa, não obstante o contrato que está a ser pago e honrado por parte dos vendedores de peixe, há neste momento ainda uma máquina de fabricar gelo que está avariada há bastante tempo. Segundo informação dos vendedores está assim há sensivelmente 5 anos, não obstante o cumprimento integral do contrato, do ponto de vista financeiro, que tem como condição o assegurar do fornecimento desse mesmo gelo.-----

Assim, hoje lida-se com uma situação que é dramática para o interesse dos vendedores e para a viabilidade do próprio mercado, sendo que, segundo os comerciantes, se assim continuar dificilmente se aguentarão em atividade de funções por muito mais tempo. O que vendem não é suficiente para recuperar o investimento, bem como o custo obrigatório que estão obrigados a garantir do ponto de vista do contrato assumido com a respetiva junta de freguesia.-----

Colocam a questão porque os mercados, sendo uma competência da câmara municipal, que está delegada nas juntas de freguesia, é também do interesse do município, e gostariam de saber se a câmara municipal tem esta informação, e o que pode fazer no sentido de reparar a máquina existente, para que se cumpra o contrato que está assumido com os comerciantes do Forte da Casa.-----

Essa mesma questão pode ser aplicada em relação ao mercado central, o mercado mais antigo de Alverca do Ribatejo, onde hoje só há um comerciante de peixe, que trabalha sem uma arca frigorífica ou uma máquina de gelo.-----

Souberam que houve uma intervenção da ASAE há pouco tempo, e que na sequência dessa intervenção a junta de freguesia foi obrigada a colocar bancadas de inox, mas continua a não existir a dita máquina do gelo ou local para a refrigeração ou congelação desse peixe. Ao mesmo tempo já souberam que a junta de freguesia avançará, e tem toda a legitimidade para o fazer, com certeza, para a instalação ou colocação de azulejo.-----

Desta forma, entendem que há um conjunto de prioridades que deverá ser



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 018

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

reequacionado: se é pelo azulejo, ou se é por aquilo que faz falta para o funcionamento regular e normal de um mercado que deve ser alocada a prioridade. -----

Também deixam a sensibilização para a câmara municipal, sendo esta uma competência da autarquia, para se reparar o que pode ser reparado, e que seguramente, até do ponto de vista financeiro, não constituiria grande compromisso para esses comerciantes.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que a informação é que esta é uma competência que está delegada nas juntas de freguesias, sendo que o Sr. Presidente da junta não tem conhecimento de nenhuma visita da ASAE. -----

Quanto à máquina do gelo, está a funcionar, só que, como aqueles comerciantes também têm lugares no mercado da Póvoa, levam dali gelo para o mercado da Póvoa, e muitas vezes não chega o gelo para abastecer nos dois lugares. No entanto o Sr. Presidente disse que ia verificar, e que ligaria ainda durante a reunião. Solicitou-lhe também que a informasse sobre a questão da ASAE, pois se houver pode ter feito um relatório, e a câmara municipal tem de ter conhecimento. Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que a informação que os membros da CDU receberam é a de que não há máquina do gelo no mercado de Alverca. -----

A Srª Presidente interrompeu, dizendo que se referiu ao mercado do Forte da Casa, e que os comerciantes levavam o gelo para a Póvoa.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que a máquina do gelo que existe no Forte da Casa é uma máquina pequena, que não produz uma bola de gelo em 24 horas. Existe uma maior, que não funciona há mais de 5 anos. Há duas máquinas, a que deveria servir não funciona por avaria há bastante tempo, e a que existe não produz uma bola de gelo durante 24 horas, sendo que em Alverca não há máquina de gelo. -----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que se reportou ao Forte da Casa na sua intervenção, e que aquilo que disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Forte da Casa, que é o responsável pelo mercado, é que o gelo que a máquina faz é suficiente, só que as pessoas pretendem outra, mas disse também que ia averiguar e já ligava. -----



Deliberação nº _____

Quanto à outra questão, mas no mercado de Alverca, no novo, as pessoas têm gelo. Quanto ao mercado pequeno irá analisar, porque também, efetivamente, uma máquina de pequena dimensão resolve aquele assunto. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
APOIO NO TRANSPORTE DE CRIANÇAS PARA A ESCOLA DO PRIMEIRO-CICLO DA
VALA DO CARREGADO - CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que se está à beira do início de mais um ano letivo, e a informação que chega aos membros da CDU da Castanheira do Ribatejo é a de que há 13 crianças que, não obstante residirem na zona central desta vila, segundo orientação do agrupamento de escolas propõe-se que possam iniciar o seu ano letivo no primeiro-ciclo, na Vala do Carregado. -----

Porém, a câmara municipal, segundo informação que lhes chegou, não se disponibiliza para assegurar o transporte escolar, e parece-lhes difícil de acreditar nesta situação, até porque é compromisso da autarquia assegurar esse transporte, decorrendo aliás de um imperativo legal assegurar esse custo. -----

Desta forma, gostariam de saber o que se está a passar, e se estas crianças que estão a ser deslocadas para a escola da Vala do Carregado têm ou não garantias de, no início do ano letivo, terem o apoio escolar como qualquer outra criança tem direito, no âmbito da legislação aplicável.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que esta é uma situação que está em análise técnica, sendo que a câmara municipal presta, como o Sr. Vereador sabe, apoio direto e indireto a transportes escolares a cerca de 1 500 alunos no concelho, investindo cerca de meio milhão de euros todos os anos neste processo, e cumpre absolutamente e escrupulosamente tudo o que são as suas competências nesta área, nomeadamente o transporte escolar.-----

O caso da Castanheira está em análise, exatamente porque é um caso fora do que é habitual, por um lado, e merece por isso uma atenção especial, tendo nesse sentido solicitado aos serviços que voltassem a refletir sobre a matéria, tendo em conta algumas especificidades, e não vai entrar em grandes detalhes, porque os técnicos estão a estudar.-----

Basicamente trata-se de um número de crianças que é condicional, e que, de acordo com a organização do próprio agrupamento, teve a sua integração ou propõe a sua integração num outro espaço escolar. Como também entende que é uma situação excecional, mas não se pode fugir ao que, de acordo com a lei, o município está também obrigado, está-se neste momento a fazer uma análise



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

J

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 021

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

muito fina da matéria, sendo pois um assunto do conhecimento da câmara municipal, e de interesse muito atento.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que os membros da CDU sabiam que é uma situação de alunos com a sua inscrição condicionada, mas cujos encarregados de educação manifestam vontade de quererem inscrever os seus educandos no sistema regular de ensino. -----

Havendo disponibilidade do estabelecimento de ensino, o que para o efeito se comprova, a câmara municipal deve de facto garantir o transporte. É a opinião que têm, tendo até em linha de conta a distância percorrida e as dificuldades de mobilidade que assistem também dentro desta freguesia, e essa atenção deve ser assegurada por parte da câmara municipal.-----

Aquilo que solicitam é que a autarquia avalie e tome uma decisão. Segundo sabem essa decisão, que está em avaliação técnica, já dura há alguns dias, e está a deixar pouco tranquilos os encarregados de educação, por uma razão simples, ou têm a garantia de que conseguem ver as suas crianças integradas no sistema regular de ensino, ou terão de obter outras garantias, designadamente junto das instituições particulares de solidariedade social, cujo processo de inscrição também está a decorrer, e vai terminar nos próximos dias. -----

Há pois decisões de natureza familiar que têm de ser tomadas, e a câmara municipal não pode adiar durante muito mais dias uma decisão para a qual já foi solicitada há também bastantes dias. -----

Assim, solicitam mesmo que a autarquia avalie o que tiver de avaliar, e na humilde opinião que têm a câmara municipal tem de assegurar o transporte, doutra maneira não está a cumprir a sua função, nos termos da legislação, e portanto terá de fazer essa comunicação quanto antes aos seus encarregados de educação, através do agrupamento de escolas, para tranquilizar e normalizar o início do ano letivo. Agradecem ainda que a câmara municipal, assim que tome uma decisão, a faça chegar aos membros da CDU através do gabinete dos mesmos.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, agradecendo esta intervenção, uma vez que na primeira intervenção o Sr. Vereador colocava em causa o cumprimento da legislação sobre essa matéria, e efetivamente, relativamente a esta questão em concreto, o que se trata é exatamente de ponderar uma

possibilidade excecional fora do que é a competência legal da câmara municipal sobre esta matéria. -----

Pretende ainda deixar registado, para que conste também em ata, que não há nenhum tipo de atraso por parte da resposta da câmara municipal, nem tão pouco dos serviços municipais nesta matéria, e quando se tiver a resposta possível, será dada informação, em primeiro lugar, ao agrupamento, e depois dar-se-á conta ao gabinete da CDU, como foi solicitado. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, para dizer que os membros da CDU estão a trabalhar para o mesmo objetivo, e seguramente continuarão a fazê-lo, mas não é a informação de que dispõem. A informação de que dispõem é que o agrupamento de escolas aguarda pela resposta da câmara municipal há algum tempo, e até lhes deu conta desse tempo, pelo que não sabem se esperar 2 ou 3 semanas é um tempo razoável, mas parece-lhes que não. -----

Também lhes disseram, apesar de não terem visto, que o respetivo serviço de educação, do ministério, terá informado o agrupamento de escolas que é obrigação da câmara municipal assegurar esse transporte. Não sabem se essa comunicação por escrito chegou ao gabinete do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, disseram-lhes que sim, mas o Sr. Vereador deve reparar que no meio de tudo o que querem é fazer parte da solução, não querem entrar na situação de quem é que tem a culpa. -----

Há crianças que têm de ser inscritas na rede pública escolar, que faz parte do município de Vila Franca de Xira, e a câmara municipal tem todas as obrigações para assegurar esse transporte, e essa é que é a preocupação. -----

Assim, solicita que não se detenham mais neste particularismo, de quem é que não está efetivamente a assegurar a sua responsabilidade, o certo é que esta situação não é conhecida de hoje, e não foi só conhecimento do Sr. Vereador, a partir do momento em que os vereadores da CDU colocaram a situação. É do conhecimento do Sr. Vereador e do conhecimento da câmara municipal, e de há alguns dias bastantes a esta parte. Logo, a urgência de uma tomada de decisão impõe-se independentemente da preocupação levantada pelos vereadores da CDU. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que crê que o Sr. Vereador não põe em dúvida que efetivamente o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira pesa e analisa as



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº

questões dos prejuízos que se podem causar às famílias. Está-se perante uma situação excecional, embora seja um direito absolutamente pertinente dos pais, ou um reconhecimento da sua vontade de integrar os filhos numa idade antecipada, em relação àquela que é a idade obrigatória, mas a câmara municipal está a considerar essa mesma excecionalidade, e não foi dito em momento algum que não será tida em conta. -----

Estão-se a fazer as referidas ponderações sobre a matéria, e pensa que até ao início da próxima semana este assunto estará encerrado. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
REQUERIMENTO - SELAGEM E ESTANCAMENTO DE CAIXA DE SANEAMENTO - RUA
1º DE MAIO - BOM SUCESSO - ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, apresentando, em nome dos membros da CDU, um requerimento para uma avaliação dos serviços municipalizados, na rua 1º de Maio, no Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, em relação às caixas de visita de esgoto que fazem ligação ao prédio de habitação coletiva, designadamente o nº 20, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Segundo fizeram chegar esses moradores, há alguns problemas que se prendem com a necessidade de selagem dessas caixas de saneamento, e eventual reforço das campanhas de desinfestação ou desbaratização, pelo que solicitam que os serviços possam ir ao local, e avaliar com mais propriedade esta mesma situação.-- Desta forma, deixam o requerimento, e aguardam que a câmara municipal possa responder com a brevidade possível. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que se vai dar despacho a esta questão da desbaratização. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que as desbaratizações têm vindo a ser realizadas regularmente ao longo de todo o concelho, e sempre que há queixas, pelo que fica entregue o requerimento, para seguir para os serviços, e com certeza, com a celeridade que é habitual, haverá intervenção nessa matéria. -----



Fl. Atā 025

Reunião de 2013/08/28

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS – CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS
MONTES-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, apresentando, em nome dos membros da CDU, um requerimento, no sentido de saber o motivo ao abrigo do qual não foi feito ou construído o acesso rodoviário que serve o Casal do Álamo, designadamente na rua da Vivenda do Castelo, lote 270, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Esta é mais uma das ruas desta imensa AUGI que a dada altura está interrompida, ou seja, passa-se a usar a terra batida quando nada o justifica aparentemente, até porque existem algumas habitações na sua envolvente.-----

Todavia, e certamente é uma informação que precisa de ser localizada, deixam o requerimento, e aguardam que a câmara municipal possa responder com a brevidade possível.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que vai ler o requerimento com toda a atenção, no que respeita ao acesso rodoviário, e tentar, de facto, encontrar uma solução. -----

This image shows a full page of white paper with horizontal dashed black lines, typical of primary-ruled notebook paper. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings present.

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
SITUAÇÃO DOS PRÉDIOS DA QUINTA DE SANTO AMARO - MONTE GORDO - VILA
FRANCA DE XIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que na última reunião de câmara foi dito aos membros da Coligação Novo Rumo que a Bolsimo vai ser notificada para proceder à demolição do lote 2, da Quinta de Santo Amaro, no Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, e os moradores do lote 1 vão ser notificados para se pronunciarem sobre o projeto, pelo que gostariam de saber se efetivamente já foram notificados, e em caso positivo, se até já responderam eventualmente, uma vez que já decorreu quase um mês.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a Bolsimo já foi oficiada, os moradores têm conhecimento, como aliás a Srª Presidente já referiu noutro momento, do estudo entregue à administração do condomínio no sentido de se pronunciar sobre o que pretendem fazer.-----

A questão da Bolsimo, como se sabe, não está fácil, e qualquer palavra deslocada do texto de um determinado ofício pode colocar a câmara municipal numa situação desconfortável, e por isso mesmo o advogado da câmara municipal tem vindo a dirimir textos com a Bolsimo, no sentido de acautelar os interesses da autarquia. ---
Julga, mas a Srª Presidente saberá isso melhor do que o próprio, que há de haver um momento em que a câmara municipal vai ter de tomar uma decisão relativamente ao que fazer quanto à demolição do lote 2. Vai-se ter de tomar certamente uma decisão coletiva, tendo que se ter a consciência das repercussões que isso pode vir a ter em termos financeiros para a câmara municipal.-----

Há de contudo chegar um momento em que, de facto, os contactos que se vão estabelecendo com a Bolsimo já não têm sentido, porque chegaram ao limite, e caberá a esta autarquia decidir o que fazer, julgando que, eventualmente, na próxima reunião de câmara, mas a Srª Presidente irá ponderar sobre a matéria, se terá de tomar uma decisão.-----

Aguarda-se também que os moradores se pronunciem relativamente ao estudo de recalçamento das fundações do lote 1, e é o que pode dizer. -----



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº _____

Tomou a palavra a Srª Presidente, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros para fazer distribuir a todos, ainda esta semana, o regimento alterado, pois não tem sentido nenhum. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

VOTO DE PESAR – ANTÓNIO BORGES -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, procedendo à leitura, em nome dos membros da Coligação novo Rumo, de um breve elogio fúnebre e um voto de pesar a um economista brilhante, mas infelizmente sem muito jeito para a política, o Professor António Borges. -----

“Licenciado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e um mestrado e doutoramento realizados em Stratford, nos Estados unidos, António Borges teve uma das mais distintas carreiras entre a elite económica do país. -----

O percurso intermitente entre Portugal e o estrangeiro levou-o a estar entre os fundadores do PSD, e à vice-presidência do Banco de Portugal, com apenas 40 anos. -----

Por via do trabalho feito à frente da escola de gestão do INSEAD, que se transformou num competidor forte das universidades dos Estados Unidos, chegou à vice-presidência do Golden Sachs, uma das principais instituições financeiras de Wall Street. Em outubro de 2010, no auge da crise financeira, Dominique Strauss-Kahn, o anterior diretor-geral do FMI, escolheu-o para diretor do departamento europeu do FMI. -----

Tinha um estilo muito frontal, quase provocador, que muitos tomavam erradamente por arrogância, e era pouco complacente com a mediocridade. As suas intervenções públicas facilmente eriçavam a sua sensibilidade mediática, pouco dada ao inteligente confronto das ideias, gerando grandes controvérsias, mas gerar controvérsias é precisamente uma característica dos grandes homens.--- Contribuiu largamente para o debate de ideias em Portugal, sobretudo no campo da economia, mas não só, teve um papel muito relevante na preparação do país para o euro, e durante a fase de construção da moeda única. -----

As suas ideias controversas, é certo, foram sempre apresentadas publicamente, e como tal sujeitas ao escrutínio de todos. É pena, porém, que quem dele discordava recorresse mais facilmente à maledicência do que ao inteligente contraditório de ideias. Todos perdemos com isso, mas o legado das suas ideias e a memória da tenacidade, do brilho intelectual e da sua civilidade, ficarão connosco.-----

As nossas sentidas condolências à sua excelentíssima família, e o nosso pesar por



Deliberação nº _____

Respondeu o Sr. Vereador Vítor Silva que não é para ser votada.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata^{na} 030

Reunião de 2013/08/28

Proc^o _____

Deliberação nº 871

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE BOMBEIROS-----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que ainda não acabou a época sazonal, infelizmente, de fogos que grassam por este país, e gostaria que se pudesse votar um voto de pesar pelos bombeiros de várias corporações, inclusivamente da Área Metropolitana de Lisboa, que faleceram e têm falecido ao longo deste fatídico verão, expressando ao mesmo tempo o reconhecimento por uma tão nobre entrega destes homens, principalmente sabendo-se que poderia acontecer a qualquer um, inclusivamente ao grupo que se encontra fora, tanto de Vialonga, como da Póvoa, e por este trabalho tão humanitário que fazem, e que tem tanta dificuldade.-----

É sabido que de há uns anos para cá, seja por fogo posto, seja por falta de limpeza de matas, seja por outra coisa qualquer, a floresta em Portugal está a desaparecer. Não se chamam os responsáveis à baila, aqueles que deveriam limpar as matas, e às vezes os próprios proprietários.-----

Havia antigamente guardas florestais, que deixaram de existir, assim como os guarda-rios, que também deixaram de existir, e há coisas que deixaram de existir porque se calhar faziam parte do antigo regime, mas fariam muita falta nos dias que correm, para evitar estas desgraças maiores que estão a acontecer. -----

Interveio a Sr^a Presidente, referindo que acredita que todos partilham o voto de pesar pelo falecimento dos bombeiros, mas não pode, no entanto, deixar de referir que é urgente que o Governo tome mais atenção e dote de maiores meios aquilo que são as rubricas destinadas à prevenção. O que se necessita é de prevenir, em vez de remediar, que no caso da perda de vidas humanas é irremediável.-----

Por isso, como já a semana passada foi sobejamente referido, a verba que está destinada à prevenção é efetivamente muito residual, face depois à verba destinada àquilo que é o momento seguinte. -----

Depois, na realidade há um conjunto de coisas que o Sr. Vereador João de Carvalho mencionou, que se prende com a observação das regras que, por ausência de fiscalização, e foram retirados alguns meios aos próprios grupos que estavam encarregados dessa vigilância, impede uma atuação atempada e uma ação que seja fiscalizadora de modo a evitar males maiores.-----



Fl. Ata ~ 031

Reunião de 2013/08/28

Proc^o _____

Deliberação nº _____

Portanto, todos comungam, e farão chegar, quer ao Serviço Nacional de Bombeiros, quer às entidades, desde logo à Federação Distrital de Lisboa, a que pertencem os bombeiros que perderam a vida nestes últimos dias, a transmissão do pesar da câmara municipal por este acontecimento. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. -----

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Deliberação nº **872**

01.ata 16

Assunto: VOTO DE PESAR – URBANO TAVARES RODRIGUES -----

Presente para aprovação o voto de pesar pelo falecimento de Urbano Tavares Rodrigues, datado de 2013/08/19, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio a Sr.^a Presidente, dizendo que Urbano Tavares Rodrigues era uma figura bem conhecida, com uma relação muito especial e forte àquilo que é o reconhecimento, também de Vila Franca de Xira, do movimento do Neorrealismo. Foi uma figura grada desse mesmo movimento, que tem no Museu do Neo-Realismo o seu próprio lugar, e diria mesmo que tem ali um lugar especial, e que ao longo da sua vida sempre deu mostras de ser uma pessoa de um nível superior, já que, independentemente das suas opções, ao longo da sua vida, que foi longa, e ainda bem, fez questão de sempre ter uma atitude de relacionamento com todos os quadrantes políticos e sociais do país, o que merece particular destaque. Foi uma figura de importância nacional e internacional, que merece o registo do pesar da câmara municipal pelo seu falecimento. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que de facto é mais um pouco da nossa história e literatura, um grande humanista e defensor da vida democrática que desaparece, e como é lógico que os membros da CDU associam-se ao voto de pesar que a câmara municipal está a apresentar, que é dirigido, quer à família de sangue, quer à família de pensamento ideológico, e sugerem que o seu nome possa ser lembrado para uma das ruas do concelho. Sabe que as coisas não partem da câmara municipal para as juntas de freguesia, mas é de facto um nome a considerar, para perpetuar a sua memória. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que, tirando o fator pessoal de conhecimento de longa data, praticamente desde criança, que lidou com Urbano Tavares Rodrigues em várias situações, e apesar da não concordância em termos ideológicos, não pode deixar de admitir que se perde um grande homem da literatura, como já se perderam de vários quadrantes. Urbano Tavares Rodrigues era um homem novo com uma idade proveta, e tão novo que foi pai há relativamente pouco tempo. -----

Perde-se uma figura importante da nossa literatura contemporânea, e daí que não haja dúvidas nenhuma de que os membros da Coligação Novo Rumo estão a favor



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – INFORMAÇÃO SEMESTRAL DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – CÂMARA MUNICIPAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 58/13, de 21/08, do DGAFJ/DPFCI, para conhecimento da situação económica e financeira do município, relativa ao 1º semestre de 2013, do revisor oficial de contas, e posterior remessa à assembleia municipal para conhecimento. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 58/13, de 21/08, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----

Interveio a Srª Presidente, discutindo este ponto em conjunto com o ponto 4 da ordem do dia, dizendo que se trata de uma situação que vem pela primeira vez à câmara municipal, e que resulta da apreciação feita pelos auditores. Este trabalho será também submetido à assembleia municipal, sendo uma análise da situação económico-financeira da câmara municipal e dos serviços municipalizados, que corresponde em tudo àquilo que é a habitual feita pelos serviços da área financeira. -----

Complementando a informação, dá conta que neste momento o município de Vila Franca de Xira não tem nenhum endividamento líquido que concorra para a apreciação dos cálculos habituais em cada momento, que às vezes criam sérios constrangimentos ao município. Por isso, neste momento está-se numa situação perfeitamente tranquila. -----

Na próxima reunião de câmara virá uma miniconta de gerência, reportada a 31 de agosto, de modo a fornecer alguma informação antes do término do mandato. -----



Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU tinha alguma expectativa de que a integração desta informação pudesse acrescentar mais informação àquela que já é produzida pelos serviços da câmara municipal, e fica muito aquém da expectativa inicial. Não há, nem a confirmação nem o desmentir de nenhuma informação que os vereadores da câmara municipal já dispunham sobre esta matéria, sendo que, aliás, quem está eleito tem por obrigação saber com que contas se "cose". -----

Para esta matéria fica a sensação, e a opinião da CDU, de que este trabalho fica muito aquém daquilo que foi depositado na expectativa inicial aquando da celebração deste contrato, parecendo mesmo que a informação, com relativa facilidade, poderia ser, e é hoje já fornecida, pelos serviços da própria câmara municipal. -----

A CDU tem algumas dúvidas que haja necessidade em manter este serviço que é pago, se continuar a fornecer informação apenas com esta quantidade e qualidade, não pondo em causa o seu mérito ou a validade dos seus dados. Contudo, sinceramente fica muito aquém das expectativas inicialmente geradas aos vereadores da câmara municipal, designadamente aos vereadores da CDU. A informação prestada pelos serviços, ou quando são solicitados a dar essa informação, é bastante suficiente e aprofundada para saberem exatamente onde se encontram e como devem reger as contas do município. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo, como vereadores, é evidente que não precisam de consultar o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que saiu há relativamente pouco tempo, para constatarem e confirmarem alguns dados, pois sabem que a situação da câmara municipal está equilibrada. -----

Contudo, fará alguns apontamentos, no sentido de que está bem, mas pode ainda estar melhor. Atendendo ao agravamento de toda a situação económica que se vive no país, que depois se faz chegar às empresas e, consequentemente, às instituições, há alguns alertas que podem permitir uma melhor atenção ou pelo menos um estudo mais aprofundado para melhorar alguns indicadores. -----

No indicador da maior independência financeira, e consultando o anuário financeiro, em 2012 há um indicador de 56,7%, e alerta que tem vindo a diminuir




desde 2007, pois começou com 67,6%, em 2008 passou para 63,5%, em 2009 para 62,8%, em 2010 passou para 61,2%, em 2011 para 58,5% e em 2012 para 56,7%. Embora seja importante, e um indicador positivo, alerta para a diminuição que tem vindo estes últimos anos a acontecer.-----

Nos encargos com pessoal nota-se, pelos valores que foram apresentados, um acréscimo, nos primeiros 6 meses, nalguns valores, comparativamente com os indicados no mesmo período do ano 2012. Em 2012 a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira estava incluída nos 114 municípios que apresentavam despesas com pessoal superiores a 30%, e o indicador não é perigoso ainda, mas, até com a tentativa de ultrapassar, pode realmente significar alguma tendência que há que tentar travar.-----

Nos valores do ativo líquido, nota-se a 30/06/2012 um ligeiro acréscimo de 6 milhões de euros, no entanto a Coligação Novo Rumo não tem a maior parte dos componentes para que possa fazer um juízo mais completo sobre este valor do ativo, e gostaria de saber quais são os bens, referentes ao domínio público, o imobilizado incorpóreo, o imobilizado corpóreo e o imobilizado em curso, coisa que não é indicada, juntamente com os investimentos financeiros existentes, dívidas a receber, títulos negociáveis, depósitos de caixa, acréscimo de proveitos, custos diferidos, etc. -----

No total de fundos próprios nota-se uma diminuição na ordem dos 3 milhões de euros e também não tem informação dos outros componentes, para poder fazer um juízo mais completo. -----

No passivo, no valor indicado em 30/06/2013, comparativamente com o valor em 31/12/2012, há um acréscimo de 9 milhões de euros, sensivelmente, e para se poder analisar com mais rigor teria de saber, no total de dívidas de terceiros, qual o valor de médio e longo prazo e dívidas de curto prazo. -----

A Srª Presidente acabou de dizer que não há, felizmente isso é salutar e importante, no entanto, se se consultar o anuário, vê-se que no ano de 2012 o município de Vila Franca de Xira está colocado em 21º lugar com o valor de 101.455.473,00€, no ranking dos municípios com maior volume de compromissos assinalados para os anos seguintes, incluindo compromissos por pagar no exercício, sendo evidente que é sinal que quem tem crédito pode ser realmente



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 039

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

credível e tudo mais. -----

Volta a dizer que os membros da Coligação Novo Rumo se regozijam por sentirem que o município tem uma situação equilibrada, mas faltam-lhes ainda mais valores para poderem fazer um juízo mais completo, coisa que podia também esperar encontrar através desta informação que é dada, que infelizmente não é tão completa como pensaram. -----

Interveio a Srª Presidente, fazendo uma breve análise das questões levantadas. -----

Em relação à questão levantada pela CDU, houve uma primeira apreciação, muito mais sucinta do que aquela que foi hoje distribuída, que a própria recusou, porque achou tão pouca que não era nada. -----

Depois foi esta segunda, levantando algumas questões, e o que foi referido foi que efetivamente, a exemplo do que acontece com os conselhos fiscais, quando as situações são complexas é que se detalham em opiniões e recomendações. Como não havia nada de especial a referir, a informação limitou-se a uma breve apresentação, mas pedirá à Drª Nélida Soares para também se pronunciar sobre as questões que foram levantadas. -----

Depois, quanto aos revisores, entraram ao serviço no mês passado, e é o primeiro contacto que têm com a organização. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo à Srª Presidente que recorde à CDU qual o valor da avença. -----

Interveio a Drª Nélida Soares, referindo que é à volta de 30 000,00€, para 3 anos, incluindo SMAS e câmara municipal. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que com certeza na próxima assembleia municipal constam da atividade municipal as demonstrações financeiras, e a CDU garante que a informação produzida pelos serviços municipais está mais bem apetrechada do que aquela que dispõe através desta empresa. -----

Interveio a Srª Presidente, respondendo que a razão é porque são bons, e ainda bem. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que o que pode estar em causa é a necessidade de avaliar se faz sentido manter esta avença e prestação de serviços.-

Respondeu a Srª Presidente que ainda é muito cedo, pois só passou um mês, e esse sinal foi antecipado pela própria, pois recusou a primeira informação, pedindo



mais detalhes, e inclusivamente, depois desta reunião pode-se dizer “nós queremos mais informação, mais detalhe”. Por exemplo, no caso dos SMAS os auditores fizeram algumas propostas, depois da reunião que tiveram com o Sr. Presidente do Conselho de Administração, só que no caso da câmara municipal não o fizeram.-----

Em relação às questões que o Sr. Vereador Vítor Silva levantou, pode ser sempre melhor, contudo, num horizonte temporal curto, e dada a situação, o que pensa é que é capaz de não ser. -----

Lembra também, até porque, como o Sr. Vereador não está sempre presente, às vezes estes pormenores podem não ser referidos na altura em que está, que é bom não perder de vista qual é o valor real do orçamento, das receitas próprias do município, que, a confirmar-se a nova Lei das Finanças Locais, levará um sério rombo no próximo momento.-----

Vai desaparecer o IMT, que no caso de Vila Franca de Xira ainda é significativo, e não se sabe como se comportará a questão do IMI. Sabe-se já que vai haver um desvio de IMI para as freguesias, e Vila Franca de Xira aparece na informação da Direção-Geral de Finanças como sendo um município que vai perder verba em relação ao IMI. No caso do IMI rústico, estão neste momento os prédios a ser avaliados, e é integralmente para as juntas de freguesia.-----

Os municípios o que têm em perspetiva é uma clara redução de custos e aumentos de despesa, porque, como ainda esta semana ficou claro, vai haver um aumento de despesa da parte da câmara municipal enquanto entidade patronal, no desconto para a ADSE. Se lhe perguntarem se está de acordo, acha que está de acordo, porque a entidade patronal deve ter o mesmo tratamento entre o público e o privado, não deve ter tratamentos diferenciados, mas a verdade é que tinha, teve durante muitos anos, e no próximo orçamento vai ter que se considerar mais 2,5%, salvo erro, para o pagamento da ADSE.-----

Quando o Sr. Vereador fala que o município está em 21º no geral, está em 10º lugar nos grandes municípios, mas o que se deve ver neste quadro, por exemplo, é se o saldo da conta de gerência cobre os compromissos que transitam de um ano para o outro, e no caso do município de Vila Franca de Xira cobriu muito confortavelmente, significando que se tudo estivesse feito, tudo estaria pago, e




seria zero, assim como a dívida a terceiros, que foi zero na passagem de um ano para o outro. Por isso, aí está perfeitamente à vontade. -----

Quanto à questão da independência financeira, decorre de situações que muitas vezes não estão no domínio total dos municípios. Desde logo, refere uma questão, não foram os municípios que decidiram o pagamento faseado do IMI, no entanto isso veio introduzir, e nos casos dos municípios já em dificuldades, dificuldades acrescidas nos pagamentos aos seus fornecedores, e nalguns casos até aos salários. -----

Vai-se ver quando é que se recebe a terceira prestação, uma vez que é liquidada em novembro, e a experiência não é a melhor do mundo em relação ao Estado, quando faz contas com os municípios no fim do ano, já que às vezes guarda o dinheiro para diminuir o défice nacional, esquecendo que os municípios também têm uma contabilidade para apresentar e um défice para gerir. -----

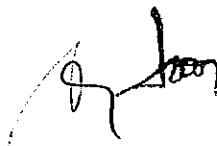
Por isso, há questões que dependem diretamente do município, e outras que são fatores externos, que dão o resultado final, sendo que o que pode dizer é que, na realidade, no dia em que se acabarem os contratos-programa, no dia em que se acabarem os fundos comunitários, os municípios terão um orçamento que mostra uma realidade que ao longo de 20 anos a esta parte tem vindo a ser alterado. As ajudas que vêm da Comunidade Europeia são ajudas que fazem crescer as receitas dos municípios, mas não são receitas próprias, não são receitas seguras, são provenientes de compromissos com entidades externas, e aí haverá uma realidade completamente distinta. -----

Em relação às questões com o pessoal, o Sr. Vereador disse que tinham aumentado as despesas com o pessoal, mas pagaram-se os subsídios de férias, essa é a única razão porque aumentou a despesa com o pessoal, e aí dirá que foi uma "abençoada" despesa. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que é algo que o PSD não queria que acontecesse. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, referindo que considera, no que diz respeito à informação, que é necessário melhorar. Nesse sentido terá uma conversa com os próprios auditores, para abordar este assunto. -----

Interveio a Drª Nélida Soares, acrescentando que este é um relatório intercalar, e



os detalhes de que o Sr. Vereador Vítor Silva falava vêm normalmente acompanhados de uma prestação de contas, e o município de Vila Franca de Xira não presta contas semestrais, mas sim anuais. Virá uma miniconta, que obviamente não será na próxima reunião de câmara, mas pensa que será em 22 de setembro, e que já reflete muita explicação destes valores, muito embora com mais 2 meses, porque estes são de 30 de junho e a conta que virá é relativa a 31 de agosto. Contudo, já traz a explicação necessária para compreender alguns destes rácios e números.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo, no que se refere aos passivos, que o município foi contemplado no rateio com 2 milhões de euros, e prescindiu, na medida em que não se justificava estar neste momento a recorrer a um crédito à banca, tendo em consideração que nenhuma taxa de juro iria servir, e quando, na realidade, tem meios próprios que garantem que as obras que está a fazer e as que pretende lançar até ao fim do ano, estão garantidas no seu pagamento, mesmo com algumas quebras das receitas que já se vêm a notar, que, no caso de Vila Franca de Xira, não causarão uma preocupação que venha a constituir-se como atrasos aos fornecedores ou outro compromisso qualquer. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Reunião de 2013/08/28

Deliberação nº 875

Tomado conhecimento.-----

Assunto: MOÇÃO – RETIRADA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É ILEGÍTIMA – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

Presente para aprovação a moção dos membros da Coligação Democrática Unitária, datada de 2013/07/17, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, intitulada “Retirada dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública é ilegítima”, para que a câmara municipal reclame a revogação de todo o normativo legal que vise o aumento do horário de trabalho, redução dos dias de férias e retirada de feriados, aos trabalhadores em geral, inclusive aos trabalhadores da administração pública. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que na sequência da discussão havida na última reunião de câmara, com base numa proposta de moção que a CDU tinha apresentado na penúltima reunião, combinou-se neste interregno fazer uma proposta que perspetivasse algum maior consenso relativamente a esta matéria. -----

Grosso modo, os fundamentos estão no texto que entretanto o Partido Socialista teve ocasião de remeter às restantes forças políticas, e no fundo a proposta é que o município possa aprovar uma moção de condenação relativamente a estas políticas que têm vindo a gerar problemas aos trabalhadores em geral, mas da função pública muito em particular, nomeadamente no que respeita a esta nova legislação referente ao aumento do horário de trabalho, sem a correspondente remuneração, o que, tendo em conta o facto dos rendimentos disponíveis para os trabalhadores terem vindo, nos últimos anos, a diminuir de forma bastante substancial, constitui verdadeiramente uma diminuição da remuneração pelo trabalho, e a câmara municipal não se deve reconhecer nele. -----

Assim, é essa a proposta que o Partido Socialista apresenta para ser votada. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que efetivamente julga que terá sido já distribuído às bancadas a proposta do PS, e agora pede que os Srs. Vereadores façam alguma consideração, julgando que o texto vai ao encontro dos princípios gerais que a proposta da CDU apresentou. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que quando, na última reunião de câmara, os membros da CDU concordaram em retirar o ponto para que o Partido Socialista pudesse fazer algumas alterações, estavam à espera que as



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

19

100

Fl. Livro _____

Fl. Ata 045

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

alterações fossem ao texto da moção da CDU, ou seja, alguma palavra ou expressão com a qual os Srs. Vereadores pudessem não estar de acordo, em que aí iriam ponderar a retirada ou não dessa mesma expressão ou palavra. -----

Contudo, aquilo que lhes foi entregue ontem foi uma moção completamente distinta, com o mesmo conteúdo, mas com uma reformulação total naquilo que tinham colocado, pelo que, não tendo nada contra a moção que o Partido Socialista entregou, gostariam de continuar a votar a moção que têm, que é, ao fim ao cabo, aquilo que também os Srs. Vereadores dizem, e que tem a ver com a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente da administração pública, no que diz respeito à redução dos dias de férias, redução nos direitos dos trabalhadores, aumento do horário de trabalho e retirada de feriados, neste caso até a todos os trabalhadores.-----

Aquilo que sugerem é que a moção da CDU continue, porque é ela mesmo que está agendada, e por isso que seja votada, e no ponto de vista que têm, se os Srs. Vereadores do PS entenderem colocar também a moção que têm à discussão e votação, estão de acordo em que seja integrada na ordem do dia, com uma votação distinta daquela que foi a moção apresentada pela CDU.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo não têm nenhuma questão, e só quando se decidir afinal o que se vai votar é que gostariam de expressar o sentido de voto. -----

Tomou de novo a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que pode não ter ficado claro, e deve ficar, que se se entender colocar a moção do PS à votação, vão votar favoravelmente, porque o seu conteúdo é o de estar completamente de acordo com os princípios dos membros da CDU.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que quando, sobre um mesmo assunto, vão dois documentos distintos a reunião de câmara, tem uma opinião, que não é completamente consensual, e que é a de entender que estes documentos devem ser votados em alternativa, uma vez que não faz sentido que o município tenha duas posições distintas sobre a mesma matéria. Não faz sentido institucional, e se os Srs. Vereadores estiverem de acordo que se vote em alternativa, fica resolvido, mas se não estiverem, e é normal até que não estejam, sugere que o Partido Socialista, no caso, vote a favor da sua proposta, partindo do





princípio que a CDU não quer a votação em alternativa, pois percebeu que não estava de acordo.-----

Interrompeu o Sr. Vice-Presidente, mencionando que há que esclarecer, porque são coisas diferentes. O Partido Socialista, tendo em vista algumas passagens da moção da CDU, tem dificuldade em votá-la a favor. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, para dizer que aquilo que ficou acordado na última reunião é que o PS dissesse quais eram essas passagens, para a CDU poder depois alterar, se estivesse de acordo com as alterações. -----

O Sr. Vice-Presidente retomou a palavra, mencionando que para já há uma contradição, que é logo fundamental, entre o título e aquilo que é proposto. Considera que são coisas diferentes, e portanto era absolutamente essencial esclarecer esta matéria.-----

Politicamente tudo é legítimo, mas pode-se estar ou não de acordo, que é aquilo que se está a conversar, sendo que julga que os membros do PS fizeram um texto que abarca as situações que são necessárias. Há duas propostas, e a Srª Presidente vai ter de moderar.-----

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso referiu que a CDU está disponível para votar a proposta do Partido Socialista, e a mesma deveria ser agendada na ordem do dia, nesta ou na próxima reunião, mas também quer votar a que a CDU apresentou.-----

Os membros do PS, através da proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, querem colocar as propostas em votação alternativa, e esta questão da votação em alternativa já deu "sarilho" que baste em momento anterior.-----

Desta forma, considera que o melhor é agendar as duas propostas para a próxima reunião de câmara, e votá-las.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que, efetivamente, os eleitos desta câmara municipal, nem naquilo que se entendem, se entendem, o que é fantástico. Uma coisa é certa, alguns estão contra estas alterações, quanto àquilo que são os atentados que os trabalhadores têm sofrido, sendo que em termos de prejuízo já não há, porque o Sr. Presidente da República, desde logo, já promulgou as 40 horas.-----

Assim, não lhe chocaria que se introduzisse o texto do Partido Socialista, e se votassem as duas moções já hoje, ficando o assunto resolvido. Introduz-se um

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ponto, o 5A, as moções ficam como pontos 5 e 5A, sendo a moção do 5A do Partido Socialista, que chegou mais tarde. Estão todos devidamente esclarecidos quanto aos conteúdos, e o método é votar as duas moções.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que, independentemente do previsível sentido de voto dos membros da Coligação Novo Rumo, para ambas as moções, há um problema, pois se as duas forem aprovadas, a Srª Presidente tem que enfrentar qual das duas é enviada. Se são as duas, não sabe como vai ser. -----

Retomou a palavra a Srª Presidente, passando, em primeiro lugar, à votação do ponto 5, relativo à moção apresentada pelos membros da CDU, perguntando quem vota a favor, e dizendo que a CDU vota a favor. -----

Ao perguntar quem se abstém, respondeu o Sr. Vice-Presidente que se abstém. ----

De seguida, ao perguntar quem vota contra, concluiu que a moção foi rejeitada, com 3 votos a favor, uma abstenção, e 7 votos contra, de 4 membros do PS e dos membros da Coligação Novo Rumo.-----

Prosseguiu, com a votação do ponto 5A, moção apresentada pelo Partido Socialista, concluindo que a mesma foi aprovada, com 8 votos a favor, dos membros do Partido Socialista e da CDU, e 3 votos contra, dos membros da coligação Novo Rumo.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, apresentando uma declaração de voto dos membros da Coligação Novo Rumo para os pontos 5 e 5A, que leu seguidamente, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Rejeitada, com os votos a favor dos membros da CDU, a abstenção de um membro do PS, e 7 votos contra, dos restantes membros do Partido Socialista e dos membros da Coligação Novo Rumo.-----



Fl. Ata. 048

Reunião de 2013/08/28

Proc^o

Deliberação nº 877

Assunto: MOÇÃO – ORDENAR AS POLÍTICAS CONTRA OS DIREITOS DOS
TRABALHADORES – PARTIDO SOCIALISTA -----

Presente para aprovação a moção dos membros do Partido Socialista, datada de 2013/08/28, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, intitulada “Condenar as políticas contra os direitos dos trabalhadores”, para que a câmara municipal solicite aos partidos com acento parlamentar a utilização de todos os meios políticos e constitucionais ao seu dispor para que as leis em causa não produzam efeito.-----

Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 5 da ordem do dia. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar a moção apresentada pelo Partido Socialista. -----

A

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 852/13, de 22/08, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da prorrogação legal do prazo da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, por mais 385 dias, remetendo a conclusão da obra para 30/09/2014, bem como do plano de trabalhos e cronograma financeiro, ajustados ao referido prazo, apresentados pelo Consórcio OBRECOL – Obras e Construções, SA/Oliveiras – Engenharia e Construção, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 852/13, de 22/08, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, dizendo este ponto e o ponto 7 só têm a ver com a reprogramação, discutindo os pontos em conjunto, acrescentando que finalmente a obra está a andar a bom ritmo. -----
Dentro do consórcio eram duas empresas, e dadas as dificuldades que a Obrecol estava a sentir, e as reuniões que foram havendo, entendeu-se por bem que deveria passar a obra à Oliveiras. Foi o que aconteceu, e a obra ganhou outra dinâmica. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que tem algumas questões, nomeadamente na forma que se denomina de cedência da posição contratual, que veio à reunião de câmara. A CDU constatou no local que há um movimento diferente em termos da disponibilidade do empreiteiro para realizar a obra, mas



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 050

Reunião de 2013/08/28

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

gostaria de colocar algumas questões.-----

Em termos dos terrenos necessários para a conclusão da obra, quais faltam vir à posse da câmara municipal, ou sobre os quais depende ainda uma autorização dos respetivos proprietários para concluir até à nova data, que é novembro/dezembro de 2014?-----

Depois, a Câmara Municipal de Alenquer tem ou não honrado com os seus compromissos financeiros em relação ao município de Vila Franca de Xira? Há da parte de Alenquer alguma disponibilidade de novo tipo no sentido de comparticipar uma obra que também é do interesse do concelho vizinho de Alenquer? -----

Ainda, até porque houve uma mudança do empreiteiro, que pode suscitar trabalhos no local com outras características, ou pelo menos construídos de outra maneira e com outra metodologia, é possível antecipar alguma alteração em relação às modificações mais recentes do projeto de construção? -----

A preocupação da CDU é se se pode estar perante uma situação, que é normal em obras públicas, de antecipação, ou de trabalhos a mais ou diferentes do inicialmente contratualizado, e se hoje já existe uma perspetiva face ao atraso acumulado desta obra, de uma quase inevitável revisão de preços. De que montante se pode estar a falar, do ponto de vista financeiro e de custos a mais para o município de Vila Franca de Xira? -----

Por fim, uma questão que preocupa à CDU é que implicações de ordem financeira poderão estar em causa se o fundo de coesão não assegurar o financiamento desta obra para além do que estava inicialmente contratualizado ao abrigo do contrato respetivo de financiamento, ou seja, se por parte da entidade que tutela esta matéria, há autorização para levar a efeito esta prorrogação de prazo para além do prazo inicialmente contratado.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que irá responder a duas questões que foram colocadas.-----

Quanto à última, a reprogramação vem hoje depois de aprovada pela unidade de gestão. -----

Quanto à questão de Alenquer, estão os serviços a reunir os elementos que dizem respeito às despesas envolvidas, sendo que alguns destes assuntos foram tratados diretamente ao nível da CCDR, via APA – Agência Portuguesa do Ambiente, no

sentido de, como foi o primeiro caso, da demolição da casa que lá estava, de um senhor que veio entretanto a falecer, junto da Câmara Municipal de Alenquer, dar corpo às diversas conversas que tem havido.-----

Quando à revisão de preços, há sempre, mesmo que não haja nenhuma alteração em relação ao cronograma temporal.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando, em relação ao supermercado e ao restaurante, em que ponto de situação se encontra a negociação efetuada por este município e os respetivos proprietários. Recorda que, concordando-se ou não com a declaração do impacto ambiental, constituiu-se obrigação do município criar condições para o realojamento destas superfícies comerciais, pelo que a CDU queria saber em que ponto se encontra a negociação até então estabelecida para o efeito.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo, relativamente aos terrenos, que os únicos de que ainda se têm restrições são os que aludiu o Sr. Vereador, relativamente ao restaurante e ao supermercado.-----

A câmara municipal está a tentar uma negociação que seja boa para as partes e, sinceramente, a câmara municipal não se sente vinculada pela declaração de impacto ambiental, porque, como já referiu numa outra ocasião, essa declaração extrapolou aquilo que deve ser uma declaração de impacto ambiental. Uma declaração não deve, e já viu muitas, e nunca tinha visto uma com aquele teor, referir que a câmara municipal deve fazer isto, aquilo ou aqueloutro, não em termos de condicionantes ambientais, mas sim dizendo quais eram os caminhos a seguir relativamente ao supermercado e ao restaurante. -----

Uma declaração de impacto ambiental não o deve referir, deve, isso sim, referir que o restaurante e o supermercado causam um obstáculo à boa execução da obra. Até aí é razoável que a declaração o refira, mas mais que isso não o deve fazer, e nem sabe por que o fez. -----

Desta forma, a câmara municipal não se sente vinculada por aquilo que a declaração diz, sente-se vinculada moralmente, no sentido de encontrar soluções e, como já falou noutras ocasiões, o advogado está a tentar encontrar uma solução. Por exemplo, no supermercado, de repente aparece mais uma coproprietária, e julgava-se que era uma arrendatária e uma proprietária,



aparecendo agora mais uma outra senhora. -----
Estas matérias não são fáceis, sendo que com a proprietária até já se tinha
chegado a um valor, e depois tinha que se encontrar um valor para a arrendatária,
mas agora aparece outra pessoa, e espera que não apareçam mais. Não põe em
dúvida que a pessoa que apareceu não seja titular, pois pensa que é, pelos
documentos que apresentou. -----

Assim, há alguma dificuldade nesta matéria, e por isso vai ter que se encontrar
uma solução, sendo que, caso a questão não esteja ainda resolvida aquando da
conclusão da obra, aquela obra ficará isolada, até que haja possibilidades de fazer
a respetiva demolição das construções em causa. Contudo, espera que até lá isso
se resolva. -----

Também é preciso referir uma outra questão que se está a tentar dirimir com a
EDP, que é a realocização dos postes de média tensão que lá existem, e que têm
que ser relocizados para que se possa construir o pontão. Tem-se vindo, com a
paciência que é possível, junto da EDP, a demonstrar a necessidade urgente, já
ontem, e ainda mais urgente hoje. As obras começaram, e logo por azar partiu-se
uma conduta da Solvay e uma outra conduta, pelo que se se quisesse fazer pior
não se tinha conseguido. -----

Há algumas dificuldades, que espera sejam resolvidas a breve trecho. -----
Depois, o planeamento refere o término da obra em setembro de 2014 e, portanto,
é esse o prazo que se quer que seja cumprido. -----

O Sr. Vereador refere uma questão que se tem vindo a conversar com o projetista,
provavelmente está-se a referir à solução dos colchões REN, e não pareceu que
tenha sido tecnicamente uma boa solução. O projetista está a analisar, se bem que
nestas questões de reflexão com os projetistas não é sempre uma situação simples
e fácil, porque na defesa quase intransigente e obsessiva dos projetos há uma
dificuldade em rebater. -----

De qualquer forma, entendeu-se que neste novo arranque da obra, que como disse
e bem está agora a entrar em velocidade cruzeiro, as adjudicações que eram
necessárias fazer já foram feitas, e espera que a matéria seja em breve resolvida,
assim como houve um problema que já está em resolução, junto à empresa Vítor
Matos. São aterros de há muitos anos, e por isso a solução certamente teria que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 053

Reunião de 2013/08/28

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

ser outra, que foi aquela que mais tarde foi implementada. -----

Se vai haver trabalhos a mais ou não, neste momento não tem condições de o dizer, por tudo o que acabou de referir. -----

Interveio a Srª Presidente, chamando a atenção que vê com muita dificuldade, no âmbito da medida do quadro comunitário para este efeito, que haja alguma alteração à verba, porque está tudo em "overbooking", e não lhe parece possível qualquer alteração. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, dizendo que a Coligação Novo Rumo, relativamente a estes 2 pontos, porque estão interligados, tem três questões, tendo a primeira a ver com o prazo. -----

Verificam, no quadro que consta na comunicação interna, que o prazo inicial da obra contemplava 630 dias, e das contas que fizeram, até à primeira suspensão, decorreram 117 dias. Veem agora, fazendo a diferença dos 630 e 117 dias, que faltariam 513 dias. -----

Depois, a empresa ou o consórcio pediu 443 dias de prazo para concluir a obra, e numa informação técnica da câmara municipal recomenda-se que sejam os 385 dias, e o consórcio aceita. -----

Assim sendo, há três situações que não conseguem perceber. Primeiro, o prazo encurtou face ao prazo inicial. Segundo, não percebem por que é que não se aceitam os 443 dias, que já são menos do que os dias que faltavam para completar o prazo inicial, e se propõem 385 dias. -----

Perguntam com que fundamento é que se propõem 385 dias e não se aceitam 443 dias, porque, como a Srª Presidente sabe, a Coligação Novo Rumo constantemente verifica que vêm a reuniões de câmara prorrogações de prazo. Assim, se este prazo não é suficiente, mais vale desde logo fixar o prazo que for suficiente. A sua coligação, a olho nu, vendo um prazo inicial de 630 dias, e havendo uma diferença de cento e tal dias para o prazo que agora se está a propor, não consegue perceber como é que a obra pode ser finalizada neste prazo menor, quando normalmente acontece o contrário. -----

Quanto ao prazo, a dúvida é muito concreta, o prazo de duração da obra foi suspenso, e questionam se estes 385 dias são uma prorrogação de prazo ou o reinício daquele prazo, uma vez que ficou suspenso. Foram apenas completados



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Afla 054

Reunião de 2013/08/28

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

117 dias de obra, e não lhe parece que o termo correto fosse prorrogação de prazo, de qualquer maneira gostariam de ouvir quem se poderá pronunciar sobre esta situação. -----

Uma segunda questão tem a ver com a Câmara Municipal de Alenquer, não tendo a própria percebido a resposta da Srª Presidente. A Srª Presidente disse que os serviços estão a recolher os documentos para depois se conversar com a Câmara Municipal de Alenquer, mas, concretamente gostaria de saber se a autarquia de Alenquer tem essa consciência, e se efetivamente está na disponibilidade de honrar os seus compromissos, ou simplesmente irá a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira entrar num litígio com a Câmara Municipal de Alenquer. -----

A última questão é se, a este momento, já se sabem os custos ou as implicações financeiras que todas estas suspensões originaram, e, se esses custos já estão contabilizados, gostaria que a Srª Presidente os fizesse chegar ao gabinete da Coligação Novo Rumo, uma vez que hoje eventualmente não será possível. Se for possível, ficaria muito grata. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando ao Engº José Fernandes que possa esclarecer esta mecânica dos prazos. -----

Em relação à Câmara Municipal de Alenquer, a experiência, nalguns casos, não tem sido a melhor em relação com terceiros, senão veja-se o assunto da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, em que está quase a terminar o mandato e está-se mesmo a ver que é um problema que vai ficar para os próximos governantes do município de Arruda, já que o Sr. Presidente, até ao momento, agora já assumiu, mas não resolveu, estando-se portanto na mesma. -----

Neste caso em concreto, e já várias vezes houve oportunidade de falar, Alenquer não tem nenhum interesse nesta obra, porque ao longo dos anos, sempre que o INAG fazia limpezas do rio, fazia-as depositando na margem correspondente ao concelho de Alenquer, que tem uma diferença de cota em relação ao município de Vila Franca de Xira superior a um metro, o que é estranhíssimo, tendo até em consideração que as habitações e a estrada estavam do lado do município de Vila Franca de Xira. -----

Ora, é muito fácil de perceber que, com margens com este diferencial, a água transborda sempre para o sítio mais baixo. A água não sobe paredes, e então





Alenquer foi sempre dispensada, o concelho de Vila Franca de Xira ficou sempre preocupado, e a população da Vala do Carregado sempre debaixo de água quando alguma coisa acontecia.-----

Neste quadro, num primeiro momento era a Alenquer que cabia o tratamento das expropriações, num primeiro momento de negociações, e pensou, sendo Vila Franca de Xira testemunha de que assim foi, que os proprietários eram pessoas com quem se conseguia falar do interesse público, mas verificou-se depois que o interesse individual e da propriedade falou mais alto, tendo Alenquer declinado essa responsabilidade, passando o assunto a ser tratado pelo INAG, e posteriormente pela APA, que foi quem procedeu à declaração de interesse público, expropriações, tudo o mais, e aos respetivos pagamentos.-----

A única coisa que Vila Franca de Xira pagou neste processo referente a esta mecânica foi a questão da casa da senhora, que veio a várias reuniões, e demoliu-se logo. Depois ainda houve vários tropeços pelo caminho, mas tinham sempre a ver com procedimentos que eram desenvolvidos ao nível da CCDR, e não ao nível do município de Vila Franca de Xira.-----

Por isso, nesta altura tem-se esta conversa para fazer, e é uma conversa que já foi feita em mais do que num momento entre a própria, o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alenquer. Também estará numa ata da reunião de câmara que a própria falou que isto poderia ser dividido ao meio, já para aliviar, e foi uma das formas de resolver mais rápido, porque senão, já não estava a pessoa que lá vivia, porque tinha falecido, mas ainda lá estava a casa para demolir, sendo essa a situação que se vai formalizar com Alenquer.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que as questões colocadas são eminentemente de carácter técnico, e por isso solicita ao Engº José Fernandes que esclareça a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus.-----

Interveio o Engº José Fernandes, referindo-se ao prazo de execução da empreitada, que é de 630 dias. Tinha uma data de consignação, de início dos trabalhos e uma duração prevista para 11/09/2013. Este prazo não foi possível cumprir, pelas razões que todos sabem, e ao longo deste processo ocorreu um conjunto de suspensões da obra, umas parciais e outras totais. Por força da legislação dá direito a uma prorrogação, só que a prorrogação não é a soma dos dias





correspondentes às suspensões, é uma soma correspondente ao conjunto de atividades que estão a ocorrer naquele momento, e que ficaram suspensas, mas interligam com todo o planeamento. -----

O empreiteiro o que fez, efetivamente, foi, de uma forma geral, fazer este somatório e acrescê-lo de um prazo que considere razoável para a mobilização dos equipamentos, daí ter pedido 443 dias.-----

O que se fez foi relacionar toda esta situação no planeamento, com as atividades envolvidas, as suas relações de sequencialidade, naquilo que diz respeito às prorrogações ou suspensões parciais, e àquilo que respeita às suspensões totais, e é nisto que vão resultar os 385 dias que vêm à reunião de câmara como prorrogação.-----

Foi muito pacífico porque, dando esta argumentação ao empreiteiro, ele rapidamente aceitou a questão dos 385 dias, e daí a situação.-----

A questão dos 630 dias tem a ver com uma situação normal, e se não ocorresse nada era este o prazo da empreitada. Agora, está-se a compactar este prazo do conjunto de atividades que interrelacionam no pagamento global a que ele tem direito.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 057

Reunião de 2013/08/28

Procº 60/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº 879

1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO, GESTÃO DE QUALIDADE E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 853/13, de 22/08, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da reprogramação financeira do contrato, para os anos económicos de 2013, no montante de 20 760,65€ + IVA, e 2014, no montante de 57 051,68€ + IVA, de acordo com o novo plano de trabalhos da obra ajustado a 30/09/2014, referente à prestação de serviços de fiscalização, gestão de qualidade e coordenação de segurança da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção do novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à GSET – Global Serviços e Engenharia Total, Lda.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 853/13, de 22/08, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Este ponto foi discutido em conjunto com o ponto 6 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2013-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 59/13, de 22/08, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 1ª revisão ao orçamento da despesa e plano plurianual de investimentos da câmara municipal para 2013, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 59/13, de 22/08, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que este ponto tem a ver diretamente com a questão da reprogramação do rio Grande da Pipa. Não é só isso, mas a obra mais específica é a do rio Grande da Pipa. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que o sentido de voto dos membros da Coligação Novo Rumo, pelos fundamentos conhecidos e referidos ao longo das reuniões de câmara, é o de abstenção. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 059

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 881

1. Assunto: 6ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 5ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2013 -----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 56/13, de 21/08, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 6ª alteração ao orçamento da despesa e plano plurianual de investimentos, e 5ª alteração ao plano de atividades municipais da câmara municipal para 2013. -----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 56/13, de 21/08, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
- O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, para dizer que a questão é que há obras e ações com as quais os membros da CDU não concordam, e outras há com as quais até foram subscritores e proponentes. Assim, colocam à consideração da câmara municipal que se possa fazer uma repartição em termos do sentido de voto, porque doutra maneira têm de adotar um voto de sentido maioritário, o que os obrigaria, com certeza, a não ficarem satisfeitos, porque na verdade há obras com as quais estão plenamente de acordo.-----
- Se a Srª Presidente permitir, fará a apresentação das propostas com as quais estão de acordo, e ao mesmo tempo apontarão as obras com as quais não estão de acordo, no sentido do voto poder ser diferente.-----
- Interveio a Srª Presidente, referindo que ao fazer-se duas votações isso pressupõe dois documentos, pois não se vai votar linha a linha. -----
- A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, dizendo que o sentido de voto



dos membros da Coligação Novo Rumo é no sentido da abstenção, tal e qual como no ponto 8, dando por reproduzidos os fundamentos referidos ao longo das reuniões de câmara. -----

Contudo, têm uma dúvida, está previsto um pagamento à Simtejo de 700 000,00€, que tem a ver com a recolha e tratamento de efluentes, e não percebem como é que não estava previsto no PPI este pagamento. Reconhecem que possa haver diferenças, que têm de ser acertadas, mas 700 000,00€ causam alguma confusão, e gostariam que a Srª Presidente explicasse. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que a passará ao Sr. Vereador Vale Antunes, para explicar detalhadamente este assunto, que começou por ser na casa dos milhões, deu muita discussão, e agora conseguiu-se reduzir a 700 000,00€. Parece quase um filme que se vive neste momento com a EDP, que a partir do momento em que se colocaram contadores, percebeu-se que se andava a pagar valores à EDP que ninguém conhecia. -----

Ao devolver-se as faturas, porque estavam erradas, a EDP diz que não é bem assim, e no país só Vila Franca de Xira e o Porto é que têm contadores instalados. Desta forma, já se percebe efetivamente o que é que leva a provar diferenças, eram negócios da China, antes dos chineses. -----

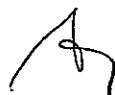

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU já perceberam que para o Partido Socialista basta a abstenção do PSD para viabilizar o documento, mas perguntam, novamente, percebendo que há um trabalho de expediente de secretaria que teria de ser feito, se o PS está sensível à questão que levantaram. Custa-lhes terem de votar contra algumas obras das quais foram primeiros proponentes, mas se tiver de ser assim, assim será. -----

Interveio novamente a Srª Presidente, referindo que a questão que o Sr. Vereador coloca não tem sentido nenhum. Já foi feito desta forma, mas num momento muito especial, que teve a ver com a biblioteca. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que teve a ver com a biblioteca, mas já foi feito. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que tinha outra génese, não era essa. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio novamente, referindo que por acaso a mesma biblioteca volta a aparecer, pelo que era uma continuação. -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que não tem sentido o pedido do Sr. Vereador, e não pode acolhê-lo.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU não participarão na discussão, farão uma declaração de voto em relação à posição que têm sobre esta matéria, e lamentam que assim seja.-----



Tomou a palavra o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo que vai historiar a questão da Simtejo, sendo que aquando do contrato de concessão com a empresa os serviços, câmara municipal e SMAS, mais SMAS do que câmara municipal, fizeram um cálculo à época, no início do ano 2000, daquilo que era estimado serem as recolhas dos efluentes domésticos e industriais, em parceria com aquilo que foi, da parte da Simtejo, uma proposta inicial. -----

Terá havido alguma discussão à volta desse documento, que aconteceu nesse momento, e o mesmo veio a ser homologado mais tarde pela tutela, já corrigido de alguns fatores que eram possíveis de identificar à época, ainda sem as grandes ETAR em pleno funcionamento.-----

Foi possível perceber-se, acompanhando o que era mensurável em função do início da atividade das ETAR, no Conselho de Administração dos SMAS, que o número estimado previsto para tratamento das águas residuais estava inflacionado. -----

Assim sendo, a partir de 2010 era estimado pagar cerca de 5,7 milhões de euros, e há cerca de 10 milhões de metros cúbicos de efluente doméstico, que por atraso na construção das ETAR foram sendo prorrogados. Foram-se fazendo reuniões, como dizia a Srª Presidente, algumas bem duras, com as administrações da Simtejo e dos SMAS, e conseguiu-se, passo a passo, demonstrar, naturalmente com a melhor das boas intenções que à época os serviços técnicos dos SMAS fizeram, e que foi avalizado, que havia questões que estavam excessivamente empoladas. ----

Defendeu-se desde sempre, em reuniões, e depois a Srª Presidente participou também nalgumas delas, que deviam ser instalados caudalímetros, embora com algum fator de erro, pela génese do bem que é ali medido, às vezes por aquilo que transporta e não deve transportar. Defendeu-se isso à época e defende-se hoje, a questão da instalação dos caudalímetros, e foi-se tendo mais massa crítica, mais possibilidade de aferir efetivamente o que era tratado nas ETAR, até que se consumou, no final do ano passado, 95 ou 96% do tratamento geral dos esgotos do

concelho. -----

Estavam no contrato de concessão 6 381 722,00€, o que dá cerca de 12 milhões de metros cúbicos de efluente doméstico tratado. -----

Continuaram as reuniões, a nível das administrações, demonstrou-se, tecnicamente, que já se tinha uma massa crítica de razão do lado do município, e naturalmente que houve um acordo, foi assinado e promulgado um contrato de concessão, mas as coisas são reversíveis, são passíveis de serem reanalisadas. -----

Depois de muita discussão, e às vezes mesmo discussão, conseguiram-se aproximar significativamente, quase ao ponto, aquilo que são os consumos domésticos do concelho de Vila Franca de Xira, e o que se deve pagar à Simtejo, tendo-se descido, daquilo que está contratualizado em termos do contrato de concessão dos 12 milhões de metros cúbicos, para 8 milhões de metros cúbicos, descendo-se de 6,3 milhões de euros para 4,02 milhões de euros por ano, em 2013. Portanto, houve que ajustar estes valores, porque entretanto o que tinha sido considerado no orçamento para 2013 andaria à volta dos 3 milhões de euros, até cerca dos 4 milhões de euros. -----

Há um pequeno défice, que tem a ver com um valor que ainda não está a ser repercutido na totalidade junto do consumidor. Entendeu-se não o fazer, pelo que há uma decalagem, mas como resultado objetivo conseguiu-se em 2013 não se pagar o que está no contrato de concessão, os 12 milhões de metros cúbicos/6,3 milhões de euros por ano, para pagar 8 milhões de metros cúbicos, muito próximo da realidade, e 4,02 milhões de euros por ano. -----

Há uma condição, ou seja, quando se tiverem as condições técnicas da instalação de caudalímetros, e os serviços técnicos dos SMAS, bem como, ao nível superior, as administrações, o aferirem, o valor ser eventualmente ajustado em função daquilo que for a realidade. -----

Concluiu, dizendo ser esta a história, em poucos minutos, de muitas horas e reuniões de trabalho, muitas atas e documentos, pensando que se chegou a um acordo correto, e à salvaguarda dos interesses do município. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que estava prevista uma verba no PPI para esta situação, pelo que estes 700 000,00€ acrescem, o que foi confirmado pela Srª Presidente. -----



Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, para fazer uma declaração de voto, dizendo que a CDU vota contra, não concorda que com o orçamento da câmara municipal se continue a financiar o projeto nova biblioteca, bem como para os fins a que se destinam os novos projetos que a seguir, e em diante, serão aprovados e concretizados seguramente, não obstante estar de acordo com algumas obras das quais até foi proponente, como é o caso das rotundas em Vialonga, reparações nas escolas de primeiro-ciclo, e início da construção da escola básica do Sobralinho. -----
Todavia há de facto questões com as quais minimamente não se reveem, o que obriga os seus membros, por maioria de razão, face à intransigência do Partido Socialista de não querer dividir a votação, a terem de votar contra a proposta de alteração a este orçamento para 2013. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que a Coligação Novo Rumo se abstém. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, para fazer um breve comentário a uma questão de opção, e efetivamente os Srs. Vereadores da CDU deverão, e fizeram-no muito bem, tomar a opção pelo que consideram ser importante para a sua ação e atividade, que foi o votar contra um conjunto de coisas que, no entender do PS, são fundamentais para o desenvolvimento do concelho. No caso específico da biblioteca, ainda por cima está a crescer a bom ritmo, e a qualificar mais uma zona ribeirinha importante do concelho, e da cidade de Vila Franca de Xira muito em particular. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso tomou a palavra, mencionando que não sabe se o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira ouviu mal, mas volta a repetir aquilo que o seu camarada disse há pouco. Não é um conjunto de coisas com as quais os membros da CDU não concordam, é a nova biblioteca de Vila Franca de Xira, com a qual estiveram sempre em desacordo, não com a sua construção ou localização, mas sim com o montante que se vai gastar na construção de uma biblioteca que nem concurso público teve. -----

Como se não bastasse aquilo que se vai pagar pela construção da biblioteca, tem agora que se pagar também a sinalética, e agora foi retirada, mas vinha também à reunião de câmara, a questão dos espaços exteriores. -----

Assim, não é um conjunto de coisas, estão plenamente de acordo, e aliás propuseram a construção da rotunda de Vialonga e a escola de primeiro-ciclo do



Sobralinho, pelo que se o Sr. Vereador não ouviu da melhor forma, acha que era importante esta ressalva, para que não haja dúvidas que a CDU vota contra este ponto apenas e só porque o Partido Socialista entendeu não retirar dele a nova biblioteca para Vila Franca de Xira.-----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo a Srª Vereadora, porque há duas opções para a observação que fez, e como a própria entende que não é ignorância, é má intenção, e tem a ver com a biblioteca, quando a Srª Vereadora diz que não teve concurso público. O processo teve visto do Tribunal de Contas, isso devia descansá-la, e é só o que quer deixar claro para quem ouve.-----

A exemplo da posição que teve em relação ao hospital, pois queria o hospital, mas não era ali, só não sabia onde, porque aquilo que tinha um dia no PDM era um sítio que não era um terreno possível para hospital sequer, e votou sempre contra, só espera que os membros da CDU vão poucas vezes ao hospital, mas o hospital serve hoje em muito melhores condições toda uma vasta população comparativamente com o anterior.-----

Quanto à biblioteca, o que deseja é que lá vão muitas vezes, porque há de ser um sítio espetacular, e por isso não tem nenhuma dúvida que se tomou a decisão certa. É um local que exigia uma requalificação, e por isso mesmo o executivo PS está a fazê-la, consciente de que tomou a decisão certa, e respeitando todos os procedimentos legais obrigatórios, o que é fundamental. Não vale a pena vir com meias palavras, porque não é exatamente a CDU que faz essa análise da legalidade dos procedimentos.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo à Srª Presidente que se os membros da CDU não a conhecessem há tanto tempo, e não conhecessem em particular a câmara municipal, até ficariam tentados a pensar que tinham dito algo de anormal. Pede imensa desculpa, mas não recebem lições do Partido Socialista em matéria de defesa do Serviço Nacional de Saúde, e o que a Srª Presidente acabou de falar foi de um belo negócio para o Grupo Mello, não foi do Serviço Nacional de Saúde.---

Em relação à nova biblioteca, faz falta essa biblioteca, mas seguramente, se fosse feito um concurso público ela não gastava o valor que todos, com o dinheiro de todos, vão ser obrigados a pagar, e seguramente ficaria muito mais barata. Pode também a Srª Presidente ter a certeza que isso se vai pagar, com o dinheiro de



todos. -----

Terminou, agradecendo a atenção da Srª Presidente. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, agradecendo imenso à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso a explicação suplementar que deu, em socorro do Sr. Vereador Nuno Libório, procurando explicar o que de facto já estava muito bem explicado pelo Sr. Vereador, e que se resume numa frase muito simples, que tanto um como o outro acabaram, por outras palavras, por dizer que a CDU está a favor, mas vota contra, não sendo pois nada de novo. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes. -----

Assunto: APOIO MUNICIPAL À AQUISIÇÃO DE MÓDULO DE COMANDO PARA VIATURA DE RECOLHA DE RSU DO MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA (CABO VERDE)-----

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2013/08/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da aquisição de um módulo de comando para viatura de resíduos sólidos urbanos - RSU, marca Volvo FL 240-35 (4x2), com o número de chassis YV2TBMOA48B - 520764, para o município de Santa Catarina (Cabo Verde), até ao montante máximo de 12 000,00€, com IVA incluído. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que a câmara municipal ofereceu uma viatura, entretanto a viatura teve uma avaria, mas lá não se repara. A autarquia tem acompanhado este assunto, desde logo o Sr. Vereador Vale Antunes, e há um técnico que lá vai agora, que vai reparar a viatura.-----

É isso que é hoje trazido, dentro daquilo que é a colaboração com Santa Catarina, sendo as despesas de deslocação pagas pelo município de Santa Catarina. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, mencionando que os membros da CDU agradecem muito a explicação, mas não é de facto o que está escrito, pelo que pedem também algum cuidado na forma e conteúdo das informações que se fazem, pois levou-os a compreender que seria um equipamento novo, suplementar, face ao investimento. -----

É o que se lê, mas de certeza absoluta que o erro será da CDU, e então entenderam e compreenderam mal, uma vez que se trata da reparação. -----

Retomou a palavra a Srª Presidente, reforçando que é dito, na proposta, que em 2008 se comprou uma viatura de resíduos sólidos para oferecer a Santa Catarina, sendo que agora a peça é nova.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que o que ficou adquirido para os membros da CDU é que seria suplementar à função já hoje existente, e teriam algumas dúvidas sobre isso, para não dizer bastantes. -----

Contudo, se é para reparar algo que já existe, está tudo bem. -----

A Srª Presidente interveio, referindo que os membros da CDU não tinham entendido bem, mas já ficou esclarecido. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Assunto: III FALP – FÓRUM DAS AUTORIDADES LOCAIS DE PERIFERIA-----



Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/07/30, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para conhecimento do relatório do encontro do III FALP - Fórum das Autoridades Locais de Periferia, bem como manifestação ao mesmo fórum da intenção da câmara municipal em organizar o próximo fórum mundial, e procurar, caso seja escolhida, as parcerias necessárias à concretização deste encontro em Portugal, como forma de celebrar a importância da lusofonia e da diversidade das periferias, iniciando, através das reuniões preparatórias, a nova fase da vida do FALP. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que se trata do relatório do encontro do III FALP, já tendo tido oportunidade, em momento próprio, logo a seguir, de dar conta daquilo que tinha sido o encontro, e da relação do município, desde a criação desta rede com a mesma, na sua qualidade de município da periferia. O que se traz hoje é um relatório daquilo que foi a prestação do município lá, desde logo a sua, bem como a proposta de que Vila Franca de Xira, e respondendo até a um convite que já voltou a ser formulado, possa manifestar a intenção de organizar o próximo fórum mundial. -----

Como se trata de uma realização com alguma ambição, a sugestão é a de que pudesse ser feito no contexto da própria área metropolitana, em discussão a fazer logo após as eleições, e agora seria apresentada a intenção do município, já que vários municípios da área metropolitana já participaram. De novo, o município de Setúbal esteve também presente em Canoas, bem assim como recentemente, já depois deste encontro, houve um encontro em Cascais, em que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira esteve presente, de que era presidente Carlos Carreiras, que se insere no mesmo espírito. -----

Considera que este assunto é algo de bastante interesse, e que se traz hoje para apreciação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU não duvidam do interesse, antes pelo contrário, porém, ao estar-se a tomar uma decisão para um ato de gestão do próximo quadro autárquico que resultar das eleições de setembro, para o ano de 2016, parece-lhes que poderia e deveria haver alguma prudência, tendo em conta a necessidade de melhor se conhecer o

que podem ser as implicações diretas na organização do evento.-----

Dizem, com toda a franqueza, que não dispõem de qualquer informação sobre uma relação, por mais pequena que seja, dos custos que pode ter para o município de Vila Franca de Xira a realização de uma iniciativa desta natureza, pelo que, admitindo que é uma iniciativa de valor para o concelho e para o país, seria prudente que a câmara municipal retirasse esta proposta, pudesse reformulá-la, adicionar alguma informação que entendesse por bem adicionar, para também ficarem com mais dados para perceberem o que é que se pede, e o que é que se exige ao município, do ponto de vista financeiro, como é óbvio.-----

Respondeu a Srª Presidente que ainda bem que o Sr. Vereador fez agora essa precisão, pois compreende e concorda que é preciso ter um orçamento, uma projeção de custos e isso tudo, já que, no que respeita ao trabalho de sensibilização e ação junto dos diversos governos produzido pelo FALP, é por demais reconhecido para merecer qualquer dúvida, e a troca de experiências entre municípios com a mesma localização geográfica nos respetivos continentes é também, na sua opinião, de particular importância.-----

Nesse caso, porque a proposta terá de ser presente numa reunião que terá lugar em novembro, e tendo o relatório toda a pertinência, se os Sr. Vereadores estiverem de acordo sugere que a proposta venha à primeira ou segunda reunião que dê tempo, considerando, de qualquer maneira, que Vila Franca de Xira deve estar na reunião de novembro, deve colher-se algum espaço e ir preparando este trabalho. A própria pode, no entretanto, fazer uma primeira abordagem junto dos municípios que hoje constituem a área metropolitana e que não se vão alterar, no que respeita aos municípios em si, já que não é um movimento estranho, nem nada que esteja a acontecer de novo. Depois, será então formalizada uma proposta detalhada, com custos.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU está de acordo.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que é sempre muito importante e útil haver reuniões, troca de ideias e de experiência. Vila Franca de Xira, até pela exposição que é contada no relatório, tem tido uma participação ativa em todos os fóruns que tem havido, e seria importante, até porque junta normalmente 2 000 participantes e 200 cidades.-----





No entanto, para os membros da Coligação Novo Rumo poderem subscrever a tal carta de intenções, demonstrando ideia e interesse em fazer-se em Vila Franca de Xira o próximo fórum, gostariam de ver o impacto económico e o financiamento, vendo-se como tudo será possível, pois sem isso é estar a trabalhar um pouco no desconhecido. -----

Retomou a palavra a Srª Presidente, referindo que basta dizer que a importância da participação de Vila Franca de Xira levou a que o presidente do município de Canoas, que é candidato a governador de Porto Alegre no próximo ato eleitoral, se tivesse deslocado a Portugal para falar com Vila Franca de Xira, no sentido de garantir que este município iria estar presente, bem como do tema que iria abordar.-----

Claro está que Canoas, até pelos orçamentos que tem e tudo o mais, fez algo de particularmente ambicioso, e Vila Franca de Xira poderá, seguramente, fazer alguma coisa bastante digna, mas de uma outra dimensão, porque quando aconteceu em Nanterre ou em Getafe, periferia de Madrid, e aí foi muito fraco, foi de dimensões mais reduzidas. -----

Assim, concordando com este método, virá o assunto a uma próxima reunião.-----

Concluiu, informando que o município foi abordado, e está a desenvolver diligências para construir a ideia, para depois vir a reunião de câmara, no sentido de Vila Franca de Xira organizar o segundo congresso mundial de tauromaquia, que é uma organização que se reúne agora, e que tem também uma participação internacional muito forte, sendo dessa participação internacional que surge o convite, no sentido de Vila Franca de Xira ser organizadora, em 2014. -----

Mário Vargas Llosa, que é prémio Nobel da literatura, como se sabe, é a pessoa que lidera este movimento, e isso para o município era de grande importância também, estando-se neste momento numa rampa de lançamento de um conjunto de coisas de grande importância para o concelho. -----

Tomado conhecimento do relatório.-----



Assunto: PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO
COM O GRUPO RECREATIVO E CULTURAL DO BOM RETIRO -----

Presente minuta do protocolo a celebrar com o Grupo Recreativo e Cultural do Bom Retiro, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente à cedência gratuita, em regime de comodato, das lojas situadas no Bairro do PER do Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, situadas a tardoz do prédio com o número 5 de polícia (ex-lote 1), da rua Padre António Vieira, que correspondem aos números 41 e 43 de polícia, lojas esquerda e direita, da rua General Humberto Delgado, e das caves situadas no mesmo Bairro do PER, a tardoz dos prédios com os números 7, 9 e 11 (ex-lotes 13, 12 e 11) da rua Padre António Vieira, com correspondência para a rua General Humberto Delgado, para o único número 45 de polícia, na freguesia de Vila Franca de Xira, destinadas a atividades relacionadas com o seu objeto social. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que se trata da regularização de uma situação que se arrasta há anos, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros, pessoa que acompanhou este assunto, que possa explicar. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, referindo que houve uma cedência das instalações ao Grupo Recreativo e Cultural do Bom Retiro, em regime de comodato, porque ainda não está constituído o direito de propriedade sobre os imóveis, e para regularizar a utilização deste espaço, até que esse direito esteja constituído, é feita esta cedência em comodato. Contudo, não é um direito de superfície, e daí que a cedência seja feita por períodos de 1 ano, enquanto for possível à autarquia manter a posse e ocupação. -----

A Srª Presidente interveio, esclarecendo que logo que a propriedade horizontal esteja resolvida, passará a direito de superfície, que era o compromisso com o grupo, e o que acontecia é que estava lá sem qualquer vínculo, sem qualquer sustentabilidade. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que os membros da CDU estranharam ser só por 1 ano, porque normalmente é por mais. O Dr. Fernando Barreiros deu a justificação, e é bom que se oficialize a situação, bem como se informe a direção destas razões. -----

Aproveita para colocar já uma questão que tem sido colocada por este clube, e que



Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.

Assunto: PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO
COM A COOPERATIVA ALVES REDOL -----

Presente minuta do protocolo a celebrar com a Cooperativa Alves Redol, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente à cedência gratuita, em regime de comodato, do edifício sito na rua Alves Redol, números 5, 7 e 9, na freguesia de Vila Franca de Xira, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia, sob o artigo 1019, e descrito na primeira conservatória do registo predial de Vila Franca de Xira, pela ficha 3484 da mesma freguesia, destinado a sede e desenvolvimento de atividades por parte da cooperativa. -----



Interveio a Srª Presidente, dizendo que se trata de uma cedência de instalações à Cooperativa Alves Redol, e vem à câmara municipal, em conversações com os responsáveis da cooperativa, no sentido de, reconhecendo-se o trabalho que faz, e a importância que tem, de a poder efetivamente aliviar de algumas despesas, já que o valor da renda se tornava insuportável. -----

Nesse sentido, tendo ficado vago o primeiro andar do Café Central, e outras soluções foram equacionadas, mas não correspondiam em relação às obras que eram necessárias fazer ou às possibilidades, acordou-se que aquele lugar é um lugar importante, também para a cooperativa, com visibilidade, e se entretanto surgir outro melhor, com certeza que a câmara municipal o virá a equacionar. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, congratulando-se por se ter encontrado uma solução, porque há pouco tempo alguns elementos da cooperativa demonstravam-lhe alguma preocupação com aquela primeira proposta para alojamento. Sabe-se no estado em que aquilo está, e considera que esta foi uma solução encontrada para um espaço que, ainda por cima, é um dos espaços nobre da cidade, e parece-lhe que a Cooperativa Alves Redol ficará muito bem no primeiro andar do Café Central. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm ouvido falar que o posto de turismo passaria para aquele local, e portanto questionam se o posto de turismo se manterá no mesmo local, para já, onde está, o que lhe foi respondido afirmativamente. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, esclarecendo que os membros da CDU têm o

Fl. Livro _____

Fl. Ata 073

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

entendimento de que muito ganhará o concelho de Vila Franca de Xira com esta deliberação, particularmente reforçando a cooperação com a Cooperativa Alves Redol, que em muito beneficia o clima cultural do concelho de Vila Franca de Xira, e estão na expectativa de que tudo resultará bem e, acima de tudo, querem-se melhores condições para o desenvolvimento cultural do concelho. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que este espaço ficou livre com a saída da Inestética para o Palácio do Sobralinho, aproveitando para dizer que no próximo dia 7 começa a temporada cultural no Palácio do Sobralinho, desde logo com uma ópera. Pensa que os Sr. Vereadores saberão, mas o Inestética esteve envolvido num programa de animação, em Lisboa, em que fazia ópera no comboio, na linha de Cascais. Vai pois começar o programa cultural, que terá todo o gosto de na próxima reunião distribuir aos Srs. Vereadores, no próximo dia 7 de setembro. -----

Dirigindo-se aos elementos da Cooperativa Alves Redol, referiu estar ultrapassada mais uma etapa, e haverá oportunidade, logo que lhe enviem o orçamento das obras, para poder falar sobre essa matéria. -----

Interveio o presidente da Cooperativa Alves Redol, Sr. João Machado, agradecendo a deliberação, e dizendo que a cooperativa vai tentar corresponder da melhor maneira possível à boa vontade mostrada pela câmara municipal. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----





Fl. Ataⁿ 074

Proc^o _____

Deliberação nº _____

Após a discussão e votação do ponto 13 da ordem do dia, a Srª Presidente solicitou que fosse analisado e discutido de seguida o ponto 51, devido à presença do Engº João Paulo Monteiro, que irá fazer a apresentação do ponto. -----

1. Assunto: ESTUDO DE TRÁFEGO E ESTACIONAMENTO NA CIDADE DE VILA FRANCA DE XIRA – RELATÓRIO DA 1ª FASE (RUA ALVES REDOL) -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 90/13, de 09/07, do DOVI/Projetos, para apresentação do relatório e aprovação da 1ª fase (rua Alves Redol) do estudo de tráfego e estacionamento na cidade de Vila Franca de Xira, adjudicado à ESTAC – Estudos de Estacionamento e Acessibilidades, Lda. ---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 90/13, de 09/07, do DOVI/Projetos, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para apresentação, dizendo que no início da reunião, dada a presença da equipa técnica da ESTAC, solicitou que fosse feita mais cedo a apresentação deste ponto, e já chegaram entretanto os técnicos da ESTAC. -----
A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, para referir que, sem prejuízo da apresentação que irá ser feita, os membros da Coligação Novo Rumo desde já dizem que não têm condições para votar este ponto, pelo menos favoravelmente. São 132 páginas e não tiveram o tempo necessário para se debruçarem sobre elas, tanto mais que vão contra aquilo que consideram que seria o ideal para aquela rua. Por isso não poderão votar este ponto hoje, e solicitam à Srª Presidente para ser retirado. Contudo, uma vez que está presente a equipa da ESTAC, a Srª Presidente articulará da melhor forma. Ouvirão, obviamente, com toda a atenção, mas dizem já a posição que têm face ao ponto.-----
Interveio o Engº João Paulo Monteiro, da ESTAC, dizendo que é o coordenador do estudo de tráfego e estacionamento de Vila Franca de Xira, e solicitaram-lhe para vir apresentar a primeira fase do estudo, que é apenas sobre a rua Alves Redol,





nos troços problemáticos de estacionamento. A sua empresa preparou, como foi pedido, uma apresentação em PowerPoint, que resume este relatório de que a Sr^a Vereadora falou. -----

O que a equipa fez basicamente foi ir ao terreno, caracterizar muito bem a situação atual, em termos de trânsito e de estacionamento. Já que é um problema de fluidez de trânsito, contra um problema de capacidade de estacionamento, ou facilidade de estacionamento, o que se fez foi ir para o terreno, e fazer o estudo, de que hoje apresenta a conclusão técnica, independente e livre. -----

A primeira fase do estudo já foi pois entregue, é sobre a rua Alves Redol, a parte que tem estacionamento, entre a rua Sacadura Cabral e a dos Combatente da Grande Guerra, focou-se nesses 3 ou 4 troços, tendo o objetivo que foi solicitado à ESTAC sido o da análise puramente técnica, independente, do funcionamento de tráfego e estacionamento da rua, bem como a sua rede envolvente, a avaliação das vantagens e desvantagens da implementação ou supressão da faixa “bus”. -----

O que se fez, basicamente, em termos de metodologia, foi usar um simulador dinâmico, uma técnica evoluída, em que se carrega um software, com o máximo de “inputs” ligados ao terreno, como a geometria, número de veículos, peões (pois já que as passadeiras fazem atrasar, tiveram de ser considerados os peões), autocarros, táxis, entre outros. Assim, foi feita a análise com um modelo de microsimulação dinâmica de tráfego. -----

Também se usou o HCM – a que se chama níveis de serviço, que é um livro, a “bíblia” dos engenheiros de trânsito, que toda a gente pede, como as câmaras municipais, no sentido de fazer estas análises para saber quais as condições de funcionamento do trânsito. -----

Fez-se finalmente “uma análise da oferta” versus “procura de estacionamento”, para ver quais eram as condições de funcionamento do estacionamento, se havia facilidade ou não. -----

A área de estudo concentrou-se nas secções da rua Alves Redol, que se localizam na rua Sacadura Cabral e avenida dos Combatente da Grande Guerra, mas também se está a fazer o estudo alargado à parte central da cidade de Vila Franca de Xira, tendo-se já incluído muitos dos “inputs” e da rede modelada, de acordo com a área envolvente, que era o que fazia sentido. -----

Mostrou de seguida um esquema de circulação, com as vias principais e vias secundárias, em que rapidamente se percebe que a rua Alves Redol é de longe a via mais importante da rede viária de Vila Franca de Xira, e tem outra característica, tem também uma grande vivência pedonal, por isso é preciso ter cuidado com estas duas coisas. Para além disso, a rua pode ser definida como a espinha dorsal que liga as principais vias que compõem a rede viária urbana. Ainda por cima há uma ligação, ou seja, tudo o que é rede principal é ligado à EN10, que vai depois dar basicamente à Alves Redol.-----

Quanto às contagens de tráfego, em vez de se fazerem só as contagens nos nós que a equipa está a estudar, fizeram-se em toda a zona, porque se entendeu que em termos de simulação é muito mais rigoroso. Fizeram-se basicamente às horas de ponta, da manhã e à tarde, porque são horas de ponta distintas. -----

No que respeita à rede viária, chegou-se à conclusão que na hora da manhã há cerca de 2600 ligeiros, 14 táxis, e 7 pesados (porque felizmente os pesados já não podem passar, e foi uma das coisas que se fez bem), bem como 41 autocarros. À tarde os valores são um pouco mais baixos. Embora de manhã haja mais tráfego dentro do sistema da rede viária de Vila Franca de Xira, na rua Alves Redol, à tarde há mais veículos, o que é uma coisa engraçada, de que não estava à espera. -----

A partir daqui fez-se um zonamento, dividindo-se a cidade de Vila Franca de Xira numa série de zonas, divididas relativamente aos eixos que a servem, em relação às subsecções estatísticas do INE – Instituto Nacional de Estatística, e também à facilidade pedonal com que se chega aos vários sítios. Dividiu-se em 23 zonas, de A a Z, sendo que as zonas altamente centrais são a J, G e H, e as zonas G e H são as que têm estacionamento nos troços da Alves Redol. -----

Reportou-se de seguida ao simulador, ao seu “input”, com todas as vias, se são duas, qual a dimensão do perfil transversal, se tem stop, cedência de passagem, semáforo, passadeira, paragem de autocarro, etc., sendo um sistema muito completo, onde se pode ver a rede modelada, que se fez já em grande, tendo-se descarregado as zonas em “input” para o software. Cada zona tem uma série de veículos, que atrai e produz veículos.-----

Mostrando o semáforo na interseção da rua Alves Redol com a rua António Lúcio Baptista, referiu que o que se tem de fazer é apanhar as fases todas do semáforo,

e em cada uma explicar os movimentos que são permitidos. Contou-se o tempo semafórico, o tempo de verde, como se diz, portanto, quanto mais verde, mais carros podem passar, sendo que na planta da interseção viária, apenas com prioridades, veem-se todos os movimentos excepcionais, como seja o tribunal, com stops, cedências de passagem, etc.-----

Quanto às carreiras de transportes coletivos, chegou-se à conclusão de que passam por hora, na hora de ponta da manhã, mais forte, 41 carreiras, e 32 na hora de ponta da tarde, e no “input” do software tem de se ter em conta toda a carreira e todas as paragens, qual a frequência e o tempo que param em cada paragem, sendo um trabalho de simulação bastante pesado.-----

A primeira conclusão a que se chegou, com os fluxos por classe de veículos na rua Alves Redol, é que embora haja muitos autocarros, e é o que se vê, não há uma grande quantidade de táxis. Há cidades em que a quantidade de táxis, como em Lisboa, na Baixa, é uma brutalidade.-----

Chegou-se também à conclusão que o total de veículos utilizadores da faixa “bus” é, na manhã, de 45, e à tarde de 34. -----

Uma constatação, de acordo com a bibliografia técnica, é que para se justificar a faixa reservada ao “bus” deveria ter 120 veículos. Sendo muitos, não se chega aos 120, e esta é a primeira constatação tecnicamente pura. -----

Relativamente às travessias pedonais, são as que se puseram no simulador, contaram-se os peões que passam na hora de ponta. O software tem hipótese de se contabilizarem os peões, dizendo-se, por exemplo, que vão passar 200 ou 300 por hora, e ele vai fazendo as contas, pelo que quando o peão passa, o carro é obrigado a parar, em termos simulados. É impossível ser na realidade, mas trata-se de tentar simular o máximo possível.-----

Quanto à calibração, o simulador só é aceitável se for calibrado nas horas de ponta, mas calibrado na situação atual, que se estudou no terreno, senão é “treta”, ou seja, tem de ser simulado como deve ser. -----

Prosseguiu, reportando-se às condições atuais de funcionamento e às alternativas, sendo a alternativa A, a que está agora, com estacionamento, a alternativa B, a que tem a faixa “bus”, entre a rua António Lúcio Baptista e a EN248, e a alternativa C, a que tem as duas faixas livres, banalizada, ou seja, todos os



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 079
Reunião de 2013/08/28
Procº DOVSM.04.07.01.13
Deliberação nº _____

veículos as podem usar. -----

Na alternativa A concluiu-se sem dúvida que há congestionamento em ambas as horas de ponta, ao longo de toda a rua, o que origina o abrandamento da circulação, etc. Qual é o grande problema do que está a acontecer hoje, em termos técnicos? O que acontece é que as pessoas vão, como já sabem que não conseguem passar na rua Alves Redol, para percursos alternativos. O percurso alternativo que se tem usado agora é usado por 300 ou 400 carros por hora quando está saturado, o que é uma brutalidade, e é aquele eixo da rua Miguel Bombarda, uma zona completamente residencial, e o que se está a fazer é a mandar para lá veículos, porque a rua Alves Redol, que é o eixo principal, não deixa passar, sendo que isto é completamente contrário ao que se quer. -----

O que é que se tem também mal na rua Alves Redol, com estacionamento? Além de só se ter uma via, essa via também é usada para fazer manobras de entrada e saída de estacionamento, o que diminui brutalmente a capacidade. -----

Relativamente à alternativa B, a rua Alves Redol, mas com a faixa “bus”, vai-se ter a faixa em todo o lado. O congestionamento diminui, e melhora. O que acontece é que já não está tão saturado, tornando-se numa situação muito melhor em termos de trânsito, e há uma coisa muito boa, os veículos já não vão importunar os residentes das ruas Miguel Bombarda, Esguelha, e daquela zona toda, que é muito mais usada do que se julgava. -----

Tem uma grande vantagem, a ausência dos movimentos conflituantes, devido à entrada e saída de veículos do estacionamento para a única via que se tem livre. ---

A impedância, que é a dificuldade que os veículos têm de passagem pela rua Alves Redol, é inexistente. Vão andar na Alves Redol, com filas, mas já não vão fugir para caminhos alternativos piores. -----

Quanto à alternativa C, que também foi simulada, o que se fez foi, já que a faixa “bus” não tinha os veículos que justificava, mais de 120, foi pôr as duas vias banalizadas. Foi esta a simulação que se fez, com duas vias em que todos os veículos podem andar. O que acontece no simulador é que se tem uma melhoria brutal em termos das condições de circulação. De acordo com o simulador já nem há filas, porque se está a duplicar a capacidade. Esta é uma alteração altamente benéfica, quer para a rua Alves Redol, quer para as vias confinantes, e para toda a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 080
Reunião de 2013/08/28
Procº DOVSM.04.07.01.13
Deliberação nº _____

rede, já que a Alves Redol é a via principal para toda a rede, e vai ser muito melhor, com umas condições de funcionamento muito melhores, incluindo também as paragens dos peões. Portanto, quando os veículos abordam os peões, como têm duas vias, têm dois lugares para arrancarem logo que passe o peão, e isso, em termos de capacidade, é muito melhor.-----

Verifica-se ainda menor utilização dos eixos alternativos à Alves Redol. -----

Continuou, falando nos níveis de serviço, que é um cálculo também técnico, dos engenheiros de trânsito, que se utilizam como universais, tipo “bíblia”. Não são tão evoluídos como um simulador, mas é uma técnica muito usada. -----

Optou-se por avaliar os três cruzamentos, a rua Alves Redol com a Sacadura Cabral, a rua Alves Redol com a rua Noel Perdigão, e a rua Alves Redol com a avenida Combatentes da Grande Guerra, de acordo com as alternativas A, B e C, sendo que o cálculo é feito pelo número de conflitos de veículos. Portanto, se for maior, por exemplo, tem um melhor nível de serviço. O melhor nível é o A, em que as condições de funcionamento são fluidas, vai andando, no E já se está em cima da capacidade, é perfeitamente instável, e o F é congestionado, já tem congestionamento em grande.-----

Fazendo o resumo dos níveis de serviço, é óbvio que se vê a alternativa A, com estacionamento, cheia de congestionamentos, e à medida que se vai andando para a faixa “bus”, mas sem estacionamento, a alternativa C, verifica-se que é uma alternativa muito mais equilibrada do ponto de vista do trânsito técnico.-----

No que respeita ao estudo do estacionamento, este é sempre um “jogo”, da oferta que existe de lugares, reservados ou não, pagos ou não, versus a procura que vão ter.-----

O que se fez foi subdividir as zonas em eixos, e em cada eixo estudar cada um dos lugares, chegando-se então à procura. O que se queria saber era qual a permanência e rotatividade de cada um dos lugares que existem nesta zona central, o que se fez em 2 dias diferentes. Um, numa segunda-feira, e outro numa sexta-feira, para ver diferenças. De 2 em 2 horas um operador passava pelo lugar, que estava perfeitamente definido, tirava a matrícula, dentro de 2 horas passava lá outra vez, passando às 7h00, 9h00, 11h00, até às 21h00, para se conseguir perceber qual era exatamente a procura de estacionamento em cada um desses

lugares dos eixos e zona. -----

Outra coisa muito importante que se retirou foi o estacionamento que era ilegal. Se não era legal, era ilegal, ou não se pagava nalgumas partes. O estacionamento ilegal, quando é muito, demonstra uma grande pressão, uma grande falta de estacionamento e de controlo policial. -----

Mostrou ainda, a propósito, os eixos de que falou, bem como a zona E, ao pé da biblioteca antiga. -----

Reportou-se seguidamente aos resultados, e às zonas G e H, com cerca de 20 lugares na G, e 20 lugares na H, que são as zonas da Alves Redol, zonas centrais. A zona G não tem, contrariamente às outras, a sua oferta de estacionamento cheia, pelo contrário, está a 50%, e alguma coisa é estranha. Se o centro não está saturado, alguma coisa é estranha. -----

No centro há cerca de 20% de procura ilegal, que é bastante, e o que acontece, como se pode reparar, é que nos 2 dias a procura foi quase igual, o que é uma coisa muito engraçada, permitindo tirar um padrão de estacionamento em Vila Franca de Xira. -----

Além disso, nestas zonas centrais foram-se tirar dados muito mais detalhadamente, com inquéritos, rotatividades, em vez de 2 em 2 horas, fez-se de meia em meia hora, chegando-se à conclusão que os eixos tinham uma boa rotatividade média de veículos, e que eram bastante ocupados. Em 12 horas eram ocupados cerca de 75%. -----

Quanto à falta de pagamento de estacionamento nas zonas pagas, é inacreditavelmente alta, são dois terços na zona central que não são pagos. -----

Fizeram-se também uns inquéritos, para tentar perceber para onde as pessoas iam, e em termos de local de origem, são quase todas de fora, 75% é gente que vem de fora, que estaciona nestes eixos centrais de que fala. -----

Quanto ao tempo que demoraram a estacionar, uns demoraram pouco, outros muito, mas basicamente foram 5 a 10 minutos, o que não foi nada mau, pois há zonas muito piores. -----

Também se perguntou para onde é que iam, e o que disseram foi que a zona de destino, normalmente, é a zona G, a tal zona G, que tem mais do que oferta de estacionamento livre. -----



Relativamente à duração do estacionamento, houve uns mais pequenos, outros maiores, o que é perfeitamente normal, e o motivo para estacionar nesta zona foi basicamente para comércio e serviços. Quanto ao tipo de utilizador, eram visitantes, e a frequência era perfeitamente normal, diária, semanal, mensal e ocasional, existindo muita gente que vem a Vila Franca de Xira todos os dias. -----

Prosseguiu, reportando-se ao impacto da faixa “bus” na facilidade de estacionamento, dizendo que a zona mais central tem uma grande folga de capacidade, nomeadamente no parque do centro comercial. Há lá mais de 100 lugares, sempre livres, ou seja, dá a sensação que as pessoas não querem pagar nesta zona central, em que é suposto pagar, e portanto não vão para lá. -----

A sua equipa fez um cenário, em que se implementam mais alguns eixos e tarifam mais alguns eixos centrais, não é nada do outro mundo, eliminam-se os lugares de estacionamento, e pressupõe-se que a procura ilegal, que é brutal, cerca de 75%, e que não se consegue acabar, diminui em 50%. -----

Em comparação com a situação que se tinha atualmente na alternativa A, esta será uma alternativa B e C, sem estacionamento, mas com 50% da procura ilegal agora a pagar, verificando-se que as condições de estacionamento, nomeadamente na zona central, são muito mais equilibradas. -----

Em resumo da avaliação das alternativas, definiram-se uns critérios, e há um que para si é muito importante, que é o impacto na valorização do espaço público. -----

Avaliando-se a alternativa A, que é a situação atual, verifica-se que a rua Alves Redol apresenta uma capacidade sempre inferior aos tráfegos que hoje a procuram, o que não é nada bom, sendo um eixo principal de toda a rede viária. É só abaixo da autoestrada, pelo que se se fechar ou tirar capacidade ao eixo principal, as pessoas, obviamente, vão para outros lados, que por seu lado não têm condições, porque têm lá muitos peões, residentes, etc. Não se pode travar ou fechar o “gargalo” num dos sítios, e depois começar a sair por outro lado, o que não interessa para nada, pois o que se quer é que andem “direitinhos”. -----

O que também se descobriu, na alternativa A, que é a situação atual, é que dois terços dos veículos não pagam, o que é inaceitável. Numa zona tarifada os veículos têm de pagar, e é claro que há sempre taxa de fraude, mas 75% não é aceitável. Depois, a zona central tem o parque do centro comercial, com mais de 100 lugares

disponíveis. -----

Outra coisa muito importante é em termos de imagem e valorização urbana criada no primeiro troço, quando se entra em Vila Franca de Xira, em que se tem aquela espantosa requalificação da Alves Redol, entre a António Lúcio Baptista e a Sacadura Cabral. Há pois um espaço fantástico, e o que acontece é que a Alves Redol, que era uma zona de valorização fantástica, quando passa para o troço seguinte, entre a Sacadura Cabral e a Noel Perdigão, passa de uma via principal para uma via perfeitamente banal. -----

Relativamente à alternativa B, com a faixa “bus”, é bastante melhor, mas ainda apresenta algumas complicações. Tecnicamente e friamente não há um número de veículos que justifique uma faixa “bus”. Pôr a faixa “bus” é puramente político, já não é técnico, por causa do número de táxis. Há muitos autocarros a passar no eixo principal, mas os táxis são pouquíssimos. -----

Por fim, a alternativa C, já tem em termos técnicos uma capacidade dupla, vai ter umas condições de circulação ótimas, incluindo também os transportes coletivos, que são 40. Já não vai haver tanto congestionamento, ainda há folga de capacidade, e o número de lugares de estacionamento que se tira, cerca de 15 a 20 em cada troço, é perfeitamente mitigado, se realmente se tiver um maior controlo policial e puderem pôr alguns troços centrais tarifados. -----

Face ao exposto, concluiu-se, tecnicamente, que os lugares de estacionamento longitudinais da Alves Redol devem ser eliminados. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que uma vez que o ponto foi retirado, pergunta se os dois grupos políticos têm alguma questão de ordem técnica a colocar. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que estava admirado quando ouviu falar que na zona G havia um nível de oferta para estacionamento, e não estava a ver onde, porque garantidamente é na zona C ou na zona G que se notará mais trânsito, e legalmente estacionado. Conhecem-se perfeitamente as ocupações em segunda via, e portanto estava de facto muito admirado. -----

Não sabe se foi levado em consideração o estacionamento do outro lado do caminho de ferro, porque está lá um estacionamento enorme que ainda não está ocupado, porque a junta ainda não conseguiu colocar aquilo à disposição da população. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 084

Reunião de 2013/08/28

Procº DOVSM.04.07.01.13

Deliberação nº _____

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que não é enorme, são 70 lugares. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que há pouco o Engº João Paulo Monteiro dizia que a grande solução é que o centro comercial tinha mais ou menos 100 lugares disponíveis, ao que a Srª Presidente respondeu que são disponíveis, não são 100 lugares de estacionamento. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador, dizendo que se se têm 70 lá em cima disponíveis, é quase idêntico. Para além disso, aquele será um estacionamento de longa duração. -----

Enquanto o estacionamento de baixo será algum estacionamento de muito curta duração, para quem vai tratar de qualquer coisa, e utiliza 5, 10 ou 15 minutos, lá haverá um estacionamento de longa duração. Sabe-se que há muitas ruas em baixo que estão ocupadas permanentemente pelas pessoas que usam como meio de transporte o comboio, portanto, estariam esses lugares perfeitamente disponíveis para aquele estacionamento incomparavelmente mais rápido que se tem no centro da cidade. -----

Esta era a sua única confusão, mas depois percebeu que os lugares eram os do centro comercial. -----

Agora, está como disse a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, não conseguiu ler tudo, leu 40 páginas do relatório. Lamenta não ter dedicado tanto tempo quanto aquele que pretendia, e o que tem para dizer é que se, de facto, este estudo vier para conhecimento, e não tenha que se tomar nenhuma decisão agora, mas se possa avançar para a fase seguinte do estudo, onde depois se tomará uma decisão definitiva, está perfeitamente de acordo. Se a lógica da apresentação do estudo não for essa, então vai ter de se dar mais tempo aos membros da CDU para poderem ler tudo e terem uma ideia muito mais precisa para uma próxima reunião.

Interveio a Srª Presidente, dizendo que já está para uma próxima reunião. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm algumas questões a colocar, e pensa que o engenheiro poderá esclarecer, até para que na próxima reunião decidirem melhor. São os três leigos nesta matéria, nenhum é engenheiro, nem nenhum tem a ver com estradas nem nada dessas coisas, mas vivem a vida do dia a dia em Vila Franca de Xira, e noutras freguesias, mas é de Vila Franca de Xira que se está a falar, e o que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 085

Reunião de 2013/08/28

Procº DOVSM.04.07.01.13

Deliberação nº _____

queriam saber era se este estudo de tráfego ou subestudos de tráfego só têm em conta exatamente a circulação dos veículos e dos peões com os elementos que se movem nas vias que estão a ser estudadas, ou se também têm em conta a influência que a eliminação de estacionamento ou o acrescer de uma faixa tem na vida das pessoas que as utilizam. Do que entendeu, e a segunda questão também tem a ver com a anterior, foram feitas simulações informáticas. -----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, dizendo que foram três simulações, e são informáticas, mas muito ligadas ao terreno. -----

Prossegiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que já se teve uma planta em que cabiam no desenho três veículos na mesma via, e por isso a questão. Assim, a simulação que foi feita, ou as três simulações, são informáticas, não houve simulação no terreno, é meramente informático. -----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, esclarecendo que não houve simulação no terreno, foi informática, e a pressa deste estudo, pelo menos pelo que lhe contaram, era por causa das obras que estão a decorrer. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio de novo, dizendo que o engenheiro não a deve levar a mal, mas se a todos for perguntado, e acho que responderão todos de forma igual, se os mesmos veículos, em vez de circularem só numa faixa, passarem a circular por duas, três ou quatro, todos sabem dizer que há mais fluidez de trânsito, é natural e lógico, o que não tem qualquer dúvida. -----

No entanto, quando a equipa do engenheiro chegou a esta conclusão, não ficaram admirados, porque é uma conclusão lógica, e por isso é que perguntou se este estudo de tráfego teve em atenção toda a envolvência. O estudo de tráfego é feito igual para todas as cidades, com os mesmos parâmetros? Por exemplo, quanto à faixa "bus", é só se se verificarem mais de 120 autocarros por hora, mas questiona se é para todas as cidades. -----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, referindo que a faixa "bus" não é o simulador, é por uma via técnica, o que é outra coisa. -----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que ficaram esclarecidos, e até concordam com essa situação, mas o que perguntam é se este estudo de tráfego tem em conta a envolvência. O que é que as pessoas que utilizam estas vias, que trabalham nelas, necessitam concretamente, ou não? -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que aquilo a que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus se quer reportar é às especificidades que têm a ver com o local, e se essas especificidades são alteradas em função desses mesmos locais.-----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, dizendo que são, porque depois tem que se calibrar o sistema. Houve o cuidado de alargar a rede viária, para saber exatamente o que se passará, numa alteração qualquer, num sítio qualquer, e esse é o bem do simulador, pois está em rede, e faz isso, e o que se descobriu é que há muita gente a andar na rua Miguel Bombarda que não devia. Esta rua não interessa nada, porque as pessoas podem ir para lá. É só isso, mas se os Srs. Vereadores quiserem, poderá dar num dia destes uma explicação, uma aula sobre trânsito.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que têm outra dúvida, mas que pode ser lapso, porque não tiveram tempo para lerem as 132 páginas. As passeadeiras, ao longo da rua Alves Redol, mantêm-se? -----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, referindo que se mantêm. A rua Alves Redol é muito importante em vivência pedonal, muito mais que as outras, logo, não se podem cortar as passeadeiras. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio novamente, referindo que não sabe se em termos de estudo de tráfego isso tem alguma influência ou não, mas se um peão atravessar duas faixas, para os leigos tem muito mais perigo do que atravessar uma faixa de circulação. É assim ou não? -----

Respondeu o Engº João Paulo Monteiro que é, e não é. É se houver mais trânsito, mais saturado e congestionado, mas se o peão estiver bem protegido não, sendo que muitas faixas também é péssimo, em termos de trânsito.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que o que interessa é o princípio, porque não se pode estar a pactuar com aquilo que são atropelos constantes, em que há um desrespeito total pelo condutor. Esta é a realidade, entre os bombeiros e o Largo da Câmara, demora-se, em média, entre 20 e 27 minutos, porque as passagens acontecem em todo o lado, o peão é o dono da estrada, não tem respeito pelo automobilista, e atravessa a todo o instante. Portanto, a mesma viatura para 10 ou mais vezes. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que provavelmente as



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata. 087

Reunião de 2013/08/28

Procº DOVSM.04.07.01.13

Deliberação nº _____

passadeiras não estão corretamente implementadas, tendo sido, por exemplo, eliminada uma em frente à loja do Tronco. -----

Respondeu a Srª Presidente que isso seria uma passadeira a cada porta. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que não é nada disso. ---

O Engº João Paulo Monteiro interveio, mencionando que se estão a estudar os percursos mais convenientes e usados em termos de peões. Há de haver uma análise das passadeiras, mas há muitas que estão certas, do que se pode ter a certeza. Estão certas e protegidas, têm um pavimento diferente, um pouco mais elevado.-----

Prossegiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que com a implementação de duas faixas vão naturalmente aumentar os limites de velocidade. Podem-lhe responder que legalmente isso não é permitido, e não podem, mas é como o parquímetro, as pessoas também deviam pagar, e afinal há 75% que não pagam. Portanto, também tem que se calcular isso, já que, como o engenheiro disse, é um troço essencial para a vida da cidade de Vila Franca de Xira. Considera que a existência de duas faixas pode aumentar a velocidade com que circulam os veículos?-----

Respondeu o Engº João Paulo Monteiro que aumenta de certeza, porque está mais fluido, o que é "certinho", mas depois também há sistemas de acalmia de tráfego para obviar a isso. Se houver um sítio em que passem muitos peões, em termos técnicos é melhor pôr um semáforo atuado, mas que funcione, porque há muitos que não funcionam. A ideia, como disse a Srª Presidente, é também educar o peão, que é muito responsável pelo seu próprio atropelamento. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, perguntando por que é que o estudo refere que é prejudicial para a rua Miguel Bombarda a circulação de trânsito. Ouviu que importuna os habitantes daquela via, mas não percebeu. -----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, dizendo que importuna os habitantes e residentes. Numa zona residencial como é a rua Miguel Bombarda, um bocadinho mais à frente há uma parte em que quase não há passeios, pelo que questiona porquê pôr lá carros. É só para "chatear", mais nada. Aquela primeira parte é uma zona que até tem mobiliário urbano e tudo, assentos para idosos, que passam lá bastante tempo, e ter lá 300 ou 400 carros, para si não é nada bom, e há que fazer



qualquer coisa, há que resolver a situação.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, perguntando, quando o engenheiro refere que o centro comercial tem uma capacidade de mais de 100 lugares, se o estudo foi feito durante a semana, num mês que não foi o de agosto. -

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, dizendo que foi durante a semana, e claro que não foi o de agosto.-----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus retomou a palavra, para dizer que estaciona lá todos os dias, e não vê esses 100 lugares livres, às vezes também não tem lugar. -----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, referindo que estão noutra andar livre. Tendo-lhe sido dito que está fechado, respondeu que está fechado mas pode abrir. É pago, pelo que se houver pressão, abre.-----

Respondeu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que isso é outro assunto, perguntando ainda se não haverá o risco, ao se implementarem duas faixas de rodagem na rua Alves Redol, desta rua passar a ser considerada como uma estrada nacional, porque todo o trânsito começa a circular só pela rua Alves Redol. -----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, dizendo que não, e que a Srª Vereadora não deve esquecer que há um semáforo, da rua António Lúcio Baptista, logo de entrada, que vai logo condicionar. É como em Lisboa, controla-se tudo, por exemplo, pode-se limitar a 800, 900 veículos ou o que for, tendo os semáforos essa hipótese. Em termos de trânsito e de vivência pedonal não é nada mau ter um fusível, e aquilo é um fusível. Pode-se calcular, por exemplo, o tempo de verde. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, perguntando se foi estudada, neste estudo de tráfego, e pode ser lapso dos membros da Coligação Novo Rumo, por não terem tido tempo de ler, a questão da rua Serpa Pinto.-----

Interveio o Engº João Paulo Monteiro, respondendo que a rua Serpa Pinto é complicada, por causa dos autocarros, e há também que resolver isso, mas já está fora deste âmbito. Num outro âmbito a equipa está já a arranjar solução para isso. A solução da rua Serpa Pinto é tirar os autocarros, porque há muita paragem que está em cima do passeio. As pessoas param no passeio, obviamente, à espera do carro, e há peões que têm de sair, o que é complicado. Depois, são as manobras todas em cima dos peões, e é uma coisa que pode ser melhorada. No entanto,

essas análises são para a segunda fase do estudo. -----

Terminou a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que em termos técnicos os membros da Coligação Novo Rumo não têm mais nada a perguntar. ----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que há um afunilamento, mesmo quando houver duas faixas de rodagem, praticamente em frente à câmara municipal. -----

Tomou a palavra o Engº João Paulo Monteiro, perguntando em que sentido, uma vez que há duas faixas à mesma, uma que vira para a EN248, e outra que segue em frente, para a rua Luís de Camões. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Bernardino Lima, perguntando se o desaparecimento do estacionamento junto à câmara municipal, até ao Museu do Neo-Realismo, não vai fazer aumentar ainda mais o estacionamento ilegal que já se tem neste momento.-

Respondeu o Engº João Paulo Monteiro que não, se houver maior controlo policial. Prosseguiu, dizendo que há pouco o Sr. Vereador disse uma coisa engraçada: “vamos lá arranjar um parque de estacionamento onde não se pague”. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que não foi isso que disse, o que disse foi que há um parque de estacionamento do outro lado que não está a ser usado neste momento. É um protocolo entre a REFER e a junta de freguesia. ----

O Engº João Paulo Monteiro interveio, dizendo que se calhar esse vai ser pago. Há pouco o Sr. Vereador Bernardino Lima falou muito bem, em zona de estacionamento de longa duração que não se quer pagar. Assim, para quê estarem 75% dos que querem pagar, pois nem é bom em termos comerciais? Se estiver o estacionamento saturado, não é bom, o que é bom são lugares de estacionamento à vontade, para se poder estacionar. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que esses são os estacionamentos de duração rápida.-----

Em relação à alternativa, e desaparecendo o estacionamento, a alternativa à passagem pela rua Alves Redol, que hoje se usa, pela Lúcio Baptista, ou outras do género, deixa de ser usada? -----

Respondeu o Engº João Paulo Monteiro que deixa de ser usada, a ideia é essa. A ideia é tirar a rua Miguel Bombarda, pelo menos limitar o tráfego nessa rua, devido à brutalidade de carros, que é mesmo um pouco inaceitável.-----



Prosseguiu o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que esta discussão é difícil, porque uma coisa são os termos técnicos, outra é a forma de se apreciar a questão em termos de estacionamento e da necessidade que ele exista junto ao grande comércio, mas essa já é outra questão.-----

Interveio a Sr^a Presidente, mencionando que se tomou conhecimento do estudo e termina-se aqui. Cada força política analisará, e far-se-á uma outra reunião, até privada, só para análise da matéria, em que se solicitará de novo o Eng^o João Paulo Monteiro, porque efetivamente se está a consumir um tempo que não vai levar a nenhuma decisão.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não se está a partir do zero. Há situações que são conhecidas de todas as forças políticas, e os membros da CDU muito agradecem este trabalho, cuja qualidade técnica não lhes suscita dúvidas. A questão não é essa, é da opção política que diz respeito a cada força política representada. Têm muitas dúvidas sobre algumas das orientações, e reservam-se no direito de apenas tomarem conhecimento deste estudo, e aceitam-no como um estudo para a câmara municipal, mas não se vinculam em relação às suas orientações.-----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, referindo que esta cidade, e principalmente a rua Alves Redol, cada vez mais há de ter intensidade pedonal, porque é uma zona de comércio. Não tem tanto como se espera que ainda possa vir a ter, mas pensa que o que era importante era a fluidez de trânsito, sem pôr em perigo a segurança do peão. Pergunta até que ponto, a curto/médio prazo, se torna mais fácil, se houver uma procura pedonal, motivada por uma maior quantidade de comércio, que obrigue a que as pessoas utilizem mais a via pedonal, tentar desviar o trânsito principal desta via, dando segurança à via pedonal, e para isso utilizando só uma faixa, ou se com as duas faixas se consegue garantir uma segurança ao peão, na medida em que não se pode dispensar o peão de utilizar esta rua. Aquilo que questiona é se num curto/médio prazo se justifica um desvio de trânsito da rua principal.-----

Interveio o Eng^o João Paulo Monteiro, respondendo que Vila Franca de Xira tem umas características topográficas muito más, em termos de ir inventar outro canal de transporte. Ou vai para dentro de água, ou vai pela montanha. A rua Miguel

Bombarda é habitacional, e por essa nunca. -----
Concluiu, dizendo que trabalhou na CP muitos anos, e uma das coisas que fez foi o projeto de modernização da linha do norte, e o único sítio em que não se conseguiam pôr quatro vias, quadruplicar, era em Alhandra e Vila Franca de Xira. ---
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que finalmente há um estudo, e todos o podem estudar e colocar as suas opiniões, como já fizeram profusamente, apesar de não terem lido com a atenção que era possível, sendo que já proporcionou muitas opiniões, o que é ótimo.-----

Agora, a câmara municipal tomou a decisão de ter um estudo, que vai ter continuidade em duas outras fases, e julga que a empresa pode começar a trabalhar nessas fases. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que depois serão dadas indicações nesse sentido. -----

Prosseguiu o Sr. Vice-Presidente, referindo que o que teme, como já foi dito, e o estudo não é vinculativo, é um estudo, mas um estudo sério, rigoroso, e tecnicamente feito por alguém que sabe destas coisas, é que depois, politicamente, se diga que sim, que tem uma série de considerações técnicas que vêm melhorar a fluidez do trânsito e a segurança dos peões, inclusivamente algumas ideias de alteração de movimentos, como está referido, que vão melhorar consideravelmente as condições de trânsito na cidade, mas que se entende que deve ser de outra forma.-----

Portanto, é preciso ter a noção exata que se tem um estudo, que vai ter sequência, e que depois, politicamente, porque se acha que não é vinculativo, vai-se decidir o que se entender decidir. É sobre esta matéria que quer, claramente, referir que se evoluiu no sentido de não se tomar uma decisão definitiva sobre a rua Alves Redol enquanto não se tivesse este estudo, este estudo existe, na sua opinião feito por alguém que sabe o que está a fazer, e que inclusivamente já fez o estudo para saber se era necessário fazer uma rotunda ou não junto aos bombeiros. Na altura todos estavam inclinados, como o próprio, para uma decisão política, em que a rotunda era a solução, mas depois fez-se o estudo, por esta empresa, pelo Engº João Paulo Monteiro, que apresentou este estudo, e verificou-se que era um erro, e a implantação da rotunda nos bombeiros ainda ia prejudicar mais.-----





Por vezes as pessoas têm de ter o sangue frio necessário para não tomarem decisões de que possam mais tarde arrepender-se, porque os estudos vão noutro sentido, acha-se que as coisas devem ter outra visão, que o estudo não é vinculativo e vão-se tomar decisões diferentes. Para, no futuro, ter melhores condições de fluidez de trânsito, de segurança, maior modernidade, melhor desenvolvimento, entende que é preciso estudar, e o que hoje foi apresentado foi um estudo que pode ser o ponto de partida para a melhoria da cidade de Vila Franca de Xira, posteriormente para a cidade de Alverca do Ribatejo e, mais tarde, ou em simultâneo, para a cidade da Póvoa de Santa Iria. Só com planos e estudos é que se podem tomar decisões o mais acertadas possíveis. -----

Interveio a Sr^a Vereadora Helena Pereira de Jesus, reportando-se, porque as coisas são ditas em público, e é preciso também retificá-las, ao tempo que os membros da Coligação Novo Rumo não tiveram para estudar o assunto. Como a Sr^a Presidente sabe, o ponto foi entregue na sexta-feira ao final do dia, e chegou, na prática, aos gabinetes, na segunda-feira, e hoje é quarta. Passaram 2 dias, sendo que o que vê na comunicação interna dos serviços é que o estudo foi entregue na câmara municipal a 1 de julho deste ano, e vem a reunião a 28 de agosto. Assim, se os próprios técnicos da câmara municipal tiveram necessidade deste tempo para estudar, os vereadores, pelo menos, teriam que ter mais uns dias. -----

Não poderia deixar de dizer isto, já que a determinada altura até parece, para quem está a ouvir, que foi um desleixo que tiveram, não foi, inclusivamente viram as conclusões e leram a comunicação interna, e por isso sabiam bem o que é que o estudo diria. Não sabem é os pormenores e, como os pormenores às vezes fazem a diferença, não se quiseram pronunciar. -----

Por outro lado, nas questões que colocaram não está em causa a bondade do estudo técnico, que reflete aquilo que os técnicos assim consideram, que estudaram, e são competentes para o efeito. Agora, obviamente que o estudo não é vinculativo, é um ponto de partida para uma decisão, e já se sabe que não se justifica a implementação da faixa "bus". Portanto, esse já é um ponto de partida e de chegada, e a partir deste estudo irão analisar do ponto de vista prático, porque a teoria é uma coisa e a prática é outra, se esta é a solução que consideram se reveste de melhor interesse para a população de Vila Franca de Xira. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo, para terminar, que agradece em primeiro lugar à equipa da ESTAC o trabalho desenvolvido e a apresentação feita.-----

Depois, como já teve oportunidade de referir, hoje é dia 28 de agosto, está-se a um mês das eleições, e todas as coisas, desde logo esta, assumem contornos verdadeiramente supradimensionados em relação àquilo que deveriam ter. Uma matéria destas, que já fez “correr tanta tinta”, espera que não seja afetada na sua decisão unicamente por posições já tomadas ou razões de ordem política. Aí, estar-se-iam seguramente a prejudicar as populações, mas é preciso é perceber se se é capaz de fazer isto, porque é o que as pessoas esperam dos eleitos. -----

Não vale a pena fingir isto com cores mais cor de rosas, laranjas ou vermelhas, não é essa a questão, o que vale a pena é, na realidade, ser objetivo, reconhecer que há coisas que não se sabem, e por isso se encomendam estudos. Neste caso, diz também, dirigindo-se à ESTAC, que não avança ainda com o trabalho, porque o ponto foi retirado, e a justificação da Srª Vereadora, que sentiu necessidade de fazer, não se dirige certamente à própria, porque quando a Srª Vereadora colocou a questão, retirou imediatamente o ponto. -----

Há trabalhos que pela sua importância necessitam de tempo para serem analisados e, como muito bem a Srª Vereadora disse, se a câmara municipal necessitou de 2 meses, e tem um conjunto de técnicos à sua volta, é natural que os grupos políticos necessitem também de tempo. Um assunto que já esperou, também pode esperar mais algum tempo por uma decisão final, só que o importante é que essa decisão seja a melhor e a que, na realidade, defenda os interesses das pessoas e não os interesses dos conhecidos e das pessoas com quem se fala na rua, porque num momento fala-se com uns, noutros momentos fala-se com outros, sendo que se contasse a abordagem que ontem lhe foi feita por três munícipes, a Srª Vereadora veria o que se fala sem consistência.-----

Há conversas, há pessoas que transmitem opiniões, que o público ouve como se fossem verdades absolutas, como seja a da piscina, que estava fechada, ou do hospital, que tinha lá um problema, e ainda uma terceira coisa, que tinha acontecido uma hecatombe nos poucos dias em que esteve fora, e nada daquilo correspondia à realidade. No entanto, era o que corria.-----

Por isso os eleitos têm uma obrigação, uma responsabilidade, nas análises que

fazem e nas opiniões que expendem. Hoje foram levantadas questões técnicas, e era só isso mesmo que se pretendia fazer, porque há ainda muito trabalho para analisar, do ponto de vista técnico. Depois de esclarecidos tecnicamente tomarão as posições políticas que cada grupo entender, e daí sairá a decisão final.-----

Por isso, mais uma vez, agradece.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reforçando uma opinião da Srª Presidente, porque tem toda a razão. A câmara municipal não fecha, terá de ter novos responsáveis, e essa é uma decisão que não depende exclusivamente das vontades particulares.-----

Contudo, não sabe por que é que essa questão é colocada, até porque a obra continua, está a bom ritmo e foi aprovada por todos. Portanto, não há impedimento por parte alguma, muito menos da parte da CDU, para que a obra da requalificação não esteja em curso tal como está, e os seus membros esperam que ela acabe o quanto antes, até porque os prejuízos causados, quer aos comerciantes, quer aos residentes das envolventes mais próximas, são tremendos, todos os conhecem e eram previsíveis.-----

Não percebe, porque é a segunda vez que a Srª Presidente coloca a questão da aproximação do ato eleitoral, e que se está com um apetite qualquer para dizer aquilo que é propício à época, e como não vai querer perceber, diz, sinceramente, como se costuma dizer, que “enfia a carapuça” quem quer, e essa “carapuça” certamente não é “enfiada” por todos. Diz ainda à Srª Presidente para não se preocupar, porque a obra está em curso, o mandato autárquico vai continuar, e a obra vai ser terminada. A obra está em curso, e é de todos.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que ainda bem que o Sr. Vereador Nuno Libório diz que é de todos, porque se alguma coisa corresse mal, o Sr. Vereador diria o Partido Socialista. Mas assim, como é de todos, está-se bem.-----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



Fl. Atā 095

Reunião de 2013/08/28



Proc^o _____

Deliberação nº _____

Pelas 18h15, após a apresentação do ponto 51 da ordem do dia, a Srª Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

publico

CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
BARRACA NA ESTRADA DE MONTE DE LOIOS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

Interveio a munícipe, Srª Carminda Aires, começando por agradecer o facto de já estar colocado o poste de eletricidade na Quinta do Jardineiro, que fazia muita falta. -----

Prosseguiu, referindo-se às obras ilegais e dizendo que a Srª Presidente há de pensar que a própria vem sempre falar do mesmo, porém tem o perigo perto da sua casa. -----

Continua a dizer que a barraca que ali está é um depósito de gasóleo a olhos vistos. Vai lá um homem com uma carrinha branca, que leva os depósitos cheios e traz outros vazios. -----

A sua garagem está a 60 ou 70 metros, provavelmente nem tanto, daquela barraca, que sabe estar em ordem de demolição há uns anos, segundo foi informada pela Srª Presidente e pela Fiscalização Municipal, mas continua ali. -----

Aquilo é uma agência imobiliária, arrendam-se terrenos e casas, e nada é legal, como a Srª Presidente sabe, aquelas pessoas não têm papéis nenhuns, nada é delas, nem os terrenos. Fazem uns casebres sem condições nenhuma, e tendo umas chapas por cima e umas portas, já estão bem. -----

Um dia foi lá um casal de ciganos para arrendar a casa, o que a deixou aflita, mas, ou foi pedido muito dinheiro pela renda, ou a cigana não gostou dos casebres. -----

Interrompeu a Srª Presidente, dizendo que os ciganos são tão bons como os outros, a própria conhece gente que não é cigana e que é muito "cigana". -----

Prosseguiu a munícipe, dizendo que aquele senhor arrenda terrenos e casas, mas nada é dele, sendo que o emprego da sua filha é andar nos estendais a roubar roupa às pessoas. Por outro lado, faz grandes fogueiras, e a própria tem que aguentar o cheiro. É proibido fazer fogueiras, mas de 15 em 15 dias tem de suportar o fumo de sintéticos, um fumo preto daquelas fogueiras, quando há um contentor mais acima onde pode pôr o lixo. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que a câmara municipal conhece a situação, a Fiscalização Municipal já foi ao local, mas neste momento não sabe dizer qual o ponto da situação, mas está presente a Arqtª Teresa Laranjeira, que amanhã irá verificar e depois contactará a munícipe por telefone. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
TRANSPORTE DE CRIANÇAS PARA A ESCOLA DA VALA DO CARREGADO DO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. ANTÓNIO DE ATAÍDE-----

Interveio o munícipe, Sr. Rafael Ferreira Oliveira, dizendo que o que o traz à reunião de câmara é uma tentativa de se poder libertar daquilo que lhe parece ser um “fogo cruzado” entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde, da Castanheira do Ribatejo. -----

Está presente na qualidade de avô de 2 crianças que eventualmente irão frequentar o primeiro ano escolar no ano letivo 2013/2014. -----

Em junho foi ao agrupamento fazer a inscrição dos seus netos, tendo sido informado que no dia 29 de julho estariam afixadas as pautas com a indicação onde iriam ser colocados. Para seu espanto, atendendo a que as crianças residem na Castanheira do Ribatejo, mais concretamente junto à Associação de Promoção Social da Castanheira do Ribatejo, foi confrontado com a sua colocação na Vala do Carregado. -----

A justificação que lhe foi dada foi que, na medida em que as crianças faziam 6 anos apenas em dezembro, foram integradas no grupo dos condicionados, e como tal só havia vagas para a Vala do Carregado. Entretanto havia uma nota na pauta, que informava que já tinha sido solicitada à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a garantia do transporte daquelas crianças, que são 13, das quais 5 são utentes da APS, onde estão os seus netos, e que esta estaria a analisar a situação. -----

Passadas 2 semanas foi informado telefonicamente que a câmara municipal se tinha recusado a garantir o transporte destes alunos, na medida em que eles só faziam os 6 anos após 6 de dezembro. -----

Sendo assim, e na medida em que os seus netos não têm muita idade, foi novamente ao agrupamento falar com alguém, na tentativa de anular as matrículas e que continuassem no pré-escolar. -----

A sua declaração foi aceite, e passada meia dúzia de dias recebeu uma carta da diretora do agrupamento, dizendo que não era autorizada a anulação das matrículas, e que entretanto já tinha recorrido novamente para a câmara municipal, solicitando a análise deste processo. -----

Porém, hoje é dia 28 de agosto, as matrículas são no dia 2 de setembro e, tanto

quanto tem conhecimento, ainda não há qualquer informação, negativa ou positiva, ao agrupamento escolar, o que implica uma situação um tanto ou quanto desagradável. Se as crianças na verdade forem para a Vala do Carregado, terá de apresentar a sua desistência na APS, e para isso tem poucos dias, porque os recibos serão elaborados nos próximos dias, antes do final do mês, e atendendo à situação, iria ter a consideração da direção da associação para lhe passarem um recibo apenas para 15 dias. Se não estiver nada decidido, provavelmente passar-lhe-ão o recibo para 1 mês. Dinheiro é dinheiro, são 2 crianças, e metade de uma mensalidade já é muito dinheiro, como a Srª Presidente deve imaginar. -----

De qualquer forma corre um risco, sem saber se de facto há transporte ou não, e se os miúdos vão ou não para a escola. Se apresentar a desistência, se for inviabilizado, ou por ventura vier a ser aceite a anulação, fica com 2 crianças desprotegidas e entregues a quem? Aos pais não, porque andam a trabalhar.-----

O que lhe traz à reunião é saber se há já alguma coisa de concreto em relação a esta situação. -----

Respondeu a Srª Presidente que este assunto já foi abordado nesta reunião e a câmara municipal estava a aguardar uma resposta por parte da Direção-Geral de Educação, que chegou no decorrer da reunião, pelo que até sexta-feira o munícipe terá uma resposta. -----

Interveio de novo o munícipe, acrescentando que o argumento que a diretora escolar lhe deu foi que na sequência da primeira recusa, decorrente da avaliação que a câmara municipal fez, em garantir os transportes, transmitiu o assunto à Direção-Geral, a qual lhe mandou um ofício, no sentido de ser reencaminhado para a câmara municipal, referindo que à face da legislação a autarquia tinha a obrigatoriedade de assegurar os transportes.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo não se tratar de uma questão de obrigação da parte da câmara municipal, mas sim de enquadrar um conjunto de crianças, que não são só os netos do munícipe, dentro de uma medida que à partida, se estiver preenchida por todo o conjunto de crianças que completam a idade escolar mais cedo, poderá deixar de fora alguns. No entanto, até sexta-feira o munícipe terá uma resposta, será contactado por telefone para que em primeiro lugar tenha logo uma resposta por parte dos serviços de educação da autarquia.----

Fl. Ata' 101

Reunião de 2013/08/28

Proc^o

Deliberação nº _____

Interveio a Sr^a Presidente, dizendo que vai tentar resolver o assunto. Tem-se esforçado um pouco, vai-se esforçar mais, e é a única coisa que pode prometer, a ver se o munícipe descansa com este assunto do caminho. -----

A



Assunto: CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE DE LOTE DE TERRENO INSERIDO NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DENOMINADO POR TERRAS COMPRIDAS/QUINTANILHO – VIALONGA -----

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2013/08/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da cedência, em direito de superfície, ao Grupo Desportivo de Vialonga, de um lote de terreno inserido no loteamento municipal denominado por Terras Compridas/Quintanilho, por um período de 25 anos, renováveis por mais 5 anos, e pagamento anual de um cânone superficiário de 1€/m², e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

Interveio a Sr^a Presidente, dizendo que este assunto já veio a reunião de câmara e foi retirado. Tem a ver com a cedência, como o Sr. Vice-Presidente teve oportunidade de explicar na altura, e decorrendo de um compromisso de longa data, ao Grupo Desportivo de Vialonga, de um terreno para a exploração de uma bomba de gasolina. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que a Sr^a Presidente sintetizou o objeto da proposta, sendo que de facto já na última reunião de câmara se falou sobre esta matéria, e teve oportunidade de dizer que esta alteração do loteamento era uma operação urbanística que vinha qualificar a zona, tendo em vista que a proposta existente era uma má proposta, era daqueles tempos, e que efetivamente hoje se tem a obrigação de fazer melhor, e conseguiu-se, como aliás essa mesma proposta foi aprovada por unanimidade. Nessa alteração consagrou-se a criação de um lote que a Sr^a Presidente teve a ocasião de dizer que tinha em vista ser cedido ao Grupo Desportivo de Vialonga, para posteriormente este clube concessionar um posto de venda de combustíveis.-----

É uma matéria que sempre ouviu reivindicar, desde os anos em que está na câmara municipal, por parte do Grupo Desportivo de Vialonga, e também da parte da oposição, nomeadamente da CDU, em assembleias municipais que aconteceram em Vialonga, e noutras reuniões que aconteceram internamente com o Grupo Desportivo de Vialonga, chegando pois o momento de fechar o processo e criar as condições para que o grupo resolva os problemas complicados em termos financeiros que tem, pensando que é de toda a justiça que a proposta seja hoje





aprovada.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, utilizando uma expressão que o Sr. Vice-Presidente acabou de utilizar, “naqueles tempos”, referindo que nos tempos em que a variante de Vialonga foi construída, estando a falar nos finais dos anos 80, princípios dos anos 90, o compromisso que existiu para com o movimento associativo, à época, era que poderia ser feita uma bomba de gasolina no espaço junto à variante, e que essa bomba iria ter uma finalidade social, humanitária e desportiva.-----

Está a falar, à época, no que diz respeito à vertente social, da instituição Associação para o Bem Estar Infantil da Freguesia de Vialonga - ABEIV, à vertente humanitária, da instituição Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vialonga, e à vertente desportiva, do Grupo Desportivo de Vialonga. Portanto, foi este o compromisso que à época a câmara municipal assumiu, crê que de forma verbal, com as entidades da freguesia de Vialonga, da mesma forma que assumiu e concretizou, por exemplo, com as entidades na freguesia da Póvoa de Santa Iria.- Foi esta a expectativa que se criou na freguesia de Vialonga e, se ao longo deste tempo, provavelmente, os membros da CDU têm vindo a alertar para as dificuldades que o Grupo Desportivo de Vialonga tem é porque, de facto, destas três entidades que à época eram mencionadas para serem beneficiadas desta bomba de gasolina, o Grupo Desportivo de Vialonga é a única que neste momento se encontra com uma dívida de algum valor. Está a falar de 60 000,00€, mais ou menos, valor que se deve à falta de dinheiro para pagar o relvado sintético que foi obrigado a colocar em virtude de não poder utilizar o campo no caso de ele não estar lá. É este o problema do Grupo Desportivo de Vialonga.-----

Falaram, como o Sr. Vice-Presidente disse, várias vezes sobre as dificuldades que o clube estava a passar, mas no entender que têm não percebem a razão pela qual esta cedência em direito de superfície não deve respeitar aquilo que foi acordado por todos, nesta altura, e que é a divisão tripartida do benefício da cedência em direito de superfície de um terreno para a colocação do posto de abastecimento de combustível.-----

Há pouco tempo abordaram uma situação que é, de alguma forma, similar, a do Juventude da Castanheira, perceberam que o Juventude pudesse ser o beneficiário



único, porque tinha um terreno no qual não foi possível construir o posto de abastecimento, mas o Grupo Desportivo de Vialonga não é detentor de nenhum espaço dele. Não há nenhuma permuta de terreno e, mesmo no caso do Juventude da Castanheira, o benefício que surgir depois da instalação do posto de abastecimento será dividido por todo o movimento associativo. -----

Desta forma, entendem que a câmara municipal está a prestar um mau serviço, para não chamar outra coisa, às entidades que à época foram referidas como beneficiárias, nomeadamente os bombeiros voluntários de Vialonga, que são a entidade que presta o maior serviço humanitário na freguesia, a nível social, à época, a ABEIV, bem como, e já o referiram na reunião de câmara passada, a Casa do Povo de Vialonga, que neste ano de 2013 tem um cariz social totalmente distinto daquele que tinha nos finais dos anos 80, princípios dos anos 90. -----

Para se honrar aquele que foi o compromisso da câmara municipal, nesta altura, entendem que esta cedência em direito de superfície deve ser dividida por estas três áreas: área humanitária, área social e área desportiva, inclusivamente na abordagem que já tiveram com outras entidades, quer os bombeiros voluntários de Vialonga, quer a ABEIV, estão da mesma forma interessados neste posto de abastecimento, como estará o Grupo Desportivo de Vialonga. -----

Não vão concordar que esta cedência em direito de superfície seja dada apenas ao Grupo Desportivo de Vialonga. Sabem das dificuldades do clube, são os primeiros a alertar para a necessidade de resolver o problema financeiro que cai sobre os ombros dos diretores desta casa, mas não podem defraudar também as outras instituições. -----

Interveio a Srª Presidente, fazendo uma apreciação do que acabou de ser dito porque, na realidade, pelo menos a forma como o foi, transforma completamente para a sua interpretação aquilo que foi dito na última reunião, ou seja, está-se perante uma situação, que é a cedência de um terreno para o Grupo Desportivo de Vialonga, para o desenvolvimento de um processo de uma bomba de gasolina. Deve dizer que mandou averiguar em todos os seus atendimentos, e não aparece nenhum registo de que fosse uma atribuição de uma bomba conjunta. Aliás, esclarece que a questão da Póvoa não é a mesma coisa daquilo que a intervenção da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso acabou de dizer, nem a da Castanheira. -----



Quanto ao Futebol Clube de Alverca, era sozinho, mas as outras duas são em conjunto com outras entidades e, quer no caso da Póvoa, quer no caso da Castanheira, o que foi entendido em reunião de câmara foi que na Póvoa era uma questão que nasceu dos próprios, da União Atlético Povoense, à data, que faria uma parceria em relação àquilo que lhe cabia da percentagem das vendas entre os bombeiros, a Cercipóvoa e a UAP, porque a verba inicial foi integralmente para a UAP. Contudo, correu pessimamente, porque as contas nem sempre são bem-feitas, e, quanto àquilo a que se tinham comprometido entre si, não cumpriram.-----

No caso do Juventude da Castanheira, e pelas razões que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso aduziu, tinha um terreno seu para onde poderia ser autorizada uma bomba, teve uma bomba negociada, e a câmara municipal solicitou que não fosse colocada ali, para não criar problemas aos prédios em frente. É um caso diferente, veio a reunião, e a CDU sugeriu que o proveito da percentagem da venda do combustível fosse dividido entre todos.-----

Esclarece, mais uma vez, que aquilo que era um valor inicialmente estabelecido na ordem do meio milhão de euros, era integralmente para o Juventude, e a receita posterior seria a dividir por 10, 15 ou 100, convindo dizer que isso não há de dar nada a ninguém.-----

Assim, umas vezes, para ficar bem na fotografia, e dizer que se entende como questão de princípio que deve ser para toda a gente, não se dá nada a nenhum, que é o que vai resultar, porque os proveitos que vão caber ao clube resultantes da venda do combustível são muito pequenos.-----

Na última reunião de câmara em que este assunto foi colocado aquilo que entendeu é que se estava perante um figurino igual a este, mas não é isso que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso disse hoje. O que a Srª Vereadora disse hoje foi que desde o primeiro momento é tudo a dividir por todos. Essa não é a posição do Partido Socialista, com as consequências que daí advierem. O Grupo Desportivo de Vialonga foi a entidade que ao longo destes anos todos sempre tratou deste assunto no sentido de obter a bomba de gasolina e o terreno, e no âmbito do alvará tratou disto também ao nível dos vereadores do urbanismo, e o sentido era o de ser para o Grupo Desportivo de Vialonga, mas se o grupo, por si, entender fazer algum acordo com entidades terceiras, é perfeitamente livre de o fazer, e o

PS não tem nenhuma intervenção a fazer. Contudo, serem os membros do PS a dizerem agora que aquilo que se tinha tratado com o Grupo Desportivo de Vialonga afinal já não era só para ele, era para todos, não lhes parece que é correto. Da mesma maneira, não lhes parece correto. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a Srª Presidente sintetizou efetivamente o histórico deste processo. O próprio já está há alguns anos na câmara municipal, já fez dezenas e dezenas de reuniões, inclusivamente quando estava com responsabilidades na área do associativismo, e tinha reuniões regulares com o Grupo Desportivo de Vialonga e outros clubes, sendo esta reivindicação uma matéria que até lhe antecedeu. -----

Havia uma ideia, finalmente essa ideia concretiza-se, porque ideias há muitas, conversas então ainda há mais, só que às vezes não é simples concretizá-las. Foi de facto através da alteração ao loteamento do Quintanilho que se deu a oportunidade desta ideia e conversas se concretizarem, com a constituição do tal lote para a implantação de uma bomba de gasolina, mas também foi ver as suas fichas de receção e apontamentos e, sinceramente, nunca se colocou a questão, mas não põe em causa o que Srª Vereadora está a dizer, até porque está a falar na década de 80, e o que foi pena foi que, quando se constituiu aquele loteamento municipal, não se tivesse lá constituído o lote para a bomba. Falou-se na bomba, mas nunca se determinou onde é que era o lote para o efeito. -----

Gosta-se muito de ficar bem na fotografia, e dizer “fiquem descansados, que nós vamos resolver”, mas uma coisa é dizer que se vai resolver, e outra é resolver, que é aquilo que se está hoje a fazer. Portanto, não pondo em causa aquilo que a Srª Vereadora está a referir, das suas reuniões, que foram muitas, com o movimento associativo, nunca esta matéria se colocou, a da bomba de gasolina, a não ser para o Grupo Desportivo de Vialonga. -----

Agora até se fala que até estão disponíveis que outros se juntem a isto, e considera que não se trata de nenhuma brincadeira, é uma coisa séria e, por isso, entende que a proposta ou sugestão que a Srª Presidente coloca, de se aprovar a cedência deste lote ao Grupo Desportivo de Vialonga e, este, se assim entender, fazer outro tipo de negociação, aliás, como o Juventude da Castanheira fez, pode ser o caminho, mas efetivamente a proposta tem de ser dirigida àquela entidade que




tem reivindicado há mais de 20 anos esta necessidade da bomba de gasolina. -----
A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, esclarecendo que o Juventude da Castanheira não entendeu fazer negociação nenhuma. O Juventude da Castanheira fez, sob proposta que foi aprovada na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o que convém perceber, pois provavelmente não teria vontade de repartir. Se calhar, se estivesse no lugar destes senhores, faria ou teria a mesma vontade. -----
Voltando um pouco atrás, os membros da CDU não gostam de ficar bem na fotografia, mas também não gostam de ficar mal, gostam de ser muito sérios, e foram muito sérios quando abordaram a questão. -----
Relativamente à colocação do posto de abastecimento, sabem, e o Sr. Vice-Presidente também, porque também já tinha funções políticas nesta câmara municipal, que estava elaborado um plano de pormenor para a zona onde é hoje a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Vialonga - ARPIV, em que estava previsto construir-se ali uma zona para a feira, e nesta zona construir-se um posto de abastecimento de combustível. Era o que dizia o plano de pormenor, que entretanto foi revogado pelo Partido Socialista, e era o que estava previsto. -----
Era lá que estava previsto o posto de abastecimento, e se o Sr. Vice-Presidente não tiver consigo as anotações que demonstram que aquilo que a CDU está a dizer, e o compromisso que foi tomado à época, era este, pode, se assim o entender, fazer aquilo que a CDU fez, que é chegar junto das pessoas que à época tinham responsabilidades, quer na câmara municipal, quer nos órgãos sociais destas entidades, e ver o que foi à época também combinado entre todas as partes. Portanto, se isto foi feito verbalmente, e se não há documentos, é pena, e é pena que não tivesse existido. -----
Todos estão interessados em resolver o problema do Grupo Desportivo de Vialonga, claro que sim, mas também não concorda que se diga que a câmara municipal já tratou com o Grupo Desportivo de Vialonga, que pensa que foi o que foi dito, pois quem tratou foi o Partido Socialista, não foi a câmara municipal. Ao dizer-se que as entidades que à época tinham um papel de relevância humanitária social não estão hoje interessadas, vai-se ver se não estão. A própria crê que estão, e que até já deram informação à própria câmara municipal, porque a CDU recebeu, com o conhecimento, e-mails enviados por estas entidades para a câmara




municipal, porque as pessoas, quando souberam da intenção do Partido Socialista em ceder este espaço apenas ao Grupo Desportivo de Vialonga, fizeram lembrar à câmara municipal e ao Partido Socialista que o acordo que tinha sido feito não era esse. -----

Assim, os membros da CDU, que não querem ficar bem na fotografia, mas querem ser muito corretos, lembram que nem são os 500 000,00€, se for o valor idêntico àquilo que é pago pelo Juventude da Castanheira, e 500 000,00€ não são “migalhas”, e quanto ao valor que depois é dado mensalmente, que os Srs. Vereadores chamam de “migalhas”, ontem obtiveram a informação de que a renda mensal que a Prio vai pagar ao Juventude da Castanheira são 5 000,00€/mês, e depois será uma percentagem por metro cúbico, pelo que, francamente, nos tempos que correm, em que as instituições se veem com problemas gravíssimos a nível financeiro, custa-lhe acreditar ouvir dizer que 5 000,00€/mês são pequenas “migalhas”. -----

Se a Sr^a Presidente não sabe, souberam-no ontem pelo Juventude da Castanheira, que para além dos 500 000,00€ que à cabeça estas entidades estão disponíveis a pagar para a cedência do espaço, há uma renda mensal de 5 000,00€, e depois uma percentagem sobre o metro cúbico. -----

Portanto, se há entidades na freguesia de Vialonga que têm problemas sérios, que se hoje em dia não têm dívidas, com o avançar da situação podem vir a ter, e se se conseguir resolver o problema das instituições desta maneira, não percebem por que é que é o Grupo Desportivo de Vialonga, só porque o grupo tem vindo a reivindicar, segundo o Partido Socialista, nas reuniões com o Partido Socialista, a necessidade da bomba de gasolina. -----

Também têm ouvido o Grupo Desportivo de Vialonga queixar-se da situação, mas também têm ouvido, por exemplo, a Casa do Povo de Vialonga, a dizer que tem problemas em pagar o espaço que inaugurou há relativamente pouco tempo, e que os bombeiros de Vialonga só não avançam com a construção do seu quartel porque não têm verbas absolutamente nenhuma para fazer face à situação, ou ainda que a ABEIV não avança com o centro integrado de idosos porque não há apoio por parte da administração central, e se hoje vive sem dívidas à banca, quer continuar a fazer uma gestão que seja correta e racional. -----



Se os Srs. Vereadores estão a colocar na mesa uma situação que é a de só quererem beneficiar o Grupo Desportivo de Vialonga, a CDU vai ter que dizer que não quer apenas que o Grupo Desportivo de Vialonga seja beneficiado. Quer que o Grupo Desportivo de Vialonga seja beneficiado, mas também as outras instituições que têm peso social na freguesia de Vialonga, porque, ainda por cima, foi o que, quando se construiu a variante de Vialonga e se fez um plano de pormenor, foi dito às pessoas que então tinham responsabilidades nestas instituições. -----

A Srª Presidente disse que a CDU já estava a acrescentar entidades, pois seria também de mau tom não reconhecer o papel social que a Casa do Povo de Vialonga tem. Era, de facto, importante perceber qual é a posição das instituições referidas, para depois ter mais consciência daquilo que se está a aprovar. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que já se percebeu que se está perante uma situação, tendo em consideração até que se está a um mês do dia de reflexão das eleições, e estas coisas agora começam todas a acelerar. Vai-se ter agora um período agitado, em que as coisas tomam todas proporções diferentes. -----

A Srª Vereadora hoje, por acaso, estava na posse de uma informação privilegiada, que a própria não conhecia, a de que o rendimento da bomba que há de vir será de 5 000,00€/mês, e oxalá que assim seja. Este valor a dividir por 10 sempre há de dar 500,00€, é melhor que nada, que é o caso da Castanheira, pois se forem 20, já só dá 250,00€. -----

Deve ainda dizer que não tem conhecimento da situação, no modelo que a Srª Vereadora trouxe hoje, e até pode reconhecer que a mesma tenha informações privilegiadas, pela ligação que tem à CDU, ao Partido Comunista, e pelo facto de ter sido um assunto, como foi dito, de há mais de 20 anos, e a Srª Vereadora ter dito que tinha contactado as pessoas. É por estas razões, são relações privilegiadas em termos da informação que a própria não conhece. -----

Procurou na informação que está à sua disposição, ou seja, a escrita, lá não está, e, como o Sr. Vice-Presidente referiu, bom teria sido que na altura própria se tivesse logo considerado que aquele lote era para uma bomba de gasolina, para todo o movimento associativo de Vialonga. Então não haveria esta discussão hoje, estava tudo claro como a água. -----

Aquilo que, quer a própria, quer o Sr. Vice-Presidente, disseram, foi que a entidade

que os tem contactado ao longo destes anos foi efetivamente o Grupo Desportivo de Vialonga, que nunca equacionou isto no quadro de ser uma cedência conjunta, pelo que trouxeram à reunião aquilo de que tinham conhecimento. -----

Contudo, da mesma maneira que trouxeram, retiram, e vai-se promover uma reunião com todos, também com os presentes, no sentido de todos se ouvirem ao mesmo tempo. Não faz antecipações dos pensamentos dos outros, e o que sabe é que foram introduzidas situações que desconhece e, como tal, manda-lhe o bom senso que, no sentido de não prejudicar, nem beneficiar ninguém, se retire o ponto, se promova uma reunião com as entidades envolvidas, e se possa reanalisar o assunto. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, perguntando quais entidades? -----

A Srª Presidente interveio, esclarecendo que são as entidades que foram referidas hoje, estando o assunto terminado por hoje. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----



Fl. Livro _____

Fl. Atã 111

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 887

Assunto: COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NA PINTURA DE PASSADEIRAS E PARQUEAMENTOS PELA JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA-----

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2013/08/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um apoio municipal, da verba a transferir da Cimpor, no montante de 3 816,00€, à Junta de Freguesia de Alhandra, destinado à pintura de passadeiras na EN 248-3 e pré-marcação e pintura de parqueamentos na avª Armando Nunes Diogo.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando, atendendo a que houve já uma nova administração da Cimpor, e parece-lhe que a situação neste momento já não é tão boa, e a própria rentabilidade já não é tão boa como era, se ainda falta muito para chegar ao fim em termos do valor deste protocolo, ou se há ainda um saldo que possa ser considerado, de um certo e determinado valor, para os membros da Coligação Novo Rumo saberem como está o valor que está a ser utilizado.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo-se a uma coisa mágica, Alhandra tem 16 546,00€ disponíveis, informação que consta no canto inferior direito da proposta. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se ainda falta muito para atingir o montante, e se o valor que a Srª Presidente disse é o que falta, tendo a mesma respondido afirmativamente, e que no ponto 16 o valor que lá consta passa logo para 12 000,00€.-----

Continuou a Srª Presidente, mencionando que poucas são as freguesias que ainda têm algum valor, pois já gastaram.-----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio de novo, questionando se então, do protocolo com a Cimpor, faltam ainda utilizar 16 000,00€.-----

Esclareceu a Srª Presidente que é no caso da freguesia de Alhandra, e são cerca de 12 000,00€.-----

Questionou também o Sr. Vereador se este é ainda o protocolo feito com a anterior administração, ao que a Srª Presidente esclareceu que foi feito há 4 anos. Neste momento está a aguardar o início do mês de setembro para marcar uma reunião com o responsável da Fundação Camargo, que quer falar com a própria, e virá a Portugal nesse quadro. -----



Deliberação nº _____

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.




Assunto: UTILIZAÇÃO, PELA JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA, DAS VERBAS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CELEBRADO COM A CIMPOR, PARA EXECUÇÃO E MONTAGEM DE MONUMENTO COMEMORATIVO DO 150º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE-----

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2013/08/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição do montante de 4 039,32€, da verba a transferir pela Cimpor, à Junta de Freguesia de Alhandra, destinado a erigir um monumento comemorativo do 150º aniversário da Sociedade Euterpe Alhandrense. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que acha muito bem. Contudo, com o devido respeito e consideração que têm todos os alhandrenses, nomeadamente o próprio, pela Sociedade Euterpe, que tem feito um trabalho exemplar, já foram celebrados os 150 anos, aliás numa sessão solene magnífica a que teve oportunidade de assistir, mas a Sociedade Euterpe quer comemorar com um monumento, e não consta nenhum desenho do monumento. Já lá viu uma base feita em cimento, e gostaria apenas, se a Srª Presidente entender oportuno, de saber que tipo de monumento, e o que é que se vai lá pôr.-----

Respondeu a Srª Presidente que não sabe dizer agora o que é, mas é por estes dias a inauguração, e a junta de freguesia é que viu isso. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que perguntou ao Sr. Presidente da junta, mas também não o soube informar, e daí levantar a questão. -- A Srª Presidente interveio, referindo que está na sala o Sr. Presidente da Sociedade Euterpe, apesar de não estar nessa condição, e pergunta se o mesmo pode fazer uma descrição, mas pensa que se trata de uma escultura de homenagem ao movimento associativo. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para dizer que os membros da CDU não têm nada a opor a que seja feita a celebração, e desta forma em concreto, antes pelo contrário, pois reconhecem o mérito a quem tem de ser reconhecido, e este é um aniversário que os une, ao qual também se associam, como não poderia deixar de ser. -----

A questão, porém, coloca-se, porque têm o entendimento que o protocolo com a Cimpor, e segundo o contrato parassocial assumido com esta empresa, reverte

A

[Signature]

fundamentalmente para questões que se prendem com a melhoria da qualidade de vida e de natureza ambiental. A sugestão que deixam é a de que se encontre uma rubrica mais adequada para fazer face a esta despesa. Da parte da CDU não levantarão problemas de natureza alguma, até porque há possibilidades para poder fazê-lo, até dentro das suas próprias competências, só que têm o entendimento que dentro do protocolo com a Cimpor pode entrar outro tipo de responsabilidades sociais, do ponto de vista do ambiente e da melhoria da qualidade de vida. -----

Por exemplo, constataram que os trabalhadores da Junta de Freguesia de Alhandra, os que estão na varrição, não têm meios suficientes. Os meios que têm são meios muito degradados, carros do lixo muito deteriorados, equipamentos quase inexistentes, e por isso fica a sugestão, podia ser aplicado aí, como naquilo que por bom fosse decidido pela respetiva junta de freguesia, tendo sido sempre esse o acordo. Há uma génese e uma matriz da natureza dos investimentos, e no entender da CDU o protocolo não deveria servir para pagar uma estátua. -----

Contudo, a câmara municipal pode e deve associar-se, ou a junta de freguesia, dentro do seu orçamento, encontrar disponibilidade noutra rubrica, e é essa a questão que têm. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que percebeu perfeitamente a mensagem implícita, e aproveita para lembrar algo. O protocolo, quando foi elaborado, nas primeiras vezes que foi elaborado, tinha um objetivo, ou seja, era efetivamente no âmbito de intervenções que melhorassem o espaço público, nas freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Sobralinho, as mais próximas e mais afetadas pela presença da Cimpor. -----

Lembra, e é daí que esta verba saiu, que houve um momento em que a freguesia de Alhandra tinha uma verba destinada à questão do campo de futebol, que curiosamente continua hoje a não ser possível concretizar, estando neste momento os credores a analisar a pergunta colocada pela câmara municipal em relação à possibilidade da aquisição do terreno. A resposta dada pelo administrador de insolvência é que estava a negociar com uma entidade a aquisição integral da Cimianto, e nesse contexto não queria estar a parcelar nada, mas durante o mês de setembro seria dada uma resposta à câmara municipal. -----

Neste momento o valor em causa não pode ser o mesmo, não teria qualquer sentido, e então, assim sendo, há que perguntar quanto é que querem pelo terreno, e se há possibilidade de se negociar, dado o processo de insolvência que decorre, o que é algo que só pode ser respondido por uma assembleia de credores. Naquela altura o valor era de 400 000,00€, e foi redistribuído por todas as freguesias, já não para este fim específico, mas para algumas coisas que quisessem fazer. -----

Compreende o que o Sr. Vereador disse, sendo que neste momento está-se a fazer uma tentativa séria para se conseguir fazer um protocolo de novo. Os protocolos têm a duração do mandato, e está mesmo no resto, pelo que entende que tem a obrigação de conseguir negociar ainda um novo protocolo. É claro que se houver alguma verba remanescente para o ano seguinte não há com isso nenhum problema, mas compreendeu e registou a recomendação. -----

Neste caso, pensa que não faz sentido. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a Srª Presidente, no âmbito das suas competências pode fazer despesas até um determinado montante, ao que a Srª Presidente respondeu que não pode ser assim, porque é algo que tem de se pagar à Sociedade Euterpe, e tem que ser a câmara municipal a pronunciar-se sobre o assunto, não cabendo nas suas competências. -----

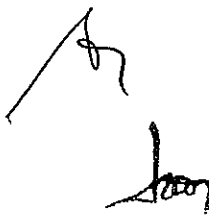
Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o valor cabe. -----

Interveio novamente a Srª Presidente, mencionando que não cabe, porque é uma coisa diferente, é uma transferência, é como um subsídio. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, para dizer que pode não ser uma transferência, pode ser uma celebração de um serviço diretamente com a autarquia, mas pergunta se a estátua já está feita. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que pensa que a inauguração do monumento é dentro de dias, tendo a junta de freguesia até assumido esta despesa, porque faz mais sentido que seja a junta do que a câmara municipal, já que suporta algo na sua freguesia, e na sua relação com o movimento associativo. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que compreende tudo, mas o protocolo da Cimpor até serviu para aliviar a pressão do corte municipal sobre as juntas de freguesia, e muito. -----



A Sr. Presidente interrompeu, esclarecendo que é “aliviar em muito”, não é “corte e muito”, devendo haver entendimento sobre isso. A câmara municipal estabeleceu regras em relação ao cálculo da verba, da mesma maneira que sofre cortes da administração central, e neste caso é sobre as receitas da autarquia. ----- Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que entende que estas coisas devem ser faladas e discutidas. O que se passa é que a estátua está feita, alguém mandou avançar, contava-se que hoje fosse aprovada, e não vão ser os membros da CDU que vão fazer a figura do “patinho feio”, referindo que não devia ter sido assim.-----

De facto não deveria ter sido, tendo a Srª Presidente reconhecido e concordado que a génese do protocolo não serve para investimentos desta natureza. -----

Interveio de novo a Srª Presidente, dizendo que a verba dos 400 000,00€ foi para questões diversificadas, da mesma maneira, nesse caso, que Vialonga recebia o dinheiro da Cimpor, foi porque se decidiu. -----

Continuou o Sr. Vereador, dizendo que sim, mas posteriormente houve uma decisão com a qual os membros da CDU também não concordaram, da retirada de dinheiro do protocolo para colmatar o corte da transferência municipal para as juntas de freguesia, no âmbito da descentralização de competências.-----

Sabem isso tudo, sabem do que estão a falar e, em nome de ter que se utilizar o dinheiro, até porque o mandato termina daqui a escassas semanas, que assim seja, mas poderia não ser assim.-----

Solicita à Srª Presidente que leve o que o próprio disse como uma boa orientação ou sugestão da CDU, e que com o fundo disponível para a Junta de Freguesia de Alhandra, de 12 000,00€, deveria mesmo colocar-se à junta a questão de comprar e renovar o equipamento ao dispor dos trabalhadores operários.-----

A Srª Presidente interveio, respondendo que se compromete a transmitir essa preocupação ao Sr. Presidente da junta.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que está muito bem, e que se utilize o dinheiro para esse efeito, porque foi também para esse tipo de efeitos que o dinheiro veio à posse do município, não é para estátuas.-----

A Srª Presidente interveio, referindo que também, pois é um embelezamento do espaço público, mas tomou boa nota. -----



Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata " 118

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 889

1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DA ENCOSTA DO MONTE GORDO – QUINTA DE SANTO AMARO – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicações internas nºs 195/13 e 201/13, de 09/08 e 12/08, respetivamente, do Notariado Privativo Municipal, para ratificação do despacho que aprovou a minuta do contrato da empreitada da obra de estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo, na Quinta de Santo Amaro, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Alves Ribeiro, SA, pelo valor de 762 441,40€, bem como a alteração da cláusula 4ª e do nº 2 da cláusula 5ª da minuta, devido à adjudicatária ter prestado caução no valor de 10% do valor da adjudicação e não 5%.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicações internas nºs 195/13 e 201/13, de 09/08 e 12/08, respetivamente, do Notariado Privativo Municipal, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 119

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 890

1. Assunto: EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO TALHÃO R DO CEMITÉRIO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 197/13, de 12/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada de ampliação do talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira, adjudicada à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 207 708,47€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 197/13, de 12/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

100

Fl. Livro _____

Fl. Atã 120

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 891

1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE EXECUÇÃO DE 3 CAIS DE PESCA PARA OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA - TRABALHOS A MAIS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 208/13, de 20/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada da obra de execução de 3 cais de pesca para os Avieiros da Póvoa de Santa Iria – Trabalhos a mais, adjudicada à Cordivias - Engenharia, Lda, pelo valor de 36 592,20€. -----


3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 208/13, de 20/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que devido à sua ausência na reunião em que foram aprovados estes trabalhos a mais, não sabe o que são, pelo que pergunta ao que se refere esta empreitada das obras de execução dos 3 cais.--
Interveio o Urbª Luís Matas de Sousa, esclarecendo que os trabalhos a mais relacionaram-se diretamente com a profundidade a que foi necessário colocar as estacas de ancoragem dos cais, que foram superiores ao que inicialmente estava previsto. Tinham uma média de 15 metros e ficaram a uma média de 19 ou 20 metros, tendo os trabalhos a ver com este facto.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

A


Fl. Livro _____

Fl. Ata 121

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 892

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – LINA MARIA NUNES DE CARVALHO POLÓNIO AGOSTINHO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 205/13, de 16/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão da fração “AD”, sita na avenida Antero de Quental, lote 7 (antigo A0), 7º C, no Bairro da Chepsi, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 86 000,00€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 205/13, de 16/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E
REQUALIFICAÇÃO URBANA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 123

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 893

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 319/13, de 21/08, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2013/07/24 e 2013/08/20, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 319/13, de 21/08, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Assunto: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 22 DE MAIO DE 2013, REFERENTE À EMPREITADA DO ACESSO RODOVIÁRIO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA - TRABALHOS ADICIONAIS, TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E A TRABALHOS A MENOS-----

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2013/08/28, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação, com efeito retroativo, da revogação da deliberação de 22 de maio de 2013, em relação à empreitada do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira, que aprovou, com base na informação nº 23/2013, de 20/05, do DPGQU, trabalhos adicionais, trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos, com um saldo total de 54 105,08€, acrescidos de IVA. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que este ponto já veio à última reunião de câmara, e suscitou algumas dúvidas, desde logo à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, e pedindo ao Sr. Vice-Presidente para fazer uma introdução. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que a única coisa que pode dizer, sem prejuízo de eventual informação que o Dr. Manuel Rodrigues possa vir a dar, é que na sequência daquilo que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus solicitou, foi feita a informação, ponto por ponto, e crê que está bastante clara. Contudo, se a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus entender que carece ainda de algum esclarecimento, o Dr. Manuel Rodrigues está presente para o efeito. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo concordam com o que está nos documentos, e têm apenas algumas dúvidas de pormenor que gostariam de ver esclarecidas, e não sabem se será efetivamente pelo Dr. Manuel Rodrigues ou não. -----

Na segunda folha do parecer do Dr. Manuel Rodrigues, o ponto 2.1, no último parágrafo, começa por "Ora", depois tem um primeiro ponto, e um segundo ponto, que diz: "não se trata de trabalhos de suprimento de erros e omissões porque, (...) não existe qualquer omissão: o projeto é perfeito no pressuposto do município resolver o desvio dos termos projetados." Desta forma, não percebem como é que isto se articula com o facto de não se ter de pagar ao empreiteiro esta situação. Havia um pressuposto, de ser o município a resolver este desvio, nos termos projetados, e parece-lhes que há alguma incongruência, mas não sabem se será o

Dr. Manuel Rodrigues a explicar ou não, pois é uma questão eventualmente técnica.-----

No ponto 2.2, diz na conclusão: "Ora, (...) os trabalhos a executar são os mesmos, mas a sequência da intervenção em obra é diferente". Nesta situação, gostariam que lhes fosse explicado o que é a sequência da intervenção em obra ser diferente. -----

No ponto 2.7, na conclusão, é dito no ponto 3: "Há, porém, que fazer uma melhor avaliação do valor dos trabalhos efetuados e dos trabalhos suprimidos." Neste caso, perguntam o que é que a câmara municipal está a pensar fazer, face a esta sugestão ou chamada de atenção pelo Dr. Manuel Rodrigues. -----

No ponto 2.8, na conclusão, no ponto 1, consta: "(...) não se trata de trabalhos a mais", mas no ponto 3 consta: "os trabalhos teriam de ser formalizados através de um procedimento autónomo ao contrato em curso." Assim, não percebem se eram trabalhos a mais ou não, se eram trabalhos diferentes ou não, não conseguindo entender por esta conclusão. -----

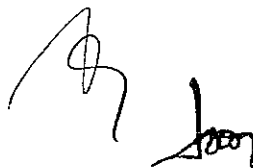
Por fim, no ponto 2.10, também na conclusão, refere o Dr. Manuel Rodrigues que estes "trabalhos extravasam o âmbito da obra inicial, (...) são obra nova", e gostariam de saber se a câmara municipal vai ter esta situação em atenção ou não.-----

São estas as dúvidas que têm, se bem que no todo concordam, e o voto da Coligação Novo Rumo é a favor, apenas gostariam de ver esclarecidas estas questões. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que é melhor que as respostas sejam dadas pelo Dr. Manuel Rodrigues, na medida em que nas reuniões que se tiveram sobre esta matéria foram avaliados todos estes pontos e concluiu-se que, em situações de eventual dúvida, as questões poderiam ser dirimidas noutra sede. -----

O Dr. Manuel Rodrigues tomou a palavra, mencionando que teve de fazer uma opção entre tentar esclarecer, e não fazer um texto demasiado grande, e de "não dar o ouro ao bandido", ou seja, fazer determinado tipo de interpretações, na medida em que se está em sede de contratos e isto há de ter que ser depois negociado. -----

Há um ou dois pequenos tópicos que a seu ver enquadram as várias questões que



a Srª Vereadora fez o favor de colocar. Primeiro, o Código dos Contratos Públicos veio introduzir alterações muito grandes em relação àquilo que era antes o regime das empreitadas públicas. Uma das matérias em que o legislador quis ser muito firme era naquilo que tradicionalmente se chamavam os “trabalhos a mais”, e houve portanto um cuidado muito grande de não deixar resvalar o preço em relação ao que inicialmente estava contratado. -----

As contingências da obra, que podem vir de razões e origens várias, podem levar a que ainda assim seja necessário que este preço seja alterado, e pode sê-lo, quer com trabalhos a mais, quer com trabalhos a menos, quer com a supressão de erros e omissões do próprio projeto, sendo que todos estão recordados que muitos dos problemas do resvalar dos preços das empreitadas tinham a ver com os próprios projetos. -----

Como é que o legislador depois, deixando embora estas três válvulas de escape, quis que fossem só isso, e não fossem avenidas por onde se pudesse ultrapassar? O legislador estabeleceu requisitos de ordem substancial muito rígidos para que se pudesse concluir que havia trabalhos a mais, a menos ou supressão de erros e omissões, e foi muito rigoroso na definição dessas situações. Por outro lado, a par dessas exigências substanciais, foi ainda muito exigente em termos formais, ou seja, em que momentos é que se tem de ser alertado para isso, quem tem de alertar, se o dono da obra ou o empreiteiro, em que prazo, e como é que o tem de fazer, bem como as consequências que advêm de algum desses requisitos formais não serem cumpridos. -----

A situação leva a que quem estava parametrizado ou programado para analisar os trabalhos a mais ao abrigo do regime anterior tenha de fazer uma “lavagem ao cérebro” completa, tendo o próprio referido isso na informação que fez ao Sr. Vice-Presidente. -----

Houve que refletir sobre algumas das situações parecidas com estas, no âmbito desta empreitada, e são cerca de uma vintena de situações. Neste caso são onze, quis-se ver qual era o histórico que já havia de outras deliberações a propósito desta matéria, encontrou-se esta, e ao falar com os técnicos da câmara para tentar perceber, a primeira coisa que estes disseram foi que a câmara deliberou, mas tinha que ser revogado, e por aquilo que disseram, efetivamente não pode



ser assim, e por razões variadas.-----



Pelo menos em dois casos a câmara municipal, pura e simplesmente, não pode aceitar pagar, e em caso nenhum, porque não é exigido. Formalmente não é devido, substancialmente não é devido, e isso representa à volta dos 6 mil e tal euros.-----

Há outros casos, e recordou-se por causa de uma observação que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus fez, que denota uma preocupação mais do que justa, em que, embora legalmente, a seu ver, a câmara municipal não pudesse ter deliberado nos termos em que o fez, vai ter que se descobrir uma forma de pagar ao empreiteiro, porque solicitou a obra, ou alguém solicitou a obra em nome da câmara municipal, e esta foi feita.-----

O problema é que a proposta, o que aliás é uma pena, porque a informação que está subjacente à deliberação de câmara parece-lhe muito bem estruturada e tecnicamente muito bem elaborada, foi elaborada por alguém que ainda recorre do regime anterior ao Código dos Contratos Públicos. Por isso, e por causa das consequências que adviriam de uma deliberação destas, a seu ver a deliberação é ilegal, a autorização da despesa seria consequentemente ilegal, quem deliberou nesse sentido seria responsabilizado financeiramente e a responsabilidade reintegratória. Face a isso, pareceu-lhe que não teria outra alternativa que não fosse a sugestão para que a câmara revogasse, o que aliás foi logo aceite.-----

O que se vai encontrar nas situações a que se reportará uma a uma, que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus fez o favor de levantar, são falhas do tipo, ou saem fora da natureza, dos trabalhos a mais, a menos, ou erros e omissões, ou falhou alguma formalidade, e se falhou alguma formalidade não pode ser pago. ---

O Sr. Vice-Presidente falou que se estava a ver como é que se iria proceder, e é evidente que a câmara municipal tem de agir como pessoa de bem, pois se alguém, invocando o nome da câmara, como a fiscalização, pediu para fazer aquele trabalho, porque até era necessário, independentemente das formalidades, a câmara municipal pediu, recebeu o trabalho, e quanto mais não seja, embora em direito público isto tenha alguns contornos diferentes, há a questão do enriquecimento sem causa, porque a câmara municipal ficou a ganhar pelo facto do empreiteiro ter acedido ao pedido. Há situações dessas, mas há outras ainda.---

Ao analisar uma a uma, quanto à questão do ponto 2.1, é o único caso em que na primeira versão da informação se fazia um desenvolvimento mais longo, mas depois pareceu-lhe que não se podia fazer um texto de 20 ou 30 páginas para fundamentar a deliberação de câmara, e resumiu-se. -----

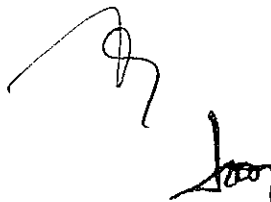
O projeto não incluía este desvio de traçado, o que podia ser feito de várias formas. Podia ter sido feito antes, podia ser a câmara municipal a fazer, ou seja, devia haver um outro esquema qualquer. Assim, se o projeto não incluía, e se era possível a execução do projeto sem este trabalho, em bom rigor não se trata de trabalhos a mais, pois eles não resultam de uma qualquer circunstância imprevista. -----

Voltando aos requisitos de ordem substancial que a lei exige, no caso, para que se possa considerar trabalhos a mais, eles têm de resultar de uma situação imprevisível, porque, se não resultarem de uma situação imprevisível, em caso nenhum podem ser considerados trabalhos a mais. Assim, a necessidade de desviar esta infraestrutura era perfeitamente previsível, ela estava ali e não podia lá estar, logo, se não é trabalho que resulte de uma circunstância imprevisível, nunca poderiam ser trabalhos a mais. -----

Há outro aspeto formal que abordou na parte final da sua informação, que foi aquele que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus sublinhou, ou seja, ainda que na perspetiva do empreiteiro isso fosse um trabalho a mais, porque não era um trabalho previsto, logo era um trabalho que estava além daquilo que tinha sido contratado, este, (e já em obra), o que tentou dizer de forma perceptível na parte final da informação, (nas penúltima e última linhas), deveria ter reclamado em relação a esse trabalho que era necessário, mas que não estava no projeto, no prazo de 30 dias a contar do momento em que o detetou. Como não reclamou, perdeu o direito a ser remunerado por isso, e essa é outra razão formal. -----

Assim, ter-se-ia uma razão substancial, desde logo porque não era imprevisível a necessidade daquele trabalho, e depois, porque o empreiteiro deveria ter reclamado no prazo de 30 dias após o momento em que viu a necessidade de executar esse trabalho, e não o fez. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que a sua dúvida nesse ponto não era essa, pois isso está explícito, e por esse motivo é que não



sabe se seria o Dr. Manuel Rodrigues a ter que responder, por exemplo, a esta dúvida. Na conclusão, no ponto 2 dessa conclusão, é dito que o projeto é perfeito, no pressuposto do município resolver o desvio nos termos projetados, ou seja, era ao município que cabia resolver o desvio. -----

Esclareceu o Dr. Manuel Rodrigues que se “inventou” como uma explicação para o projeto estar assim, a do município ter admitido outra forma de fazer esse desvio antes, ou por acordo com a PT, ou ser o município. Para quem olha para o projeto, ele está correto, porque não tinha de conter aquilo, o desvio é que tem de ser feito, e por alguém, o dono da obra ou o município, que, ou o faz, faz um protocolo com a PT ou outro esquema qualquer, sendo isso que se quer dizer. -----

Para além disso, a Srª Vereadora colocou, a propósito do ponto 2.2, a questão da existência de uma linha aérea da EDP, que depois não é reposicionada dentro daquilo que estava calendarizado, e isso tem como consequência que o empreiteiro também não possa seguir a sequência dos trabalhos que tinha apresentado. Sem mais, isso não dá direito de pagamento ao empreiteiro, dando apenas se tiver prejuízo, ou se, com a recalendarização ou a nova organização do trabalho, por exemplo, em vez de estar num sítio, estar noutro. Contudo, se ele for para além, e tiver prejuízo, tem 30 dias para reclamar, e não reclamou. -----

Em relação ao ponto 2.7, fez-lhe hesitar um pouco na proposta da alteração da revogação da deliberação, porque tem a ver, quer este ponto, quer depois o outro, com a execução da obra na rotunda com a EN1, e chegou-se à conclusão que estava projetado um tipo de pavimento, para a camada de desgaste, chamado “aborrachado”, que se justifica para determinado tipo de velocidades, porque induz menos ruído, mas essas velocidades em que há essa vantagem não são permitidas no local. -----

Desta forma, uma outra ponderação levou a que se visse que era um custo acrescido, uma exigência tecnicamente injustificada, e por isso mesmo veio à câmara e a mesma aprovou, em fevereiro de 2013, a alteração da natureza do pavimento. Nesta questão hesitou, porque há uma alteração que tem por base uma deliberação de câmara, que a seu ver é legal, mas simplesmente, quando agora a câmara municipal aprova estes pagamentos em concreto, pois ao não se fazer o trabalho de uma determinada forma, há trabalhos a menos, e ao fazer-se o




trabalho de forma diferente, há trabalhos a mais, e até dá um ganho de cerca de 10 000,00€ para a câmara municipal por ser uma solução mais barata, ao se proporem estes valores, não há fundamentação para eles. -----

Há um problema de fundamentação e, sabendo o rigor que o Tribunal de Contas põe nestas coisas, temendo que entendesse que não havia fundamentação, apesar de ter hesitado, vem no “pacote” das alterações a propor, para que todas tenham de ser repensadas, e a seu ver melhor fundamentadas, voltando à câmara municipal. -----

Não vê na deliberação uma fundamentação para aqueles valores, ou seja, o saldo é de 10 000,00€ a favor da câmara municipal, mas questiona por que é que não há de ser 11 ou 9. Pensa que não decorre de lá, e se se retirar razão nesta análise, há vício de fundamentação. -----

No que respeita ao ponto 2.8, é que estes trabalhos teriam de ser formalizados através de um procedimento autónomo ao contrato em concurso, a situação decorre de uma demora no parecer da Estradas de Portugal. Porém, em bom rigor, e ainda há pouco alguém alertou para a diferença entre a teoria e a prática, porque a vida muitas vezes tem dificuldade em se compatibilizar com a teoria, se se continuasse à espera do parecer da Estradas de Portugal, possivelmente a obra estaria ainda a meio. Por isso foi-se avançando, na “esperança”, enquanto se pressionava, por uma resposta daquela empresa, e quando finalmente aparece o parecer da Estradas de Portugal as coisas não podiam ser exatamente como estavam projetadas, já que exigiu mais isto ou aquilo. -----


Não se pode dizer que era imprevisível que a Estradas de Portugal viesse a propor ou exigir alguma alteração em relação ao projeto, e infelizmente a coisa mais previsível é que a Estradas de Portugal proponha alterações a um projeto sempre que qualquer coisa entronca com as vias nacionais, com a sua área de jurisdição. Não se pode dizer que era imprevisível, e logo não pode ser trabalho a mais. -----

O caminho, neste caso, é o que referiu, tinha de ser um procedimento autónomo. Não foi, pelo que o caminho seguido não é o caminho que a lei estabelece, e a deliberação é ilegal por esse aspeto, e a autorização de despesa seria ilegal.-----

Quanto ao trabalho constante no ponto 2.10, em linguagem corrente é um trabalho a mais. É a mais do que está no projeto, mas o que acontece é que está



para além do projeto, que não trata disto, mas era necessário. -----
Pensa que os presentes conhecerão o velho caso de Oliveira do Hospital, em que o então presidente teve problemas complicados porque fez mais 100 ou 200 metros, e o Tribunal de Contas disse que aquilo tinha de ser um contrato autónomo, tendo o presidente mostrado que isso custava 30 ou 40 vezes mais. Contudo, o Tribunal de Contas disse, e bem, a seu ver, embora pareça esquisito, que não era ele que fazia as leis e a missão que tinha era a de obrigar a cumprir as leis, e que o presidente não podia ter mandado fazer aquela extensão a mais.-----
Neste caso é um pouco a mesma coisa, em termos práticos, do dia a dia, embora hoje já não seja linguagem politicamente correta de "bom pai e boa mãe de família", não tem "pés nem cabeça" que se parasse a obra, fizesse um outro procedimento autónomo, e vir uma outra pessoa concorrer para depois fazer aquilo que custaria muitíssimo mais, fora as implicações. No entanto, o que é certo é o que está na lei, e só com um procedimento autónomo é que se poderia ter feito. Tendo autorizado sem esse procedimento, a deliberação de câmara, a seu ver é ilegal, com as responsabilidades que já referiu. -----
Terminou, dizendo esperar ter-se feito entender.-----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, acrescentando que se esteve perante, ou ainda se está, mas em termos de obra é esteve-se, uma situação excecionalíssima, em que a câmara municipal tinha um compromisso, que caso não cumprisse iria pagar multas pesadíssimas.-----
Houve dois momentos, o momento da entrada em funcionamento do hospital, em que chovia copiosamente e tinha-se o muro de terra armada que já era a terceira vez que caía, e tinham que se resolver todas estas questões para efetivamente cumprir o prazo. Conseguiu-se cumprir, e ainda hoje está para saber como. -----
Depois tinha-se o prazo da entrada da inauguração do hospital, em que era necessário fazer uma série de obras, inclusivamente a rotunda, que estava no seu início, mas era necessário concluí-la. -----
No dia da inauguração do hospital tudo estava pronto, mas ainda faltam algumas coisinhas, porque, relativamente a esta obra, teve-se a infelicidade do empreiteiro não ter honrado os seus compromissos, ou seja, de nos primeiros autos pagar aos seus subempreiteiros, e de, no âmbito da obra, terem caído penhoras. Pensa que




estabilizou, mas ainda não tem a certeza se ainda não vão cair mais. Isto quer dizer que todos os autos que iam sendo validados eram para suportar as penhoras, porque tinham prioridades em termos de pagamento, sendo que tudo isto criou uma dificuldade imensa.-----



No que diz respeito à Estradas de Portugal, pode dizer que julgo estar-se perante uma rotunda que deve ter sido feita com todos os requisitos e mais alguns como se calhar nunca foi feito em Portugal, porque também não se teve da parte da Estradas de Portugal a generosidade de verificar que se estava perante uma situação extrema. -----

Para dar um exemplo, refere que tinham de se fazer 15 centímetros de pavimentação, ser tudo cilindrado, bem como fazer ensaios para ver se estava tudo em conformidade e, de repente, voltar a chover. Nessa altura foi quando pedi encarecidamente ao engenheiro da Estradas de Portugal que estava seguir a obra para fazer pelo menos 30 centímetros de altura de pavimentação, para ver se se avançava. -----

De facto, houve decisões que se tiveram de tomar, e seria impensável parar a obra, e lançar concursos para fazer o trabalho que era necessário, através de situações autónomas. -----

Tentou-se fazer tudo com o maior rigor possível, e quando se trouxe o processo a reunião de câmara estava-se convicto, pela informação técnica que chegou, que estava tudo correto, sendo que o Dr. Manuel Rodrigues também coloca que há situações que estão no limiar de se poderem pagar ou não. O Dr. Manuel Rodrigues entendeu que era prudente, e o próprio também, por prudência, trazer a reunião de câmara uma proposta de revogação da deliberação que se tomou, e depois, não prejudicando ninguém, encontrar outras soluções, provavelmente noutra sede, para resolver algumas questões que eventualmente são reclamadas pelo empreiteiro. Umas serão justamente, mas outras que não, pelas questões que já foram abordadas.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: PROJETO DE LOTEAMENTO DENOMINADO POR LAVRADIOS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 108/13, de 13/08, do DGUPRU/DGU, para aceitação de princípio e abertura de discussão pública, por um período de 10 dias úteis, do projeto de loteamento denominado por Lavrados, na freguesia da Castanheira do Ribatejo, sendo o promotor a Promovinte – Investimentos Imobiliários, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 108/13, de 13/08, do DGUPRU/DGU, planta de localização, planta síntese, planta de cedências, plantas de perfis de arruamentos, intenção de proposta de ocupação, relatório da comissão de avaliação e declaração de impacto ambiental, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que está mais ou menos clara a intenção da operação de loteamento, de qualquer forma reitera a importância de haver bastantes cuidados em relação ao trânsito e à mobilidade, chamando a atenção que, de facto, a proximidade com o nó da Castanheira, por si só, não resolve coisíssima nenhuma. Ainda bem que existe, e no local onde existe, para servir o que agora se quer que seja aprovado, mas deve haver cuidado, pois um empreendimento desta natureza vai gerar um volume de tráfego pesado bastante significativo. -----
Desta forma, os membros da CDU aproveitam a ocasião para reiterar uma preocupação que expressaram há uns dias, aquando da reconstrução da estrada do Porto da Areia. Passaram pelo local, e verificaram que o piso, ou já não há mais

carga, ou o que já foi colocado apresenta deformações bastante acentuadas nalgumas áreas. Por outro lado, as valetas continuam a não existir, sendo que só constatarem aquela preocupação onde elas já existiam, em que de facto houve uma limpeza e um remate sobre as mesmas, mas onde não existiam, continuam a não existir. -----

Portanto, têm sérias dúvidas se do ponto de vista da drenagem estão garantidas as condições para que esta obra dure aquilo que tem de durar, tendo até presente o valor que está envolvido para a reparação desta estrada, e deixam novamente esta preocupação, bem como a oportunidade da câmara municipal, caso ainda haja essa hipótese, de poder reparar aquilo que for possível. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a oportunidade desta operação urbanística vem também resolver preocupações que foram agora colocadas pelo Sr. Vereador Nuno Libório. De facto, analisando a planta síntese de loteamento, verifica-se a melhoria considerável do que são hoje as vias municipais existentes, com a construção de rotundas, tendo, sobretudo, também bastante influência a ligação à EN1 e à A1 na atratividade enquanto zona de concentração de empresas que estão previstas. -----

Desta forma, com a atratividade de empresas, uma das matérias que foi já colocada numa das reuniões de câmara, que era a necessidade de atrair pessoas para a freguesia da Castanheira, fica de algum modo resolvida, na medida em que há novas pessoas à procura de habitação na Castanheira do Ribatejo. Provavelmente, não sabe se ainda neste mandato ou não, virá também um loteamento que se tem vindo a tratar há muito tempo atrás, precisamente a Quinta dos Fidalgos que, para quem conhece, tem aquela construção antiga que vai ser recuperada junto à grande rotunda que dá acesso à plataforma logística. Há um conjunto de oportunidades que com este loteamento vai surgir, também nas questões de acessibilidade, que é importante ter em linha de conta, e que a própria avaliação de impacto ambiental também colocou, bem como a Declaração de Impacto Ambiental, e que está consagrado na informação que foi disponibilizada. -----

No que diz respeito ao momento da obra da requalificação do Porto da Areia, aproveitou-se, por um lado, no âmbito desta intervenção, para melhorar as



drenagens existentes, com limpezas de vala, e com a substituição de uma conduta feita pelos SMAS. Outra questão é a da passagem hidráulica, que se vai também aproveitar para resolver. -----

A obra não está concluída, e quanto às depressões de que o Sr. Vereador falou, ainda não é o tapete final, mas pensa que com o tapete final todas essas questões serão resolvidas. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, perguntando se estes terrenos são agrícolas mas já foram revistos no PDM, com viabilidade para multiusos, bem como quem são os proprietários. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que sim, e que os proprietários são a Martifer, tratando-se de um negócio para a colocação de serviços da Jerónimo Martins, de que já se tinha falado. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que pensava que era no outro lado da Castanheira. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: PROJETO DE LOTEAMENTO DENOMINADO POR CAIS DE VILA FRANCA DE XIRA/ LARGO MÁRIO MAGALHÃES INFANTE, NºS 1, 3 E 5/LARGO DA INDÚSTRIA – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 668/13, de 23/08, do DGUPRU/DGU, para aprovação do projeto de loteamento denominado por Cais de Vila Franca de Xira, sito no largo Mário Magalhães Infante, nºs 1, 3 e 5, e largo da Indústria, na freguesia de Vila Franca de Xira, sendo o promotor a Jardins do Arroz, Empreendimentos Imobiliários, Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 668/13, de 23/08, do DGUPRU/DGU, memória descritiva, planta de localização, planta síntese, planta de cedência, planta de faseamento, protocolo e deliberação de câmara de 2013/03/11, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que este ponto tinha sido enunciado em momento anterior, quando em reunião de câmara se “fechou” o processo em relação ao contrato para a biblioteca. Viu-se logo e assumiu-se que seria, uma vez que só ia construir-se o edifício da biblioteca, obrigatório passar por um projeto de loteamento. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da coligação Novo Rumo, quanto a este ponto, não tiveram oportunidade de se debruçarem sobre a totalidade do que lhes chegou. Assim, gostariam de solicitar à Srª Presidente que o retirasse.-----

Seja como for, têm uma dúvida essencial, que se manterá mesmo depois de

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

conseguirem ler tudo, acham que seria eventualmente útil e necessário um parecer jurídico sobre a conformidade do que vem com aquilo que foi ao Tribunal de Contas, a fim de não existir algum problema posteriormente. Seja o ponto discutido hoje, seja discutido mais tarde, esta questão manter-se-á sempre, e portanto gostariam de a colocar desde já. De resto, efetivamente não conseguem debruçar-se ao pormenor, para formar um sentido de voto sobre o ponto. -----

Interveio o Dr. Manuel Rodrigues, referindo que não vê que haja problemas com o Tribunal de Contas, que fiscaliza a legalidade da despesa. Não há nenhuma alteração, nem no montante da despesa, nem nas condições, circunstâncias ou parâmetros dessa despesa. Assim, apesar de que pode não estar a ver o suficiente, parece-lhe óbvio que não há implicação nenhuma com o visto do Tribunal de Contas. -----

Para isso teria de haver no Tribunal de Contas uma condição qualquer que vinculasse a uma determinada forma de controlo prévio, que dissesse "loteamento", "faseamento", ou coisa do género, coisa que também não há, pelo que pensa que claramente não. Depois se decidirá se deverá dizer isto por escrito e fundamentá-lo, mas pessoalmente pensa que não há. -----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo sabem isto que o Dr. Manuel Rodrigues acabou de referir, mas a questão que têm, em termos práticos, é que o Tribunal de Contas pronunciou-se, e após o visto sobre uma determinada situação, que não é a que vem hoje. Embora a despesa não varie, a situação não é a mesma, porque o contrato-promessa que lá foi não é igual. -----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que o contrato-promessa não tem nenhuma alteração, porque só se comprou aquela fração. -----

Tomou de novo a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que passa a não ser fração, passa a ser um lote. Por isso é que têm esta dúvida, pois ao fim ao cabo o objeto mudou. Um lote é diferente de uma fração, em termos até jurídicos, mas sabem que é a mesma coisa em termos práticos e físicos. -----

Esta é a questão essencial, uma vez que sabem que a despesa não foi alterada, pelo menos não lhes chegou informação sobre isso, mas efetivamente houve uma alteração. -----





A Srª Presidente interveio, mencionando que o Sr. Vice-Presidente lhe está a dar conta que na carta que acompanha o processo, que foi remetido e que tem data de 1 de março de 2013, tem a explicação, e na altura também se verificou, quando se assinou o acordo, que tinha a ver com a exigência bancária, na medida em que unicamente ia financiar a construção da biblioteca. Isso ficou tudo muito claro, e por essa razão o promotor teria de apresentar um pedido de loteamento, a passagem ao modelo do loteamento.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, recordando uma questão que entretanto na altura foi também discutida, que era a vantagem de, ao passar-se a denominação de fração para loteamento, resolvia-se um dos problemas que tinha sido aventado, que era a questão do pagamento do condomínio, que deixava de existir, tendo em conta que passaria a ser um edifício autónomo, que funcionaria autonomamente.-----

A ideia que havia era esta, que não altera, nem a natureza do imóvel, nem o objeto do contrato, nem o valor, nem o fim a que se destina.-----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que de qualquer maneira os membros da Coligação Novo Rumo ficaram com essa dúvida, mas a Srª Presidente disse que a carta que foi para o Tribunal de Contas a acompanhar o contrato esclarece isso.-----

Interrompeu a Srª Presidente, dizendo que o que disse foi que o Sr. Vice-Presidente lhe chamou à atenção para a carta que consta na deliberação.-----

A Srª Vereadora prosseguiu, referindo que não têm a carta, e solicitam que a Srª Presidente a possa fazer chegar entretanto, seja como for há uma série de parâmetros para os quais gostariam de ter uma melhor atenção.-----

A Srª Presidente interrompeu, dizendo que isso já veio a reunião de câmara, em março, quando foi do outro processo.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, questionando que, dado que este protocolo falava em datas precisas, quer com a adjudicação, quer com o término do contrato, se não é necessária uma adenda a este protocolo. Como fez a leitura do documento que chegou aos membros da CDU, ficou na dúvida.-----

Depois, há uma outra dúvida que subsiste. O protocolo está assinado, pelo que não é voltar atrás nem discutir coisas que já foram discutidas. Contudo, reporta-se



à cláusula sétima, dos seguros, dado que se tem a experiência de há muito pouco tempo se terem discutido seguros daquela passagem aérea que se pretende fazer, em que a Refer dizia que não estava interessada, e portanto a câmara municipal teria de fazer os pagamentos, sendo que a autarquia até tem um seguro, que só responsabilidade civil são 10 milhões de euros. A sua pergunta, neste caso, é se vão ser divididos irmanamente todos os seguros que obrigatoriamente vão ter que se fazer na construção da passagem superior rodoviária.-----

Respondeu a Srª Presidente, quanto ao protocolo, que tem a data até 31 de março de 2014. -----

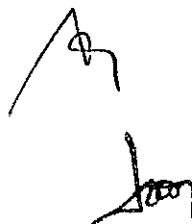
Quanto à outra questão, é diferente da passagem superior do Forte da Casa, que é a que o Sr. Vereador aludiu, porque neste caso há uma decisão da Refer, de suprimir a passagem de nível. A Refer intervém com 25%, em termos de pagamento na passagem rodoviária, e aí, proporcionalmente, serão também distribuídas as outras despesas, com certeza, mas isso há de se colocar na altura, e também se poderá discutir a questão do seguro, tendo em consideração que aquilo é um interesse da Refer. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Bernardino Lima, para dizer que a boa notícia, de facto, que já foi discutida há uns tempos atrás, é que ao fazer-se a separação por lotes autonomiza-se, e aquela primeira posição que se tinha defendido, felizmente, foi possível levar à prática.-----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, questionando-se quanto ao visto do Tribunal de Contas, tendo em conta a alteração de fração para lote. -----

Interveio o Dr. Manuel Rodrigues, mencionando que se fez um contrato-promessa que tinha como objeto uma fração autónoma, e agora vai-se comprar um lote, ou a construção implantada num lote. Assim, em concreto não há dúvida nenhuma que é uma realidade juridicamente diferente. Mesmo que fisicamente seja a mesma coisa, para os juristas é uma realidade radicalmente diferente. -----

Em qualquer dos casos é sua perfeita convicção, e se se decidir no sentido de se pronunciar por escrito, é o que dirá, que não é uma alteração que afete aquilo que foi objeto do visto do Tribunal de Contas. Não é uma alteração sujeita a visto do Tribunal de Contas, porque não tem qualquer relevo na realização da despesa, quer seja da quantia, condições ou parâmetros. -----



Obviamente que esta foi uma questão muito bem levantada, dadas as graves implicações que aconteceriam se o entendimento fosse outro. -----

A Srª Presidente interveio, propondo que se vote hoje, uma vez que o Dr. Manuel Rodrigues deu o parecer verbal, e vai confirmá-lo por escrito. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, questionando sobre a previsão do início da construção da passagem superior, e dizendo que coloca a questão, uma vez que se vai ter um afluxo de pessoas à biblioteca. Vai haver muito mais carros a passar, bem como camiões, com necessidade de levar coisas para a biblioteca. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo não saber, porque não há dinheiro, e é da mesma maneira que só se constrói a biblioteca. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que a câmara municipal é soberana, obviamente, mas a decisão que hoje se propõe deveria ser tomada hoje, tanto mais que as dúvidas que foram colocadas, até mesmo de carácter jurídico, já foram, do seu ponto de vista, respondidas. Há um compromisso efetivo de todos, na reunião havida aquando da alteração do contrato-promessa de compra e venda da fração, onde está anexa uma carta, em que é referido o compromisso da câmara municipal, de que o licenciamento aprovado anteriormente tinha de passar a projeto de loteamento. -----

Em termos de facto a única coisa que altera é o faseamento da obra, e o que antigamente eram frações passam a lotes. De resto, os parâmetros urbanísticos são exatamente os mesmos, tudo é igual, e só se está a cumprir um requisito que se aprovou, e que era exigido no contrato-promessa de compra e venda, com o qual se esteve de acordo. -----

Para além disso, pelos vistos, uma das questões, que é aquela que mais preocupa uma bancada e outra, que é a do visto do Tribunal de Contas, não se coloca. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando, ainda que com a passagem pedonal a funcionar, com o elevador e essas coisas todas, e a passagem de nível também a funcionar, que certamente com a abertura da biblioteca, que terá uma cafetaria a funcionar, e em que será necessário passar para lá muito mais trânsito do que hoje, é complicado que tudo se possa fazer utilizando a passagem de nível, que não tem qualquer segurança. -----

Respondeu a Srª Presidente que o desemprego aumenta em Portugal porque fecha



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 141

Reunião de 2013/08/28

Procº 4/13 LOTEPDM

Deliberação nº _____

um conjunto de empresas. A Srª Vereadora não participou nas negociações com a banca, mas saberá aquilo que são as dificuldades enormes de empresas que ontem eram muito sólidas, e que hoje estão à beira da insolvência, o que certamente compreenderá. Por isso, se tiver alguma sugestão para obrigar quem não pode a fazer, agradece que lha dê, porque a própria não consegue, e a questão é mesmo esta, não é possível. -----

Respondeu a Srª Vereadora que compreende, e também sabe das dificuldades financeiras. Não é possível, mas também se questiona quanto ao facto de se estar a aprovar um projeto de loteamento e todas estas coisas, e depois não se terem as condições necessárias para que as pessoas se desloquem de forma segura. -----

Interveio a Srª Presidente, para dizer que este projeto de loteamento até nasce em salvaguarda da câmara municipal, em relação à aquisição daquele lote. Não é só pelo condomínio, mas também pela autonomização do lote, para que, quando aquilo terminar, é preciso fechar a conta com a unidade de gestão. Se tivesse sido tudo a mesma coisa, depois passava a propriedade horizontal e tudo mais, mas assim não, porque continuava expectante o resto, daquilo que era uma única intervenção, um prédio. Para isso é preciso que seja um loteamento, para efetivamente a câmara municipal adquirir um lote, e desta forma, ao chegar ali, terminar o vínculo com aquela entidade. -----

O Dr. Fernando Barreiros interveio, esclarecendo que na altura em que se alteraram os prazos do contrato da execução da obra foi enviada ao Tribunal de Contas a deliberação de que a Srª Presidente falava, que explicava tudo em relação à aquisição que a câmara municipal ia fazer, que deixava de ser no regime de propriedade horizontal, e passaria a ser no regime de propriedade plena, que até é mais vantajoso para a autarquia. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo, desde sempre, e também foi uma questão pela qual se bateram, que entendem que deve ser um loteamento. Não é isso que está em questão, a questão é que gostariam de ter tido tempo de analisar todos estes parâmetros e pormenores, e não conseguiram ter esse tempo, e é só isso. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que então têm que se marcar as reuniões de câmara com 15 dias de intervalo em relação à remessa dos

documentos.-----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, chamando a atenção que são 84 pontos.-----

Prosseguiu a Srª Presidente, referindo que também se sabe porquê, é excecional, e se calhar 10 pontos são pareceres prévios vinculativos, e outros são autos de vistoria.-----

A uma interpelação da Srª Vereadora, respondeu que se vai na discussão do ponto 24, mas há 10 pontos para falar, não há 60 pontos para falar.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que os membros da CDU continuam a entender que, independentemente de ser propriedade horizontal ou não, e esse problema está resolvido, estando mais do que visto como é que a situação se faz, entendem que não estão reunidas as condições necessárias, em termos de infraestruturas, e consideram que era fundamental que a passagem superior rodoviária seja construída.-----

Assim, votam contra.-----

A Srª Presidente interveio, referindo que isso está fora de questão, mas o voto da CDU já era contra, não mudou nada por isso, já que os membros da CDU votaram sempre contra a biblioteca.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que a Srª Presidente está a partir de um juízo de opinião que não corresponde minimamente ao sentimento dos membros da CDU. Não pode inferir essa situação, muito menos tirar essa conclusão, e a questão de fundo é que não estão criadas as condições.-----

O loteamento cumpre as condições de edificabilidade, não lhes suscita reservas, pois cumpre o PDM, e mais, a câmara municipal que, à época, quando celebrou este contrato, não dispunha desses pareceres, hoje já dispõe de pareceres que concordam com a operação de loteamento. Assim, não é só a câmara municipal a dizer que cumpre o plano diretor, há outros instrumentos que estão observados, portanto reuniria à partida todas as condições, salvo uma, que para a CDU é muito importante, a infraestrutura e o protocolo de desenvolvimento que assumiria financeiramente a infraestrutura rodoviária, que é uma passagem superior desnivelada, que tem de acontecer, e que já deveria estar a ser construída.-----

Uma premissa para o desenvolvimento desta operação por 9 fases é exatamente a

A



progressividade da construção do loteamento. Logo, tem-se a biblioteca, e se se vai ter já bloco habitacional, precisa-se dessa infraestrutura. -----

Este é o ponto de vista que têm, como disse a sua camarada, e o voto contra dos membros da CDU é porque continuam a não estar reunidas as condições para aceitação de um empreendimento que, no entender que têm, não satisfaz, particularmente quem vai viver nele, ou quem vai usufruir deste equipamento coletivo. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que se está a falar doutra realidade, ao que o Sr. Vereador respondeu que não, que é esta a realidade da CDU. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, dizendo que se está a falar doutra realidade, os Srs. Vereadores estão a falar de uma coisa que não vai acontecer, num horizonte temporal indefinido, completamente indefinido. -----

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando então por que é que foi estabelecido aquele protocolo com a Refer, a Obriverca e a câmara municipal, e se se assinou o protocolo sabendo de antemão que não iria acontecer. -----

Respondeu a Srª Presidente que não foi sabendo de antemão, mas demora-se às vezes tanto tempo que se condenam completamente as intervenções. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, mencionando que se deve tentar discutir sobre esta matéria. Estabeleceu-se um protocolo, em que está subjacente uma operação de loteamento para construir infraestruturas rodoviárias, e hoje diz-se que já não há protocolo? É o que está a aferir, e pensa que não se pode dizer isso. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que é o Sr. Vereador que diz, e aquilo que a própria diz é para o Sr. Vereador não aferir coisas. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que então deve concretizar-se o protocolo. Por que é que não é concretizado? Então vai-se construir habitação, que vai passar sobre uma passagem de nível? -----

Perguntou a Srª Presidente quando, e se o Sr. Vereador vai passar alguma licença de utilização para a construção de habitação. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando, se se está a aprovar uma operação de loteamento, se não tem de haver prazos. A Srª Presidente está agora a querer ensinar a CDU como é que isto se faz? Pensa que





não é preciso. -----

Respondeu a Srª Presidente que é preciso, do que o Sr. Vereador não deve ter dúvidas. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não precisa, e que vai terminar a sua intervenção, porque assim não dá. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, questionando se não se vai fazer um prédio ao lado da biblioteca. -----

A Srª Presidente respondeu que a banca neste momento só financia a biblioteca, rigorosamente mais nada. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando ainda se o banco dá garantia para a construção do viaduto, uma vez que se se aprovar este loteamento, automaticamente vai ser obrigatória a construção do viaduto. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que será com a construção do loteamento. O Sr. Vereador, hoje, ao aprovar o loteamento, não está a passar nenhuma licença para construção, e é aí que condiciona. Assim, no momento em que isso se colocar, o Sr. Vereador condiciona isso, sendo que aliás a câmara municipal, perante as perguntas colocadas pela Refer, já sugeriu à Refer que avançasse com a construção do viaduto, porque há uma coisa que cabe a esta empresa, o que é preciso não esquecer. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando por que é que na planta de síntese não está lá a passagem superior. Nesta primeira fase não aparece, e por que é que não está? -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que se pode estar a falar sobre esta matéria a noite inteira, se se quiser, e às vezes não se quer compreender, porque dá jeito, mas a questão é que o viaduto só é necessário quando houver habitação, claramente. Tal como está neste momento o mercado, nem daqui a 10 anos, ou não sabe quantos anos é que haverá ali construção. Oxalá se engane, o que era ótimo para o país, e era sinal que a economia estava a avançar, e que o grande pilar da economia, que é a construção civil, estava outra vez a avançar. -----

Há sinais muito ténues, é certo, mas há alguns sinais, só que vai demorar muitos anos até a habitação que está prevista neste loteamento ser construída naquele local. Aí sim, é necessária a construção do viaduto, mas neste momento, para a




construção da biblioteca, que não é só biblioteca, é um edifício com outras características para além de biblioteca, estão garantidas todas as acessibilidades, não só rodoviárias, como pedonais. Assim, estar a condicionar a aprovação deste loteamento por causa do viaduto, do seu ponto de vista não é correto, por questões de carácter económico, que agora são impossíveis de resolver.-----

Uma das questões falada nas muitas reuniões com a entidade bancária foi a de que, enquanto nos anos que se vão seguir não se construir ali habitação, haja autorização de usufruto da zona que fica livre para todas as pessoas que vão por ali circular. Presume, em mais de uma década, que gostaria que fossem muitas, que não haja ali habitação, e, não havendo habitação, não há necessidade de construção do viaduto de acesso rodoviário. -----

Só será necessário se a Refer avançar com o seu plano nacional de encerramento de passagens de nível, que eram para fechar ao longo de todo o país milhares delas, muito perto de 3 000. Pensa que já fecharam bastantes, mas ainda faltam muitas mais, e não fecham mais porque a Refer não tem condições financeiras para o efeito. -----

Quem é responsável para fazer aquele viaduto é a Refer, só que apanhou a “boleia” na sequência desta operação urbanística. Ficou claro, e não é uma convicção sua, foi das reuniões em que participou com a entidade bancária, que só avançaria a biblioteca, e era porque a câmara municipal estava envolvida no assunto, porque a questão habitacional, por aquilo que se apercebeu, só daqui a muitos anos, se é que alguma vez vai acontecer. Portanto, a questão de estar a exigir neste momento, para a aprovação do loteamento, a construção do viaduto, não se coloca. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que pensa que é perfeitamente lógico que o encerramento da passagem de nível só será efetivo a partir do momento em que haja construção. O acesso ao cais manter-se-á, e no momento em que for para construir qualquer edifício de habitação, aí é outra questão. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva tomou a palavra, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo compreendem, que até por uma questão de defesa da câmara municipal, e dos dinheiros que já começam a estar envolvidos na construção da biblioteca, por uma questão de legalização, é melhor ser um lote



individualizado, mas não compreendem é a pressa, e de não se poder esperar 15 dias para terem tempo de analisar mais em pormenor o estudo do loteamento. Não estão a dizer que não aprovam, só pedem é mais uns dias para analisarem, sendo que a documentação só lhes chegou há dias.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, esclarecendo que consta na informação técnica a situação relativa, quer à Refer, quer ao protocolo sobre a passagem superior, e está escrito, sendo que, para além de estar anexo, está a referência em que contexto aparece.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que o problema maior da Coligação Novo Rumo era a questão do Tribunal de Contas, e vai ser feita a informação.-----

A Srª Presidente interveio, mencionando que o ponto será retirado, virá à próxima reunião, mas também tem de haver entendimento. Hoje não está presente o Arqtº Nuno Santos, mas chama a atenção para o facto de estes pontos terem de ser remetidos aos Srs. Vereadores mais cedo, porque senão o executivo vai ser confrontado de todas as vezes com a necessidade de adiar os pontos.-----

Os últimos documentos entraram na sexta-feira, porque a documentação não estava correta, foi preciso substituir, por parte do interessado, e foi isso que aconteceu.-----

Em conclusão, e solicitando a atenção do Dr. Fernando Barreiros, disse que se vai alterar o agendamento até final deste mandato, apesar de serem poucas reuniões. Estes pontos jogam-se com os outros todos, pelo que quando se alteram uns, alteram-se os outros, e por isso o agendamento é até à terça-feira, a remessa dos documentos à quinta-feira, e os Srs. Vereadores ganham mais um dia para poderem analisar. Só faz diferença a primeira semana, o resto não faz, mas depois, se se encontrar outro modelo melhor, que se aplique.-----

De qualquer forma, o ponto é retirado, vindo à próxima reunião, com o parecer do Dr. Manuel Rodrigues, solicitando, nesse sentido, que se possível até sexta-feira o Dr. Manuel Rodrigues possa enviar o parecer, para na segunda-feira se estar a distribuir.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia.-----




1. Assunto: LOTEAMENTO DENOMINADO POR MALVA ROSA - VERDELHA (EX-MAGUE) – ALVERCA DO RIBATEJO – REDUÇÃO DE CAUÇÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 402/13, de 21/08, do DGUPRU/DF, para aprovação da redução, em 1 439 274,70€, da garantia bancária nº 976-02-0312671, emitida pelo BCP, para o valor de 2 407 555,81€, referente às obras de urbanização (exceto infraestruturas elétricas) do loteamento da Malva Rosa, na Verdelha (Ex-Mague), freguesia de Alverca do Ribatejo, sendo o promotor a Obriverca – Construções e Projectos, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 402/13, de 21/08, do DGUPRU/DF, quadro proposta, planta das áreas a vistoriar e a rececionar parcialmente, anexo 1/quadro apresentado, anexo 2/estimativa orçamental (via 1 + via 2), req. nº 53932/13, anexo 3/estimativa para os arruamentos e CI nº 306/13, de 12/08, do DASDES/DASEP, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a última vez que os membros da CDU se confrontaram com o quadro evolutivo, o mesmo não estava atualizado, e recordam o trabalho feito pelo departamento urbanístico, de levantamento da infraestrutura e de uma metodologia para a receção provisória das infraestruturas. Portanto, de facto houve uma evolução, o ponto de partida já não é rigorosamente o mesmo, mas ficaram conhecedores de que as zonas 1A, 2A e 3A já estão recebidas provisoriamente pela câmara municipal. Já foram feitos os respetivos autos de receção e aprovados correspondentemente em diferentes momentos em reunião de câmara.-----





Desta forma, perguntam a quem é que compete hoje a varrição e manutenção das zonas verdes, porque, muito sinceramente, a diferença que existe entre a área que está recebida e a restante área que não está recebida, não é quase nenhuma, e é só por uma questão de altura do mato. As caldeiras estão num estado absolutamente lastimoso, o lixo acumula-se em todo o interior destas zonas de domínio público, e por isso não sabem a quem é que está dada a competência, se é à câmara municipal, através de uma contratação de serviços por uma empresa privada, ou se já delegou na junta de freguesia. -----

A Srª Presidente deverá notar esta preocupação da CDU, ou seja, a diferença entre as zonas 1A, 2A e 3A, que estão recebidas pela autarquia, é quase nenhuma em relação às que não estão, do ponto de vista da conservação das zonas verdes, da varrição e higienização das respetivas ruas e áreas mais do domínio público. -----

Depois, as zonas 5A, que são duas, estão nos topos da urbanização, e estão em franco mau estado de conservação, tornando-se particularmente perigoso manter lotes não construídos sem qualquer tipo de proteção. Um deles é junto ao conhecido restaurante "O Morgado", ou seja, está lá um lote que não está construído, e que é hoje um charco de água com uma grande profundidade, que é um verdadeiro local de insalubridade para todos aqueles que residem na envolvente, além do perigo constante, porque não tem a devida e correta vedação. -----

Depois, nota-se um pouco por toda a urbanização, e é um problema de planeamento, da câmara municipal e do promotor, mas agora é fundamentalmente da autarquia, que não há capacidade de recolha de resíduos sólidos, nem diferenciados, nem indiferenciados, e tem que se reforçar imediatamente o dispositivo instalado, porque, como se não bastasse neste momento existir uma urbanização quase toda habitada, entre o que está construído, naturalmente, tem-se uma dificuldade, fundamentalmente na capacidade de recolha e acumulação desse mesmo lixo. -----

Por fim, referiu que na reunião de câmara de 6 de março deliberou-se dar um prazo limite de 6 meses para o promotor, lendo-se na ata, quanto ao acionamento das garantias bancárias: "Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que poderia ficar: "... esta ponderação será feita no prazo de 1 ano", e teria de ficar no fim ou




então fazer-se outro parágrafo”. Lê-se ainda na ata que a Srª Presidente, clarificando a proposta, sugeriu para a redação do ponto: “após o decorrer de 1 ano e esgotadas as possibilidades do urbanizador...”, e era essa a proposta da CDU, que o prazo fosse de 6 meses, o que é mais sensato face ao quadro. -----

Desta forma, está-se neste momento em cima desses 6 meses, e a câmara municipal propõe-se manter caucionado cerca de 1 milhão de euros para as questões de varrição e zonas verdes, e a pergunta que fazem é: está-se bem consciente do que se tem por resolver e do que há para resolver, bem como dos meios legais que ainda se têm ao dispor para resolver definitivamente esta situação? É uma pergunta para a qual gostariam de ouvir a resposta da câmara municipal. -----

Quanto à segunda, naturalmente que estão de acordo com a receção das infraestruturas que estão concluídas e sobre as quais não há indícios de incumprimento ou de má execução de obra, e quanto mais cedo vierem para o domínio da câmara, melhor, mas há áreas, por um lado, que se já são da câmara municipal, estão muito mal conservadas, bem como há áreas que não estão, e continuam a não estar conservadas, e a autarquia definiu o limite de 6 meses para acionar as garantias bancárias. Portanto, vendo o tempo que decorreu, está-se em cima dos 6 meses. Não diz que é já hoje que se tem de tomar essa decisão, mas seguramente nas próximas semanas ter-se-á de tomar uma decisão em definitivo sobre esta matéria. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo, conforme disse o Sr. Vereador Nuno Libório, que as partes relativas às zonas verdes que a câmara municipal tem recebido são as que estão em melhores condições. Aliás, tem sido essa a perspetiva e preocupação, que têm garantido e feito essa diferença entre as zonas rececionadas e não rececionadas. -----

O que vem hoje à reunião é mais uma parte para que a câmara municipal possa intervir diretamente, uma vez que assim tem outro tipo de capacidade de intervenção na qualidade das zonas verdes. Sem pôr em causa uma ou outra situação em concreto que possa ser verificada, e dará informações aos serviços para, mais uma vez, irem ao local, a verdade é que as zonas rececionadas pela câmara municipal estão em muito melhor estado do que as que não estão, e essa

A

João

é a solução que se tem vindo a encontrar, não só para a zona da Malva Rosa, mas no fundo para todo o concelho onde se tem vindo a intervir, sendo esse o caminho fundamental que a câmara municipal tem sobre esta matéria.-----

Mandar os técnicos amanhã mesmo verificar, e depois o Sr. Vereador Nuno Libório há de com certeza fazer-lhe chegar os pontos mais concretos para que os técnicos possam ir verificar em primeiro lugar, uma vez que a informação que o próprio tem dos técnicos, e de quando lá vai, é que as zonas da autarquia não estão mal tratadas. Como pode haver um ou outro sítio por onde o Sr. Vereador tenha passado, dar-lhe-á conta, de certeza, de qual é, para depois os técnicos poderem verificar no terreno.-----

O Sr. Vereador Vale Antunes interveio, dizendo, no que diz respeito àquela urbanização, e é constatável, que houve uma preocupação, por imposição da câmara municipal, e crê que se não for a única, à época foi a pioneira, em que o acondicionamento para os resíduos sólidos fosse de ilhas ecológicas, e pelo menos a grande maioria é já de ilhas ecológicas.-----

Em termos daquilo que é a recolha em si, tirando alguns períodos pontuais de avarias simultâneas de viaturas, nomeadamente nos reciclados, tem-se mantido ali uma recolha normal, no período do verão com algumas dificuldades, pelo período de férias que entretanto está a acontecer, tendo sido reforçado, por proposta dos serviços, e autorizado pela Srª Presidente, que se retomassem ao domingo três equipas de trabalho, visando minimizar em todo o concelho, não só naquele espaço, o impacto da recolha, e tem-se conseguido de alguma maneira, retirando as questões pontuais, uma recolha em parâmetros bastante aceitáveis. --

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que efetivamente, quando se avança com as receções provisórias de obras de urbanização é precisamente para tomar conta delas e cuidar bem delas, e é o que julga que se está a fazer. Não passa lá todos os dias, não tem muito tempo para o efeito, mas parece-lhe que nas zonas rececionadas as questões, à vista desarmada, sem um olhar mais atento, estão bastante razoáveis. Contudo, não invalida que não haja situações que tenham efetivamente de ser melhoradas. -----

O que vem hoje a reunião é a possibilidade limite para o promotor fazer o que lhe cabe, pelo menos na zona 4A, porque também há zonas que ainda estão

expectantes. Há situações, dentro daquela urbanização, com prioridades diversas, tendo o Sr. Vereador referido dois casos em que efetivamente reconhece a necessidade de se resolver, que é uma vedação conveniente do lote referido e também as questões de insalubridade que um dos lotes tem. Há outras, como as dinâmicas de construção, que também são complicadas, porque as pessoas já lá vivem e confrontam-se com os estaleiros ao pé da porta, ou seja, há ali determinado tipo de situações que urge resolver. -----

Pensa que com esta decisão, e ficando ainda a câmara municipal com a garantia de 2,1 milhões de euros, e mais 298 000,00€ relativamente à rede elétrica, estão garantidos os valores necessários para a autarquia acionar estes valores para então ser ela a resolver. Está na expectativa de que o promotor faça aquilo que tem de fazer, mas caso não faça vai ter que se avançar. -----

O Sr. Vereador dirá "por que é que não o fez já? Por que é que a câmara municipal já não decidiu?", tendo o próprio já explicado várias vezes o porquê, ou seja, no limite o promotor tem que fazer aquilo que lhe compete fazer. Esse limite, com esta decisão, aproxima-se, e portanto, se as coisas não avançarem para a 4A a breve trecho, naturalmente que a câmara municipal terá de agir, de acordo com as recomendações que já foram feitas várias vezes, nomeadamente pelo Sr. Vereador Nuno Libório. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo que lhe confirmem se a varrição e conservação das zonas verdes é assegurada diretamente pela câmara municipal, através da contratação de serviços, ou se é uma tarefa delegada na junta de freguesia respetiva. -----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo, no que diz respeito às zonas já rececionadas, que é assegurada pela câmara municipal, através de contratação de serviços. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que não colocaria a questão, se os vereadores da CDU não a tivessem visualizado, e com certeza que ninguém acreditaria que estariam a colocar uma coisa que não existe, porque amanhã seriam imediatamente desmentidos. Era a isso que se estavam a sujeitar, ou seja, amanhã a Srª Presidente teria toda a autoridade para dizer "então ontem disseram que havia isto, e afinal não há nada disto", pelo que não se iriam colocar numa



situação dessas.-----

Desta forma, constataram aquilo que transmitiram, e tem pena, sinceramente, de não ter a prova fotográfica, porque até tiraram bastantes fotografias sobre essas questões. Não só é preciso reforçar os meios de limpeza e higienização, como tratar e conservar as zonas verdes. Há pior, pois se a câmara municipal está a pagar um serviço que está a ser mal executado, então tem que fiscalizar, tem que ter ainda esse trabalho.-----

Relativamente à questão que o Sr. Vice-Presidente falou, registam-na, e foi isso que fizeram, ou seja, esperaram, mas está-se no limite dos 6 meses, e ficam cerca de 980 000,00€ para infraestruturas de zonas verdes e domínio público, pelo que a curto prazo a câmara municipal terá que tomar uma decisão, se o promotor não assumir uma responsabilidade que já devia ter assumido há bastante tempo, e naturalmente que essa terá de ser uma decisão tomada pela câmara municipal.----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, agradecendo desde já as tais imagens, que certamente lhe serão facultadas, no sentido de ir ver ao detalhe uma situação que não esteja resolvida, mas, sem embargo, dá conta que, para além de se ter, e no caso até é uma técnica superior que faz o acompanhamento específico daquela zona, à qual se tem dado especial atenção, acabou de receber a informação de que na semana passada a própria chefe de divisão esteve no local. -----

Assim, sem embargo de algum sítio, atrás de um prédio, ou qualquer um onde os Srs. Vereadores tenham andado, e tenham tirado algumas fotografias de uma situação que nesse dia não estivesse em condições, as informações que tem das pessoas responsáveis pela fiscalização dessa matéria, é que a situação está longe de ser generalizadamente em mau estado, como se está a tentar fazer passar. Reafirma, para além desse facto, que o que se tem tido é exatamente um sentimento contrário por parte dos moradores da Malva Rosa, que efetivamente reconhecem que as zonas que a câmara municipal finalmente conseguiu começar a tratar se encontram em melhor situação, sendo que ainda recentemente uma das questões que era levantada era a de que os moradores que estão noutra zona quase se sentem moradores diferentes daqueles, o que não faz sentido.-----
Também entende que não faz sentido, e por isso é que se tem vindo,

tecnicamente acompanhando, e com os cuidados que são necessários, a fazer estas receções parcelares, uma vez que também não se podem assumir zonas verdes que não tenham as mínimas condições infraestruturais, pois isso também não seria aceitável. -----

O caminho que foi escolhido há uns meses, que se apresentou à câmara municipal, e que se tem vindo a trazer, juntamente com os serviços de urbanismo, e os técnicos têm trabalhado em conjunto, é esse, e é o bom caminho, sem embargo de se poder e dever fazer um acompanhamento, sobretudo a estas questões levantadas pelo Sr. Vereador Nuno Libório. O caminho é certo, e o que deseja é que se vá sempre trabalhando no sentido de melhorar a prestação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR QUINTA DAS AREIAS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 4/97, DE 25/09 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 110/13, de 23/08, do DGUPRU/DGU, para aprovação, decorrido o período de discussão pública, da alteração ao loteamento denominado por Quinta das Areias, titulado pelo alvará de loteamento nº 4/97, de 25/09, na freguesia da Castanheira do Ribatejo, sendo o promotor a Lactaçoeres - União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, UCRL. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 110/13, de 23/08, do DGUPRU/DGU, planta de localização e planta síntese do loteamento, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, dizendo que sobre este ponto já se tinha dado informação, tratando-se de uma intervenção da Lactaçoeres, na expansão da sua área de negócio, e que se constituiu com um investimento em mais de 6 milhões de euros.-----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que no terceiro parágrafo da informação dos serviços, onde diz “Quinta da Seta”, deveria dizer “Quinta das Areias”, e pede desculpa pelo erro.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS DA EMPREITADA DE PAVIMENTAÇÃO DE PARTE DA RUA D NA AUGI – FONTE SANTA – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 77/13, de 30/07, do DGUPRU/GAT, para aprovação da receção definitiva da empreitada de pavimentação de parte da rua D, na AUGI Fonte Santa, na freguesia de Vialonga, cujo promotor é Florindo Rodrigues Júnior & Filhos Lda, bem como da libertação das garantias bancárias nºs 125-02-0853907 e 125-02-0996237, emitidas pelo MILLENNIUM BCP, ambas no valor de 7 555,78€. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 77/13, de 30/07, do DGUPRU/GAT, auto de receção definitiva, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signatures]

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 156

Reunião de 2013/08/28

Procº FU/81-006 LOTE

Deliberação nº 900

1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS E LIBERTAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA GRINJA – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 41/13, de 14/08, do DGUPRU/Direção, para aprovação da receção provisória das obras de infraestruturas elétricas do loteamento da Quinta da Grinja, na freguesia de Vila Franca de Xira, cujo promotor é Obrisantos – Sociedade de Construções, Lda, bem como libertação da garantia bancária nº 08732226880019, emitida pela CGD – Caixa Geral de Depósitos, no valor de 10 792,99€. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação/despacho nº 41/13, de 14/08, do DGUPRU/Direção, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA DO LOTEAMENTO DO OLIVAL DE SANTO ANTÓNIO – SOBRALINHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 396/13, de 19/08, do DGUPRU/DF, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização do loteamento do Olival de Santo António, na freguesia do Sobralinho, cujo promotor é Grupo Investimentos Industriais Henrique Pedro & Filhos, Lda, bem como libertação da garantia bancária nº 00870001229880019, emitida pela CGD – Caixa Geral de Depósitos, no valor de 6 030,47€. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 396/13, de 19/08, do DGUPRU/DF, auto de receção definitiva e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DE CAUÇÃO DO LOTEAMENTO DO CASAL DE Á-DE-FREIRE – COTOVIOS – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 88/13, de 22/08, do DGUPRU/DQU, para aprovação da receção provisória das obras de urbanização do loteamento do Casal de Á-de-Freire, na freguesia de São João dos Montes, cujo promotor é Manuel José Soares Calçada, redução da caução, no valor de 60 625,32€, mantendo a hipoteca sobre o lote nº 2, no valor de 8 500,00€, até à receção definitiva das referidas obras, bem como o cancelamento da garantia bancária nº 19518, de 2003/06/05, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, no valor de 5 820,32€, e cancelamento da hipoteca sobre o lote 3. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 88/13, de 22/08, do DGUPRU/DQU, auto de receção provisória e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----




1. Assunto: RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PIEDADE – 2ª FASE – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

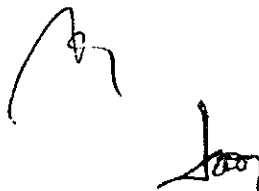
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 401//13, de 21/08, do DPGQU/DF, para aprovação da receção provisória das obras de urbanização do loteamento da Quinta da Piedade, 2ª fase, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, cujo promotor é a Sociatos – Construções Cívicas, Lda, bem como redução da garantia prestada através de hipoteca sobre o lote 26 F, para o valor de 63 948,05€.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 401/13, de 21/08, do DPGQU/DF, comunicação interna nº 258/13, de 20/08, do DASDEDS/DASEP, auto de receção provisória, planta de localização e enquadramento e planta síntese, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a Coligação Novo Rumo tem unicamente uma questão, a de saber para quando a construção das torres habitacionais, porque numa delas há uma loja que virá à posse ou propriedade da câmara municipal.-----
O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que aquilo que disse sobre o processo dos Jardins do Arroz também se coloca para esta situação, sendo que aquilo que o promotor queria fazer, que era entregar à câmara municipal parcialmente as infraestruturas da urbanização, não foi aceite. -----
Hoje, ao se ir ao local, como certamente a Srª Vereadora já foi, verifica-se uma zona bem cuidada, muito agradável, e não vai entrar noutras considerações à volta desta alteração de loteamento. A única coisa que interessa



fundamentalmente é verificar o que se tinha, e aquilo que se tem hoje, que é efetivamente um local cuidado, com obras de urbanização bem-feitas, que vieram beneficiar bastante todos aqueles que moram na zona.-----

À questão que a Srª Vereadora coloca naturalmente não sabe responder, tendo em vista que quem define as dinâmicas de construção é quem constrói, é o promotor, é o mercado, de qualquer forma, julga que se fica bastante beneficiado com esta intervenção.-----

O que hoje se traz à reunião, com o fim das obras, que foram feitas com um ritmo bastante satisfatório, é que se receba e aprove a receção destas obras de urbanização, passando a câmara municipal a cuidar das mesmas.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo se abstêm neste ponto. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – RUA OCTÁVIO PATO, Nº 3 (EX. QUINTA DA FLAMENGA, LOTE 56) - VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 391/13, de 13/08, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na rua Octávio Pato, nº 3 (Ex. Quinta da Flamengo, lote 56), na freguesia de Vialonga, solicitada pela administração do condomínio.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 391/13, de 13/08 do DGUPRU/DF e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – ESTRADA DE ARRUDA, Nº 1- 1º ANDAR - ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 366/13, de 19/08, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na Estrada de Arruda, nº 1, 1º andar, na freguesia de Alverca do Ribatejo, solicitado por Leonel de Matos Correia de Almeida.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 366/13, de 19/08, do DGUPRU/DF e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – RUA PROFESSOR VÍTOR MANUEL MORAIS, Nº 16
(QUINTA DA PIEDADE, EX-LOTE 94-C) – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 382/13, de
19/08, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito
na rua Professor Vítor Manuel Morais, nº 16 (Quinta da Piedade, Ex-lote 94-C), na
freguesia da Póvoa de Santa Iria, solicitada por Cozicarlos, Cozinhas e
Equipamentos, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 382/13, de 19/08, do
DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente
reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vice-Presidente. -----

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – RUA PADRE ANTÓNIO BIANCHI, Nº 39, URB. QUINTA DE S. JOÃO (EX-LOTE 5) – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 260/13, de 19/08, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na rua Padre António Bianchi, nº 39, Urb. Quinta de S. João (Ex-Lote 5), na freguesia da Castanheira do Ribatejo, solicitada pela administração do condomínio. -----

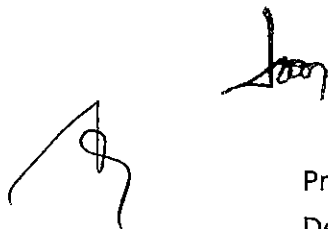
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 260/13, de 19/08, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – LARGO D. JÚLIA PALHA, Nº 9, 2º ESQº – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 399/13, de 20/08, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito no Largo D. Júlia Palha, nº 9, na freguesia da Castanheira do Ribatejo, solicitada por Paulo José Alves do Nascimento. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 399/13, de 20/08, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – PRACETA JORNAL VIDA RIBATEJANA, Nº 4 – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 383/13, de 20/08, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na Praceta Jornal Vida Ribatejana, nº 4, na freguesia da Vila Franca de Xira, solicitada pela administração do condomínio. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 383/13, de 20/08, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – RUA JOSÉ AFONSO Nº 6 – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 398/13, de 21/08, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na rua José Afonso, nº 6, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, solicitada pela administração do condomínio. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 398/13, de 21/08, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----





1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – AV. ISIDORO ASSUNÇÃO ANTUNES COSTA, Nº 2 –
PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 416/13, de 20/08, do
DGUPRU/SFT/FT, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na avª
Isidro Assunção Antunes Costa, nº2, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, solicitada
por MotyWork- Comércio e Reparação de Veículos Unipessoal, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 416/13, de 20/08, do
DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente
reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vice-Presidente. -----

Fl. Livro - _____

Fl. Atã 169

Reunião de 2013/08/28

Procº 4585/91 ONEREDPDM

Deliberação nº 912

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – RUA DA JUVENTUDE, Nº 1 (ANTIGO LOTE 38 DA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DAS DROGAS) – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 375/13, de 21/08, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na rua da Juventude, nº 1 (antigo lote 38 da Urbanização da Quinta da Drogas), na freguesia da Alverca do Ribatejo, solicitada pela administração do condomínio. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 375/13, de 21/08, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 170

Reunião de 2013/08/28

Procº 3465/88 ONERED

Deliberação nº 913

1. Assunto: ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL, PROFERIDO NO ÂMBITO DE RECURSO INTERPOSTO PELO CONDOMÍNIO DA RUA QUINTA DE SANTO AMARO, BLOCO B, LOTE 1 E OUTROS – MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 43/13, de 20/08, do DGUPRU/Direção, para conhecimento do acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, relativamente ao recurso interposto pelo condomínio da rua Quinta de Santo Amaro, bloco B, lote 1 e outros, Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, no âmbito do processo camarário nº 3465/88 ONERED.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 43/13, de 20/08, do DPGQU/Direção, e acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 172

Reunião de 2013/08/28

Procº 30/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 914

1. Assunto: AMPLIAÇÃO DO TALHÃO R DO CEMITÉRIO DE VILA FRANCA DE XIRA - DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 436/13, de 12/08, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor pago pela Arlindo Correia & Filhos, SA, pelas peças do procedimento, no valor de 282,51€, com IVA incluído, da empreitada de ampliação do talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 436/13, de 12/08, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 409/13, de 06/08, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor pago pela Obragoito, Construções e Obras Públicas, Lda, pelas peças do procedimento, no valor de 596,40€, com IVA incluído, da empreitada do Ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 409/13, de 06/08, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA - DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 407/13, de 06/08, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor pago pela XWR – Manutenção, Gestão e Serviços, pelas peças do procedimento, no valor de 596,40€, com IVA incluído, da empreitada do Ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 407/13, de 06/08, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 838/13, de 16/08, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da revogação da nomeação da Engª Cristina Monteiro como coordenadora de segurança em obra, e nomeação do Engº Paulo Eusébio, da PL – Planeamento e Gestão de Projetos, Lda, para a função de coordenador de segurança em obra, referente à empreitada do Ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 838/13, de 16/08, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro

Fl. Ata 176

Reunião de 2013/08/28

Procº DOVSM 01.01.02.18

Deliberação nº 918

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA (MALVA ROSA) – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 764/13, de 25/07, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria e liberação de 75% da caução total, no valor de 182.803,23€, da obra de execução da EB1 e Jardim de Infância da Malva Rosa, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Costa & Carvalho, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 764/13, de 25/07, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----




1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO DO MURO DO CAIS DA ZONA RIBEIRINHA DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 779/13, de 31/07, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da liberação e 30% da caução total, no valor de 12.185,56€, da obra de requalificação urbana e recuperação do muro do cais da zona ribeirinha de Vila Franca de Xira, adjudicada à SANESTRADAS – Empreitadas de Obras Públicas e Particulares, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 779/13, de 31/07, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA E RESTABELECIMENTO DO TROÇO ACIDENTADO DA ESTRADA DE S. MARCOS - CALHANDRIZ -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 846/13, de 21/08, do DOVI/Empreitadas, para aprovação dos documentos correspondentes ao desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada de estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de S. Marcos, na Calhandriz, adjudicada à HCI – Construções, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 846/13, de 21/08, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DA ENCOSTA DO MONTE GORDO – QUINTA DE SANTO AMARO – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 796/13, de 08/08, do DOVI/Empreitadas, para ratificação do despacho que aprovou parcialmente o plano de segurança e saúde, bem como nomeou a Engª Cristina Monteiro para a função de coordenadora de segurança em obra, da empreitada de estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo – Quinta de Santo Amaro, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Alves Ribeiro, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 796/13, de 08/08, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----




1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DE LEVANTE DA PÓVOA E ESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DA ENVOLVENTE – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 847/13, de 21/08, do DOVI/DOVI, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos, no valor de (-)114 467,88€, acrescido do IVA, referente à empreitada de requalificação do Mercado de Levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Construções Pragosa, SA, não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 847/13, de 21/08, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU votam contra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO –
RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 824/13, de
13/08, do DOVI/DOVI, para aprovação do relatório final de análise de propostas,
elaborado pelo júri do procedimento, com adjudicação à Construções UDRA –
Construtora, Lda, pelo valor de 1.499.155,05€, acrescido do IVA, sendo o prazo de
execução de 270 dias, da empreitada de execução da escola básica do 1º ciclo do
Sobralinho. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 824/13, de 13/08, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----



7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vice-Presidente. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 182

Reunião de 2013/08/28

CAPÍTULO: GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS

Fl. Livro _____

Fl. Ata 183

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 924

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS E PELO SR. VEREADOR VALE ANTUNES, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, no período compreendido entre 2013/06/10 e 2013/08/16, referente à emissão de horários de funcionamento, de emissão de licenças de utilização e de 2ªs vias de utilização específica. -----



3. Informações/pareceres: -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE UM QUIOSQUE COM RAMO DE CAFETARIA, COM ÁREA DE ESPLANADA, NO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – JARDIM DOS SOCALCOS - VIALONGA – RELATÓRIO FINAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 160/13, de 08/08, do GAMAЕ/AЕ, para aprovação do relatório final elaborado pela comissão do procedimento para atribuição do direito de exploração de um quiosque com o ramo de cafetaria, com área de esplanada, no Parque Urbano da Quinta da Flamengo – Jardim dos Socalcos, em Vialonga, com proposta de não atribuição do direito de exploração do espaço. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 160/13, de 08/08, do GAMAЕ/AЕ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntando se está prevista a abertura de um novo concurso para o quiosque. -----
A Srª Vereadora Conceição Santos interveio, dizendo que a uma pergunta objetiva, dará uma resposta objetiva. Não está previsto abrir um novo concurso, até porque a experiência que se tem tido relativamente a esta questão nem sempre é a melhor. -----
Há uma pessoa interessada na exploração do espaço, e já está marcada uma reunião para a próxima segunda-feira, sendo que se irá fazer um ajuste direto, porque há um interessado que tem experiência a nível de restauração. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA

Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DA SRª PRESIDENTE E DA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS NA ÁREA DE PESSOAL -----

- Homologação da ata de avaliação do período experimental da trabalhadora, Diana Margarida da Silva Rangel Ferreira, na categoria de Assistente Técnica (área administrativa), por despacho da Srª Vereadora de 2013/07/29;-----
- Homologação da ata de avaliação do período experimental da trabalhadora, Ana Lúcia Mendes dos Santos, na categoria de Assistente Técnica (área administrativa), por despacho da Srª Vereadora de 2013/07/29;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 19 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Fernando Paulo Serra Barreiros, no cargo de Diretor do Departamento Municipal de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Nuno Miguel Moreira Goulão Santos, no cargo de Diretor do Departamento Municipal de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, da Técnica Superior, Maria do Rosário Ferrão Silva Oliveira, no cargo de Diretora do Departamento Municipal de Obras, Viaturas e Infraestruturas, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, David Manuel Gargalo dos Santos, no cargo de Diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02; -
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, da Técnica Superior, Filomena Maria Coelho Serrazina, no cargo de Coordenadora (equiparado a dirigente intermédio de 3º grau) do Divisão de Informação Municipal e Relações Públicas, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02; -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A
J

Fl. Livro _____

Fl. Ata 187

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, da Técnica Superior, Isabel Maria Leal de Araújo Mateus, no cargo de Coordenadora do Gabinete de Apoio ao Município e Atividades Económicas (equiparado a Chefe de Divisão), por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02; -----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 25 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, da Técnica Superior, Ana Paula Marques Costilhas, no cargo de Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02; -----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Rui Manuel Barros Galhardo, no cargo de Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Ricardo Jorge Namorado Ramalho, no cargo de Coordenador (equiparado a dirigente intermédio de 3º grau) da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02; -----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Pedro Jorge Afonso Cairrão, no cargo de Coordenador (equiparado a dirigente intermédio de 3º grau) da Divisão de Fiscalização, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, José Manuel Fernandes, no cargo de Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02; -----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Clemente José Gomes da Rocha, no cargo de Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02; -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

1

1007

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 188

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, da Técnica Superior, Fernanda de Fátima Almeida Roma, no cargo de Chefe da Divisão da Educação, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Vítor Manuel Agostinho Figueiredo, no cargo de Chefe da Divisão de Bibliotecas e Documentação, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, da Técnica Superior, Catarina Gonçalves Rodrigues Vieira Conde, no cargo de Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 19 de setembro de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Vítor Manuel Taborda Félix, no cargo de Chefe da Divisão de Desporto e Equipamentos, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, da Técnica Superior, Ana Carla Almeida Lopes Fernandes da Silva Costa, no cargo de Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----
- Prorrogação da nomeação em regime de substituição, com efeitos a 18 de agosto de 2013 e até ao término do procedimento concursal, do Técnico Superior, Pedro Alexandre dos Santos Diogo Montes, no cargo de Coordenador (equiparado a dirigente intermédio de 3º grau) do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude, por despacho da Srª Presidente de 2013/08/02;-----

Tomado conhecimento.-----



Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Lei Orgânica nº 1/2013, de 29 de julho, I série, quinta alteração à Lei nº 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade); -----

Decreto-Lei nº 105/2013, de 30 de julho, I série, que altera o Decreto-Lei nº 118/83, de 25 de fevereiro, o Decreto-Lei nº 158/2005, de 20 de setembro, e o Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de setembro, revendo os descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da ADSE, da ADM e da SAD; -----

Decreto-Lei nº 106/2013, de 30 de julho, I série, que define o estatuto das organizações não governamentais das pessoas com deficiência, bem como os apoios a conceder pelo Estado a tais organizações; -----

Lei nº 54/2013, de 31 de julho, I série, primeira alteração à Lei nº 78/2001, de 13 de julho (Lei de organização, competência e funcionamento dos julgados de paz), aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz; -----

Decreto-Lei nº 109/2013, de 1 de agosto, I série, que procede à extinção da Fundação Alter Real instituída pelo Decreto-Lei nº 48/2007, de 27 de fevereiro, devolvendo ao Estado a prossecução dos fins principais da Fundação; -----

Portaria nº 248/2013, de 5 de agosto, I série, que aprova o regulamento de notificação obrigatória de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública;

Despacho nº 10284-A/2013, 5 de agosto, II série, relativo ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo; -----

Despacho nº 10284-B/2013, de 5 de agosto, II série, relativo à difusão e conhecimento dos resultados da eleição dos órgãos das autarquias locais apurados no escrutínio provisório; -----

Decreto-Lei nº 112/2013, de 6 de agosto, I série, que altera o Decreto-Lei nº 384/2007, de 19 de novembro, referente ao registo dos contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização com beneficiários em caso de morte; -----

Portaria nº 252/2013, de 7 de agosto, I série, que estabelece o Contingente de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 190

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____

estágios profissionais para a 2ª fase, da 2ª edição, do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) e respetiva calendarização; - Decreto-Lei nº 114/2013, de 7 de agosto, I série, que procede à sexta alteração ao Decreto-Lei nº 196/2003, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2013/28/UE, da Comissão, de 17 de maio, que altera o anexo II à Diretiva nº 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro, relativa aos veículos em fim de vida; -----

Lei nº 56/2013, de 14 de agosto, I série, primeira alteração à Lei nº 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas;

Lei nº 57/2013, de 14 de agosto, I série, que autoriza o Governo a rever o regime sancionatório constante do capítulo IV do Decreto-Lei nº 133-A/97, de 30 de maio, aplicável no âmbito do regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 64/2007, de 14 de março; -----

Portaria nº 261/2013, de 14 de agosto, I série, que estabelece os termos e as condições de utilização de assistentes de recinto desportivo em espetáculos desportivos realizados em recintos desportivos em que seja obrigatório disporem sistemas de segurança, nos termos do respetivo regime legal; -----

Resolução nº 21/2013, de 14 de agosto, II série - Resolução nº 3/2013 - 2ª Secção - remessa das contas ao Tribunal, relativas ao ano de 2013, das freguesias objeto de reorganização administrativa territorial autárquica; -----

Portaria nº 265-A/2013, de 16 de agosto, I série, primeira alteração à Portaria nº 137/2012, de 11 de maio, que define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça e fixa os períodos, os processos e outros condicionamentos para a época venatória de 2012-2013, 2013-2014 e 2014-2015; -----

Aviso nº 10348/2013, de 16 agosto, II série, Município de Vila Franca de Xira, primeira alteração ao plano diretor municipal; -----

Lei nº 58/2013, de 20 de maio, I série, que aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a



disciplina da Lei nº 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais;-----

Portaria nº 272/2013, de 20 de agosto, I série, que define os requisitos e o procedimento de registos, na Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), das entidades que procedam ao estudo e conceção, instalação, manutenção ou assistência técnica de material e equipamento de segurança ou de centrais de alarme;-----

Portaria nº 273/2013, de 20 de agosto, I série, que regula as condições específicas da prestação dos serviços de segurança privada, o modelo de cartão profissional e os procedimentos para a sua emissão e os requisitos técnicos dos equipamentos, funcionamento e modelo de comunicação de alarmes;-----

Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto, I série, que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva nº 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios;-----

Portaria nº 274/2013, de 21 de agosto, I série, quarta alteração à Portaria nº 321-A/2007, de 26 de março, que cria o ficheiro modelo de auditoria tributária;-----

Portaria nº 275/2013, de 21 de agosto, I série, primeira alteração à Portaria nº 953/2003, de 9 de setembro, que aprova os modelos oficiais de carta registada e de aviso de receção para citação pessoal, a efetuar por via postal, bem como os modelos a adotar nas notificações via postal;-----

Decreto-Lei nº 120/2013, de 21 de agosto, I série, que aprova o regime excecional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respetivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização, previstos nos artigos 58º, 59º, 71º e 76º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro;-----

Lei nº 59/2013, de 23 de agosto, I série, que estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise,



Fl. Ata - 192

Proc^o

Deliberação nº

caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória;---
Lei nº 61/2013, de 23 de agosto, I série, que estabelece o regime aplicável aos
grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária,
das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos,
passeios, muros e outras infraestruturas. -----

Tomado conhecimento.-----




1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente, pelo Sr. Vereador Vale Antunes e pelo Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, no período compreendido entre 2013/07/26 e 2013/08/22, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

A

Jan

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----25 199 994,82€
Dotações não Orçamentais----- 2 236 177,30€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 4 245 612,87€
Dotações não Orçamentais----- 515 503,46€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 195

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 930

1. Assunto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL - PROCEDIMENTOS CONCURSAIS POR TEMPO INDETERMINADO PARA TÉCNICO SUPERIOR (ENGENHEIRO CIVIL), ASSISTENTE OPERACIONAL (FIEL DE ARMAZÉM) E ASSISTENTE OPERACIONAL (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS) -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informações nºs 546/13, de 07/08, 547/13, de 07/08 e 548/13, de 08/08, do DGAJF/DRH, para aprovação do pedido de renovação do prazo das homologações das listas de ordenação final, por mais seis meses, dos procedimentos concursais por tempo indeterminado para Técnico Superior (Engenheiro Civil), Assistente Operacional (Fiel de Armazém) e Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----


3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 546/13, de 07/08, 547/13, de 07/08 e 548/13, de 08/08, do DGAJF/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos.-----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS - LIBERTAÇÃO DA RETENÇÃO DE VALORES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 303/13, de 09/08, da DFPCO/SC, para aprovação da libertação dos valores retidos, prestados como garantia, no âmbito do contrato nº 17/11, de 04/03, para limpeza dos equipamentos desportivos, celebrado com a BIG SMILE, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 303/13, de 09/08, da DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 197

Reunião de 2013/08/28

Procº 04/12 APRV.AD.CM

Deliberação-nº 932

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA HOSTING E HOUSING DAS PLATAFORMAS APLICACIONAIS, REDE CORE E ACESSO À INTERNET, REDE DE COMUNICAÇÕES E SERVIÇO DE VOZ FIXO PARA O MUNICÍPIO – RELATÓRIO FINAL E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 317/13, de 16/08, do DFPCO/SC, para aprovação do relatório final elaborado pelo júri do procedimento, nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, com proposta de revogação da decisão de contratar relativamente à contratação de serviços para hosting e housing das plataformas aplicacionais, rede core e acesso à internet, rede de comunicações e serviço de voz fixo para o município, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 79º, em conjugação com o nº 1, do artigo 80º, do diploma mencionado. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 317/13, de 16/08, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

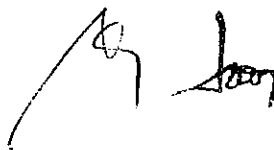
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA



1. Assunto: CARTA DE REFERÊNCIA DA INTERVENÇÃO EDUCATIVA DO MUNICÍPIO 2013/2014 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 431/13, de 16/08, do DEC/DE, para conhecimento da Carta de Referência da Intervenção Educativa do Município 2013/2014. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 431/2013, de 16/08, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU irão aproveitar este ponto para fazer dele um “muro de lamentações”, que é, de facto, aquilo que às vezes lhes dá vontade, porque mais um ano aparece uma Carta de Referência da Intervenção Educativa do Município, mas a monitorização da Carta Educativa que foi prometida durante todo o mandato não se fez, e vive-se hoje uma realidade totalmente diferente daquela que era em 2005/2006.-----
Há obras que deveriam ter sido feitas nas escolas de primeiro-ciclo e foram sendo proteladas ao longo deste mandato, chegando-se ao final deste mandato sem que nada tivesse sido feito nalgumas que mereciam muita requalificação. Continua-se, infelizmente, com escolas em horários duplos, o que não deveria existir já no ano 2013 e, apesar do início, ou da perspectiva do início da obra para a escola do primeiro-ciclo do Sobralinho, há muitas freguesias que têm também o parque escolar de uma forma já muito debilitada. -----
Portanto, lamentam profundamente que o Partido Socialista não tenha tido a educação como uma prioridade.-----
Aproveitam também para perguntar ao Partido Socialista, nomeadamente ao

vereador do pelouro, ou recordar, que em março de 2013 foi aprovado, com os votos a favor da CDU e da Coligação Novo Rumo, o prolongamento do horário do CAF - Componente de Apoio à Família, da chamada da educação pré-escolar, e à altura o que a proposta dizia é que iriam ser prolongados os serviços até às 19h00, nomeadamente como resposta social mais que justificada e necessária aos encarregados de educação trabalhadores.-----

Sabem que o Ministério da Educação tem como obrigatoriedade as 17h00/17h30, mas esta foi uma proposta aprovada por maioria neste órgão municipal e, portanto, a questão que se coloca neste momento, pois vai iniciar daqui a poucos dias o ano letivo, é se de facto a proposta aprovada começa já a entrar em vigor em setembro de 2013, porque era o que deveria ser. É uma deliberação, e faz todo o sentido que as deliberações tenham seguimento. -----

Concluiu, colocando uma questão que lhes foi colocada há relativamente pouco tempo, e que tem a ver com os alunos com deficiência, que até há um tempo atrás eram equiparados a alunos de escalão A e, por aquilo que lhes disseram, e não sabem se é assim ou não, foram retirados deste escalão, ao contrário daquilo que sempre acontecia. Sabem que os alunos com deficiências têm uma maior necessidade, e o custo que o encarregado de educação suporta é muito maior, apesar dos rendimentos que usufrui, que nem sempre são os necessários para fazer face às necessidades. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo dois aspetos. Um, crê que vai agradar à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, ou seja, a câmara municipal traz hoje a Carta de Referência da Intervenção Educativa do Município, que faz a súmula do que é a intervenção da câmara municipal nas áreas da educação. Como terão dado conta os Srs. Vereadores, veio à última reunião de câmara o grosso do fundamental da intervenção, e hoje destacará o que vem relativamente às atividades de enriquecimento curricular, que era o que não tinha vindo há 15 dias atrás, por via das indefinições existentes nesta matéria. Nessa perspetiva, dirá que era o ponto importante ou não repetido, relativamente ao que nas áreas da educação dizem respeito.-----

Relativamente às duas questões colocadas pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, a primeira, que diz respeito à CAF e ATL, já foi aliás respondida na última reunião, e

remete para aí a resposta que foi dada na altura. Contudo, basicamente, a CAF, que hoje, por via de decisões do ministério, já nem sequer tem esse nome, tem um nome diferente, mas o serviço não muda, o que muda é o nome, é o prolongamento do horário do pré-escolar até às 17h30. De facto, nada impede, e como não impede, o município tem vindo a desenvolver isso nas escolas, com as associações de pais ou as IPSS, e desenvolve o ATL, para além dessa hora, até às 19h00/19h30, que se estende para os alunos também do primeiro-ciclo. Assim, dirá que este é um assunto que está resolvido à partida, e que o município já desenvolvia anteriormente. Não pode desenvolver de forma diferente sob o ponto de visto processual, uma vez que essa resposta, administrativamente, está definida de uma outra forma. No entanto, têm-se os jardins de infância abertos até às 19h00/19h30, nos sítios em que têm ATL, e isso é o importante, aliás tem-se vindo a ver crescer todos os anos letivos o número de crianças abrangido por estas respostas, quer CAF, quer ATL, o que é muito positivo para as famílias, sobretudo para estas. -----

A segunda questão tem a ver, no fundo, com a prospeção relativamente às questões da Carta Educativa, e também já tem vindo a dar respostas sobre essa matéria, mas para não se repetir elege duas situações que lhe parecem mais relevantes. A primeira é quanto a ações que estão no terreno e em curso, que aliás já vieram à câmara municipal, e mereceram a aprovação por parte de todas as forças políticas presentes. Diz respeito, de facto, à construção da nova escola básica do primeiro-ciclo, no Sobralinho, vindo hoje a adjudicação a reunião de câmara, num investimento de 1,5 milhões de euros, que resolverá a questão dos horários duplos naquela freguesia. Para além disso, permite a resposta de ATL e ainda a possibilidade de abertura de uma sala para as crianças com necessidades educativas especiais. -----

A segunda prioridade no terreno foi também definida e já veio a reunião de câmara, e é o desenvolvimento do projeto de ampliação e requalificação da escola básica da Icesa, em Vialonga, que se prevê, e era interessante que o projeto se conseguisse desenvolver este ano, era esse o objetivo, e que se conseguisse por essa via resolver o problema dos horários duplos nessa zona. -----

Não ficarão, em princípio, resolvidos todos os problemas do desdobramento de

horário em Vialonga, uma vez que se está a verificar ainda a necessidade de proceder também ao alargamento da escola básica que fica junto à GNR, sendo a perspetiva que esse assunto só fique resolvido aí com o crescimento do número de salas disponíveis nessa área. Contudo, o grande objetivo, em termos da câmara municipal, tem sido de facto o combate do horário duplo e a passagem ao horário normal e à escola a tempo inteiro.-----

Por último, no que respeita à monitorização, ainda há, como se sabe, e começou a reunião de câmara por referir isso, uma grande indefinição por parte do ministério de áreas que são fundamentais para a estruturação e perspetivação do desenvolvimento dos ciclos nos diversos municípios. -----

Na última reunião que houve dos vereadores da educação da Área Metropolitana de Lisboa, houve ocasião de pedir uma reunião, que aliás não se realizou, com as estruturas do ministério, para perceber qual é o envolvimento que as secretarias de Estado vão ter na revisão das cartas educativas, porque não só é suposto que financiem pelo menos uma parte, mas sobretudo é importante que, quando se fizer a homologação, o Estado se comprometa com o que estiver definido nas cartas educativas.-----

O que se tem verificado é que os grandes desvios que têm existido, têm sido nas escolas da responsabilidade da administração central que, ou não são construídas, ou não são requalificadas, por via de incapacidade da própria administração central de o fazer, razão pela qual, em Vila Franca de Xira, tem sido a câmara municipal a desenvolver as obras do alargamento do parque escolar, mesmo na parte que não compete à autarquia, que é o caso da Vasco Moniz e da Pedro Jacques de Magalhães, cujas obras estão no fim, e foi a câmara municipal, com um protocolo com o Estado, que se teve de chegar à frente. -----



Assim, tendo em conta esta perspetiva de alguma indefinição, mas também a ideia que se tem, que mais tarde ou mais cedo o ministério vai ter que definir o caminho que vai andar, já foi feito um contacto entre a Srª Presidente e uma estrutura do ISCTE, no sentido de perceber se se pode pegar, já não numa monitorização, mas numa construção de uma Carta Educativa nova, de raiz, com carácter que envolva também a parte relativa ao projeto pedagógico concelhio, que possa ser desenvolvida junto de uma universidade. -----





A ideia, neste momento, é esta, vai-se ver o desenvolvimento que estas coisas têm, uma vez que também já se percebeu, e foi anteontem que saíram essas notícias, que o Governo impediu as universidades de obterem financiamentos de outra natureza, o que pode pôr em causa também alguns serviços que as universidades têm hoje em dia, e que cobram por eles, no âmbito de protocolos que fazem, nomeadamente com municípios, podendo pois estar em causa, por via desta orientação nova do Governo, de asfixia dos orçamentos das universidades. --- Relativamente às crianças com necessidades educativas especiais, crê que há uma decisão do ministério sobre a matéria, mas neste momento e a esta hora não consegue ter a certeza em absoluto, pelo que verá, e se conseguir ainda hoje responderá logo, mas senão dirá qualquer coisa na próxima reunião. De qualquer forma, não é um assunto municipal, é uma questão cuja determinação é de lei e é do Governo e do ministério, e não da disponibilidade municipal sobre essa matéria. Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que tem de fazer mais duas ou três perguntas porque não ficou devidamente esclarecida. Em jardins de infância onde não há primeiro-ciclo onde é que se dá esse prolongamento de horário até às 19h00? Depois, porque não sabe mesmo, qual é o valor? É idêntico àquele que se cobra aos encarregados de educação das 15h30 às 17h30, ou é um valor diferente?-----

Os membros da CDU não têm nenhuma informação sobre isso, e cada vez que colocam essa questão o Sr. Vereador diz que há um protocolo com as IPSS, mas sabem que estas componentes de apoio à família podem ter valores diferentes, por exemplo, durante as interrupções letivas e, depois, pode ser um outro valor fora das interrupções letivas. Assim, gostavam de ser informados de quanto é que um encarregado de educação paga numa CAF das 15h30 às 17h30, e quanto paga das 17h30 às 19h00. Se for igual, então está a ser cumprida a deliberação da câmara municipal, mas se o valor não for igual, não está a ser cumprida a deliberação. ----- Em jardins de infância como o do Bom Sucesso, por exemplo, onde é que é feito o prolongamento das 17h30 às 19h00? No jardim de infância de Vialonga onde é que é feito o prolongamento das 17h30 às 19h00? Depois, não faz uma pergunta, mas sim uma constatação, ou seja, andam há 4 anos a pedir a monitorização da Carta Educativa, primeiro porque o ensino secundário passou a ser obrigatório, e não se

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 204

Reunião de 2013/08/28

Procº EDUCA.00SE.001.

Deliberação nº _____

sabia muito bem se era ou não, depois porque a taxa de natalidade diminuiu, depois porque os serviços municipais iam ser eles próprios a fazer a monitorização da carta, e agora chega-se ao final do mandato e afinal parece que vai ser, se for possível, o ISCTE a monitorizar a Carta Educativa.-----


Francamente pensa que são decisões importantíssimas de mais, porque têm a ver com o planeamento na própria construção dos equipamentos educativos, e era uma ferramenta de trabalho que no entender da CDU seria fundamental. -----

Sobre a questão dos alunos com deficiência, quando o Sr. Vereador puder, e não tem que ser hoje, gostariam de saber, porque é uma situação que os preocupa, pois independentemente daquilo que é a instrução do Ministério da Educação, há que ter uma sensibilidade para estes casos, e não estão a falar de alunos com necessidades educativas especiais mínimas, há situações que são mais problemáticas e requerem por parte do município outro tipo de atenção. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, pedindo desculpa, mas não crê que tenha sido colocada essa questão alguma vez, a de saber quanto é que as pessoas pagavam no âmbito da CAF. Portanto, tendo sido colocada, tratará de responder, mas não se recorda nunca de ter sido colocada nas reuniões de câmara. Irá ver isso, quanto aos valores da CAF, que agora têm outro nome, mas está absolutamente tabelado o esquema de pagamento por parte dos pais, e isso nem sequer está na disponibilidade, nem dos agrupamentos, nem das IPSS, nem da câmara municipal. São coisas que estão tabeladas, é assim que funcionam. -----

Não tem consigo neste momento o mapeamento estabelecimento de ensino a estabelecimento de ensino, os que têm ATL e os que têm CAF, mas é uma questão de ir verificar e depois dar essa informação, porque está disponível no âmbito desta carta e do relatório entregue no final do ano, e esses dados estão lá. É muito fácil verificar a evolução que tem havido, do número de miúdos, bem como a percentagem de crianças que são abrangidas, quer pela CAF, quer pelos ATL, agrupamento a agrupamento, e crê que não se tem esse desdobramento por estabelecimento de ensino, dentro de cada agrupamento, mas é uma questão que se consegue fazer, porque os serviços têm isso monitorizado.-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES 2013/14 – COMPROMISSO DE VERBAS E TRANSFERÊNCIA PARA AS JUNTAS DE FREGUESIAS – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS A ALUNOS A ESTUDAR FORA DO CONCELHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 434/13, de 19/08, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verbas para o ano letivo 2013/2014, e respetiva transferência para as juntas de freguesia de Vila Franca de Xira e São João dos Montes, destinadas ao pagamento de subsídios de transporte aos alunos a estudar em escolas fora do concelho. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 434/13, de 19/08, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004C--- Orçam.08/04.05.01.02 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 2013/2014 –
PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADES PARCEIRAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 432/13, de
16/08, do DEC/DE, para aprovação das minutas dos protocolos de cooperação a
celebrar com as entidades parceiras das atividades de enriquecimento curricular
2013/2014, e respetivo compromisso de verbas. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 432/13, de 16/08, do
DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/006B Orçam. 08/04.07.01-----
----- Plano 04/01/03/006D Orçam. 08/04.03.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: Artigo 10º, do Despacho nº 9265/2013, de 15 de
julho. -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vice-Presidente. -----

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2013 – DEVOLUÇÃO DA DIFERENÇA DO VALOR DE CAUÇÕES - ANTÓNIO ALBERTO MASSI GUIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 223/13, de 24/07, do DEC/Turismo, para aprovação da devolução do valor de 230,21€, correspondente à diferença da caução do lugar D1, no valor de 115,62€, para o lugar D2, no valor de 345,83€, respeitantes às candidaturas aos lugares de Doces, para a Feira Anual de Outubro de 2013, ao concorrente António Alberto Massi Guia, que por lapso se candidatou ao lugar D2, quando o pretendido era o lugar D1. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 223/13, de 24/07, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

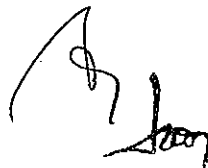
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO,
EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Assunto: PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – QUOTA INSTITUCIONAL -----

Presente proposta do Srª Presidente, datada de 2013/08/28, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação, no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, do apoio atribuído às associações, de acordo com os seus anos de atividade, que consiste no pagamento da quota institucional. -----

A Srª Presidente interveio, referindo que se trata de um procedimento que não tem história, é obrigatório.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que crê que foi em 2011 que a câmara municipal decidiu diminuir a quota, de 5,00€ para 3,00€, de valor anual, que se pagava à altura ao movimento associativo. Portanto, eram 5,00€ por cada ano que a instituição teria e, nessa altura, a CDU votou contra essa diminuição. -----

Assim, por uma questão de coerência, volta a votar contra, porque entende que a quota institucional podia muito bem manter-se nos 5,00€. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Srª Presidente.-----

CAPÍTULO: EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA



1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – PROCEDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL DESTINADO A ESTABELECIMENTO, DESIGNADO POR “CAFETARIA DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO A PÓVOA E O RIO” - PARQUE URBANO DA PÓVOA DE SANTA IRIA – EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO -----

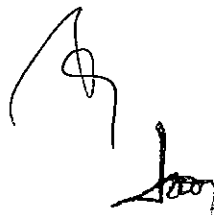
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 302/13, de 02/08, da EMRU, para conhecimento do conteúdo da ata nº 1 da comissão de avaliação das propostas, de 18/06/2013, do procedimento de atribuição do direito ao arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento designado por “Cafetaria do Núcleo Museológico a Póvoa e o Rio”, integrado no Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria, no âmbito do Polis XXI, Requalificação da Frente Ribeirinha da Zona Sul do Concelho, no sentido da extinção do procedimento, por não terem sido apresentadas propostas. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 302/13, de 02/08, da EMRU, e respetivos anexos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que se trata da extinção do procedimento relacionado com a atribuição do direito ao arrendamento da cafetaria do Núcleo Museológico da Póvoa e o Rio. -----
A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, aproveitando para falar na situação em que se encontra a funcionar o outro bar na praia dos pescadores, na Póvoa de Santa Iria. -----
Os membros da CDU já tiveram oportunidade de ir lá algumas vezes, e há ali uma



situação complicada, que no entender que têm pode até levar a que a pessoa deixe de estar interessada na exploração daquele lugar, e era uma pena que, de facto, isso pudesse acontecer. -----

O quiosque está a funcionar sem eletricidade, o senhor diz que tem um gasto à volta dos 40,00€ para fazer trabalhar o gerador, e o facto de não ter eletricidade não lhe permite vender gelados, porque eles irão estragar-se durante a noite, pois não pode andar com a arca dos gelados para trás e para a frente, que é exactamente o que faz com as bebidas e outro tipo de materiais, como por exemplo fiambre, queijo e manteiga, que não pode deixar guardados de um dia para o outro. -----

Esta é uma situação que considera que ninguém consegue suportar, ainda pra mais quando começar a chegar o tempo mais fresco, e as pessoas que se deslocarem lá forem menos, devendo ser impossível suportar 40,00€ por dia, que foi aquilo que o senhor referiu. -----



O pó que se junta ali é imenso, não se consegue estar naquela esplanada a beber ou a comer o que quer que seja, porque o vento da zona é muito e não há condições para que as pessoas possam tomar uma refeição leve ou beber o que quer que seja, sem que o pó entre. -----

Sabe que não é possível pôr ali outro tipo de piso, alcatrão ou o que seja, mas há de certamente existir um material qualquer que se coloque ali e proteja do pó daquela zona, porque, de facto, é uma coisa que não se consegue suportar. -----

O concurso desta cafetaria, pelos vistos, ficou vazio, e agora, se não se conseguir resguardar de alguma forma aquele que existe, o quiosque vai fechar, e é menos qualidade para aquele espaço. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que a pessoa que estava interessada nesta cafetaria era curiosamente o senhor que está na praia dos pescadores, e trata-se de uma cafetaria que, comparada, em termos de dimensão e condições, é completamente distinta. -----

Considera curioso este tipo de intervenções, na medida em que houve inicialmente um problema, que se prendeu com a energia no caminho, e era a mesma a ligação. Não era energia elétrica, pois aquilo é alimentado por energia solar e dizia respeito ao ponto de apoio. -----

O que aconteceu foi que se separou o uso da iluminação da questão do caminho, sendo que os “leds” do caminho estavam colocados para uma intensidade completamente desadequada, consumiam tudo o que se armazenava rapidamente, porque tinham mais do dobro da intensidade, e isso foi corrigido, era um erro da empresa. -----

Entretanto, quanto à questão do bar, dizia-se que tinha grandes consumos, porque na realidade teve uma procura completamente diferente, se calhar até por causa do outro não estar aberto, ou por haver ali um conjunto de ofertas em termos de distração, já que aquele espaço é claramente muito bonito.-----

Houve solicitações enormes, e aí o Urbª Luís Matas de Sousa abordou com o senhor as questões, que tinham a ver com a colocação do gerador e do alimentar o gerador com o gasóleo, e é daí que o senhor fala nessa despesa. Agora, não lhe parece nada que os valores sejam esses. -----

Entretanto o senhor, vendo ali aquele tipo de negócio, desistiu de querer o outro.---

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúdia Cardoso, mencionando que gostaria de deixar bem claro que não falou com o dono do quiosque, falou com um dos funcionários, de uma forma muito informal, porque é uma pessoa que conhece vagamente. A própria estava sentada, enquanto cliente, e pediu um gelado, tendo sido por isso que soube que não havia luz. Ouvia o barulho do gerador, e o senhor disse-lhe que não havia gelados porque não tinham eletricidade, funcionavam a gerador, e à noite tinham que levar as coisas. -----

Foi nesta forma que soube da situação, pois não falou nem procurou absolutamente ninguém para falar. Contudo, de facto o gerador funciona, e é muito desagradável passar o verão inteiro sem poder vender um gelado, até porque assistiu às crianças a “chatearem” os pais, convencidas que eram eles que não queriam pagar o gelado, sendo de facto muito difícil ter o bar aberto sem luz. -- Tomou de novo a palavra a Srª Presidente, referindo que se tem de encontrar uma solução no âmbito do aluguer do próprio espaço. Num primeiro momento, inclusivamente, a empresa que fez a obra de iluminação, o empreiteiro, comprometeu-se a pagar o gasóleo ao senhor, pelo que a informação que a Srª Vereadora recolheu é uma meia informação. -----

Disse ainda que, quer o Urbª Luís Matas de Sousa, quer o Engº José Fernandes,




podem dar informações sobre o desenvolvimento deste processo em relação à solução definitiva. -----

Interveio o Engº José Fernandes, dizendo que o problema da iluminação foi resolvido, está a ser minorizado, e em relação ao bar ficou-se de analisar e reformular os estudos, porque havia ali um problema de défice de energia, de potência para alimentar todas aquelas instalações. -----

As máquinas lá instaladas estão para além daquilo que era expectável no bar, aquilo tinha consumos anormais relativamente aos que estavam projetados, e o que está neste momento a fazer-se é a reformulação desses estudos. O que se fez foi separar as duas instalações, uma está a ser alimentada por um gerador, que é o bar, e na iluminação pública fez-se a correção nas luminárias "leds". Esse problema está ultrapassado, estando a ser monitorizado. -----

Depois, estão-se a reformular os estudos para ver qual é a solução para vir a alimentar o bar. -----

A Srª Presidente interveio de novo, para dizer que se teve nesta mesma mesa uma forte discussão com o projetista, a empresa dos "leds" e o engenheiro que os projetou, bem como com o empreiteiro da obra e aquilo tudo, e o que se verificou, e uma das perguntas que a própria fez, foi se se estava a pensar que era uma máquina de café doméstica, como as que se têm nas casas de cada um, porque se invocava sucessivamente a máquina do café. -----

Falou-se na questão do frigorífico, que é pequeno, aparentemente, mas também sabe dizer que se o senhor não desligar o gerador o frigorífico resolve perfeitamente o problema do fiambre, queijo ou manteiga. -----

A câmara municipal, contudo, tem a obrigação, e deve fazê-lo com urgência, de reformular o projeto, adequando-o aos equipamentos, para se colocarem os meios necessários. Sol não falta, pelo que se devem aproveitar os meios necessários para alimentação daquilo de outra forma. -----

Pede, nesse sentido, que o Engº José Fernandes averigue quando é que o projeto está corrigido. -----

Quanto ao pó, não vê solução nenhuma, não sabe se é possível resolver, sendo que se tem aquele bocado de estrada que se vai arranjar, e aguarda que os serviços lhe façam chegar o orçamento. -----

17

1

Interveio o Urb^a Luís Matas de Sousa, dizendo que a solução mais imediata de resolver é a continuação do betuminoso a partir de metade da estrada, pois o pó vem fundamentalmente da estrada. -----

Interrompeu a Sr^a Presidente, esclarecendo que se vai intervir na estrada, com algumas dificuldades, porque há um conjunto de recomendações em relação àquela zona, por causa da impermeabilização, e vão-se analisar as soluções para perceber o que se pode fazer. -----

Interveio o Urb^a Luís Matas de Sousa, respondendo, relativamente ao senhor da cafetaria, que ainda ontem de manhã esteve lá a falar com ele, efetivamente não lhe referiu qual era o custo em concreto, mas tinha um pouco mais de custo, e referiu-lhe também, tendo em conta o sucesso que aquilo está a ter, e o volume de negócio que está a ter, que conseguia perfeitamente suportar, neste momento, o encargo que tinha com o gerador. -----

A Sr^a Presidente interrompeu, esclarecendo que no inverno já se terá o assunto resolvido. -----

O Sr. Vereador João de Carvalho tomou a palavra, questionando qual o tamanho do parque de estacionamento que está à beira da estrada, e que área tem. -----

Respondeu o Urb^a Luís Matas de Sousa que há a estrada, depois há o parque de estacionamento todo, e a área de estacionamento ainda é bastante grande. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador João de Carvalho, mencionando que viu, em Vila Real de Santo António, a colocação, numa zona de areal, onde fazia uma poeirada muito grande, duma espécie de plástico a fazer de chão que evitava a saída das poeiras, porque o problema é o rolar das rodas, a fazerem sair as poeiras, ou seja, são grelhas de relva. -----

Interveio o Urb^a Luís Matas de Sousa, esclarecendo que é muito mais caro do que o betuminoso, ao que o Sr. Vereador João de Carvalho respondeu que este piso se pode retirar, e aquilo que pensa é que se deve fazer o arrelvamento, que acaba logo o pó. Se se impermeabilizar não é bom, e ao se colocarem essas grelhas, com semente de erva ou grama, num instante deixa de haver pó. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 217

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 939

1. Assunto: LISTAGEM DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 252/13, de 21/08, do DGAFJ/DFPCI, para conhecimento da listagem de contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, referente ao mês de julho. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 252/13, de 21/08, do DGAFJ/DFPCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – NOVA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA - AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – PROJETO DE SINALÉTICA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 323/13, de 20/08, da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, para aprovação da emissão do parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços do “Projeto de Sinalética da Nova Biblioteca de Vila Franca de Xira”. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 323/13, de 20/08, da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, solicitando ao Urbª Luís Matas de Sousa para explicar o processo da sinalética, para não haver dúvidas sobre o assunto. -----
Interveio o Urbª Luís Matas de Sousa, dizendo que o projeto de sinalética é o projeto de indicação e de sinalização interior dos espaços da biblioteca, portanto, onde se situam as áreas específicas em cada piso. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que estão relacionadas com o programa funcional interior, ou seja, em vez de ser uma mesa ou cadeira, é a orientação. -----
O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, perguntando se a câmara municipal não tem capacidade de fazer este trabalho um pouco mais barato através dos serviços. Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que este trabalho está contemplado no âmbito da candidatura. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que a CDU vota contra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – LEVANTAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DO EDIFÍCIO DO TEATRO SALVADOR MARQUES EM ALHANDRA, INCLUINDO ESTUDO GEOLÓGICO E GEOTÉCNICO PARA A EXECUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL - ALHANDRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 104/13, de 09/08, do DOVI/Projetos, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de elaboração do levantamento, caracterização e avaliação da estrutura do edifício do Teatro Salvador Marques, em Alhandra, incluindo estudo geológico e geotécnico, para a execução de espaço cultural em Alhandra. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 104/13, de 09/08, do DOVI/Projetos, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Presidente, fazendo uma correção, uma vez que o ponto está mal agendado, chamando a atenção de quem o agendou, porque é execução do espaço cultural, e não da biblioteca municipal. Foi decidido em reunião de câmara que o Teatro Salvador Marques era Espaço Cultural Salvador Marques, pois será uma coisa mais ampla do que uma simples biblioteca. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntando se já existe algum "layout" sobre este projeto para a CDU poder ver, e se há alguma ideia de como vai ser feito esse espaço contíguo ao Teatro Salvador Marques, porque de vez em quando alguém fala no Salvador Marques, de vez em quando há alguém que diz que são bandeiras e depois os outros são só paus, e a CDU vem falando sempre no Salvador Marques, e gostariam de ver, se existir algum "layout". -----

A



Interveio o Engº José Fernandes, dizendo que o processo está na fase da abertura do procedimento para a elaboração do projeto, ou melhor, decorreu, pois já foram abertas as propostas, e estão a ser analisadas para se adjudicar o projeto. É uma fase de estudo prévio, a que depois segue o projeto de execução.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que nessa altura, na fase do estudo prévio, virá a reunião de câmara.-----

O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, mencionando que existe um programa funcional.-----

Interveio de novo a Srª Presidente, esclarecendo que não é disso que se está a falar, mas sim da arquitetura. Foi aberto o concurso do estudo prévio, já decorreu, e vão ser apreciadas as propostas. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que quando se lançar a recuperação, que espera que seja rápida, hoje é preciso ter em conta algumas condicionais. Sabe que se irão juntar os dois espaços, vai ser uma casa de cultura, com a sua biblioteca e o espaço, mas chama a atenção que um dos problemas com que a câmara municipal se debateu na altura é que a zona de palco não pode continuar a ter a zona de camarins ao fundo, em tabique, como tinha. Há espaço, eliminando os camarins do fundo, e puxando ligeiramente como era antigamente.--

Interveio a Srª Presidente, referindo que isso já está definido.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que sabe o que está a dizer, sendo que, por exemplo, está a ver o mercado de levante, e vai ser muito pouco o que se lá vai conseguir representar, porque tem paredes ao lado, encostadas, não dando entrada para ninguém entrar no palco, só entra pelo fundo. A história da cadeira armoriada e do "Pai Tirano", com porta à esquerda, porta à direita e porta ao fundo, ali só vai ser porta ao fundo, por causa das paredes.-----

Assim, pelo menos naquilo que é a sua área, sabe muito bem o que é preciso, e sabe que é preciso que o lado de camarins e de apoio ao teatro esteja do lado do logradouro, junto com a saída do lado esquerdo. Há fundura, porque trouxe, inclusivamente, na altura, um amigo seu do IGAC – Inspeção-Geral das Actividades Culturais, para ver a fundura que tem, e para a medida que tem de largura está perfeitamente dentro das medidas. -----

Não pode ter efetivamente os camarins, assim como uma rampa de acesso, que vai ter de ser feita de lado, para materiais.-----



Fl. Ata 221

Proc^o 16/13 DOVSM-PROJ

Deliberação nº _____

Pensa que a Srª Presidente se lembra, de uma reunião que houve, quando o teatro era para ir todo abaixo, ali dentro,-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----





1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA DE ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA DO MONTE GORDO – QUINTA DE SANTO AMARO – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 839/13, de 16/08, do DOVI/DOVI, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços para o acompanhamento técnico dos trabalhos da empreitada de estabilização e contenção do talude da encosta do Monte Gordo, na Quinta de Santo Amaro, em Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 839/13, de 16/08, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro- --

Fl. Ata- 223

Reunião de 2013/08/28

Procº 76/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 943

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 791/13, de 05/08, do DOVI/Empreitadas, para ratificação do despacho que aprovou a emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço Cultural, na Póvoa de Santa Iria, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 791/13, de 05/08, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 224

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº _____ 944

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – MARIA HELENA DUARTE COSTA PEREIRA MONTEIRO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 495/13, de 31/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, da Técnica Maria Helena Duarte Costa Pereira Monteiro, com as funções de apoio ao Notariado, nomeadamente ao serviço de solicitadoria. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 495/13, de 31/07, e comunicação interna nº 415/13, de 25/07, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

A

Jan

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO PACOTE DE APLICAÇÕES CEDIS PARA O MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 280/13, de 24/07, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicação CEDIS para o município, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 280/13, de 24/07, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

Fl. Livro _____

Fl. Acta 226

Reunião de 2013/08/28

Procº 02/13 APRV.AD.CM

Deliberação nº 946

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COMPLETA PARA O ELEVADOR INSTALADO NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 286/13, de 07/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção completa para o elevador no edifício dos Paços do Município, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 286/13, de 07/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes.-----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE EMERGÊNCIA E PLANTAS ARQUITETÓNICAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 315/13, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para a elaboração de planos de emergência e plantas arquitetónicas dos estabelecimentos de ensino do concelho, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 315/13, de 14/07, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes.-----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PERIÓDICA E ESPECIALIZADA DOS EQUIPAMENTOS ELETROMECAÑICOS DAS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO – RENOVAÇÃO DO CONTRATO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 320/13, de 20/08, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação, por mais um ano, do contrato nº 150/11, com a ÓPTIMO CELSIUS, Lda, relativo à prestação de serviços de manutenção preventiva, periódica e especializada dos equipamentos eletromecânicos das piscinas municipais do concelho, não sendo aplicada a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 320/13, de 20/08, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes. -----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO DE FATURAÇÃO ELETRÓNICA PARA O MUNICÍPIO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 316/13, de 16/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção da solução de faturação eletrónica para o município, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 316/13, de 16/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes. -----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA DA APLICAÇÃO QUIDGEST – GESTÃO DE CONTRATOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 319/13, de 20/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da aplicação Quidgest – gestão de contratos, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 319/13, de 20/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 231

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 951

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DO BARCO VARINO LIBERDADE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 334/13, de 28/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de reparação e manutenção do Barco Varino Liberdade, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 334/13, de 28/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Atã 232

Reunião de 2013/08/28

Procº _____

Deliberação nº 952

1. Assunto: ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DO NÚCLEO DA PÓVOA DO MUSEU MUNICIPAL --

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 273/13, de 28/08, do DEC/Museu Municipal, para aprovação da alteração ao horário do Núcleo da Póvoa do Museu Municipal, durante o período das festas da Póvoa de Santa Iria, que se realizam de 29 de agosto a 1 de setembro. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 273/13, de 28/08, do DEC/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

Deliberação nº 955

E eu, Fernando Paulo Serra Barreiros, Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi.

- Maria da Luz Rosinha -